

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	19
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

### Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	101
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	103
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	104
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	105
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2010</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	28.015
Preferenciais	8.290
<b>Total</b>	<b>36.305</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	7.456.996
1.01	Ativo Circulante	3.385.215
1.01.01	Disponibilidades	88.865
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	876.623
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	605.019
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	271.604
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	131.965
1.01.03.01	Carteira Própria	120.749
1.01.03.02	Vinculados a Prestação de Garantias	11.216
1.01.04	Relações Interfinanceiras	454.215
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7.854
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	446.324
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	37
1.01.05	Relações Interdependências	12.051
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	12.051
1.01.06	Operações de Crédito	1.695.576
1.01.06.01	Setor Público	1.548
1.01.06.02	Setor Privado	1.777.838
1.01.06.03	Provisão p/ Operações de Crédito	-83.810
1.01.08	Outros Créditos	123.540
1.01.08.01	Rendas a Receber	15.065
1.01.08.02	Negociação e Intermediação de Valores	762
1.01.08.03	Créditos Específicos	561
1.01.08.04	Impostos e Contribuições a Compensar	41.892
1.01.08.05	Créditos Tributários - Imposto de Renda e Contribuição Social	29.791
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	11.192
1.01.08.07	Valores a Receber de Sociedades Ligadas	6.215
1.01.08.08	Títulos e Créditos a Receber	4.169
1.01.08.09	Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.190
1.01.08.13	Diversos	11.703
1.01.09	Outros Valores e Bens	2.380
1.01.09.01	Despesas Antecipadas	2.011
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	369
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.903.523
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.667.257
1.02.02.01	Carteira Própria	1.368.589
1.02.02.02	Vinculados ao Banco Central	203.125
1.02.02.03	Vinculados a Prestação de Garantias	95.543
1.02.03	Relações Interfinanceiras	178.773
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	178.773
1.02.05	Operações de Crédito	1.768.980
1.02.05.01	Setor Público	1.738
1.02.05.02	Setor Privado	1.804.204
1.02.05.03	Provisão p/ Operações de Créditos	-36.962
1.02.07	Outros Créditos	282.532

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>
1.02.07.01	Créditos Específicos	3.527
1.02.07.02	Devedores p/ Depósitos em Garantia	168.251
1.02.07.03	Créditos Tributários - Imposto de Renda e Contribuição Social	96.411
1.02.07.04	Impostos e Contribuições a Compensar	9.579
1.02.07.05	Pagamentos a Ressarcir	3.173
1.02.07.06	Títulos e Créditos a Receber	1.288
1.02.07.09	Diversos	303
1.02.08	Outros Valores e Bens	5.981
1.02.08.01	Outros Valores e Bens	6.577
1.02.08.02	Provisão p/ Desvalorizações	-596
1.03	Ativo Permanente	168.258
1.03.01	Investimentos	106.004
1.03.01.02	Participações em Controladas	103.435
1.03.01.04	Outros Investimentos	2.908
1.03.01.04.01	Ações e Cotas	2.305
1.03.01.04.02	Investimentos p/ Incentivos Fiscais	553
1.03.01.04.03	Títulos Patrimoniais	2
1.03.01.04.04	Outros Investimentos	48
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-339
1.03.01.05.01	Provisão p/ Perdas de Investimentos p/ Incentivos Fiscais	-339
1.03.02	Imobilizado de Uso	39.878
1.03.02.01	Imóveis de Uso	55.021
1.03.02.02	Instalações	4.089
1.03.02.03	Móveis e Equipamentos de Uso	17.633
1.03.02.04	Sistema de Comunicação	2.636
1.03.02.05	Sistema de Processamento de Dados	23.962
1.03.02.06	Sistema de Segurança	2.537
1.03.02.07	Sistema de Transporte	1.526
1.03.02.08	Diversos	16
1.03.02.09	Depreciações Acumuladas	-67.542
1.03.04	Intangível	19.267
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	34.618
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-15.351
1.03.05	Diferido	3.109
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	15.626
1.03.05.02	Amortizações Acumuladas	-12.517

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	7.456.996
2.01	Passivo Circulante	5.069.658
2.01.01	Depósitos	4.422.158
2.01.01.01	Depósitos à Vista	763.267
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.014.711
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	2.564.472
2.01.01.04	Depósitos Interfinanceiros	79.708
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	345.725
2.01.02.01	Carteira de Terceiros	345.725
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	9.709
2.01.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias	9.709
2.01.04	Relações Interfinanceiras	9
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	9
2.01.05	Relações Interdependências	60
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	42
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	18
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	228
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	228
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	18.652
2.01.07.01	Tesouro Nacional	20
2.01.07.02	Banco do Brasil	461
2.01.07.03	BNDES	9.724
2.01.07.04	CEF	654
2.01.07.05	FINAME	7.793
2.01.09	Outras Obrigações	273.117
2.01.09.01	Fiscais e Previdenciárias	98.682
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	20.239
2.01.09.03	Cobrança, Arrecadação, Tributos e Assemelhados	6.163
2.01.09.04	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	42
2.01.09.05	Provisão p/ Pagamentos a Efetuar	63.408
2.01.09.06	Cheques Administrativos	8.593
2.01.09.07	Provisão p/ Passivos Contingentes	7.245
2.01.09.08	Obrigações p/ Convênios Oficiais	5.306
2.01.09.09	Obrigações p/ Aquisições de Bens e Direitos	4.906
2.01.09.10	Obrigações p/ Prestação de Serviço de Pagamentos	4.436
2.01.09.11	Credores Diversos País - Pendências a Regularizar - Diversas	18.226
2.01.09.12	Credores Diversos País - Pagamentos a Processar	19.254
2.01.09.13	Credores Diversos País - Pendências a Regularizar - MTR Maestro/Cirrus	5.992
2.01.09.14	Credores Diversos País - Pendências a Regularizar - Fornecedores	2.971
2.01.09.20	Diversas	7.654
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.662.983
2.02.01	Depósitos	1.296.151
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	1.296.151
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	734
2.02.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias	734

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	26.130
2.02.07.01	Tesouro Nacional	218
2.02.07.02	Banco do Brasil	2.050
2.02.07.03	BNDES	11.111
2.02.07.04	CEF	1.737
2.02.07.05	FINAME	11.014
2.02.09	Outras Obrigações	339.968
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	252.470
2.02.09.02	Provisão p/ Passivos Contingentes	86.794
2.02.09.03	Obrigações p/ Aquisições de Bens e Direitos	490
2.02.09.04	Provisão p/ Pagamentos a Efetuar	214
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	115
2.05	Patrimônio Líquido	724.240
2.05.01	Capital Social Realizado	500.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	500.000
2.05.02	Reservas de Capital	12.341
2.05.02.01	Reserva Especial - Lei 8.200	5.358
2.05.02.02	Correção Monetária - Decreto 332/1991	6.983
2.05.04	Reservas de Lucro	213.409
2.05.04.01	Legal	57.016
2.05.04.02	Estatutária	156.393
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.510
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-1.510

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.398.731
3.01.01	Operações de Crédito	1.090.978
3.01.02	Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Operações de Títulos e Valores Mobiliários	262.788
3.01.03	Resultado de Operações de Câmbio	1.763
3.01.04	Resultado de Aplicações Compulsórias	44.740
3.01.05	Resultado c/ Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.538
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-523.739
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-425.557
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-2.514
3.02.03	Provisões p/ Operações de Crédito	-95.668
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	874.992
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-584.876
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	121.661
3.04.02	Despesas de Pessoal	-328.949
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-247.068
3.04.03.01	Despesas de Processamento de Dados	-86.361
3.04.03.02	Despesas de Serviços de Terceiros	-48.541
3.04.03.03	Despesas de Propaganda e Publicidade	-15.502
3.04.03.04	Despesas de Amortização	-13.097
3.04.03.05	Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-9.884
3.04.03.06	Despesas de Transportes	-9.359
3.04.03.07	Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-9.038
3.04.03.08	Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-8.353
3.04.03.09	Despesas de Depreciação	-6.095
3.04.03.10	Despesas de Água, Energia e Gás	-5.167
3.04.03.11	Despesas de Aluguéis	-5.149
3.04.03.12	Despesas de Comunicações	-4.495
3.04.03.13	Outras Despesas Administrativas	-26.027
3.04.04	Despesas Tributárias	-58.555
3.04.04.01	Despesas de Contribuição ao Cofins	-44.623
3.04.04.02	Despesas de Contribuição ao Pis/Pasep	-7.251
3.04.04.03	Despesas de Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS	-5.497
3.04.04.04	Outras Despesas Tributárias	-1.184
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	81.475
3.04.05.01	Recuperação de Encargos e Despesas	26.346
3.04.05.02	Outras Receitas Operacionais	55.129
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-135.533
3.04.06.01	Despesas c/ Operações de Crédito	-960
3.04.06.02	Despesas de Contribuição ao SFH-Sistema Financeiro de Habitação	-63
3.04.06.03	Outras Despesas Operacionais	-134.510
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-17.907
3.04.07.01	Rendas de Participações	20.438
3.04.07.02	Despesas de Participações	-38.345
3.05	Resultado Operacional	290.116

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
3.06	Resultado Não Operacional	-11.107
3.06.01	Receitas	1.596
3.06.02	Despesas	-12.703
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	279.009
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-127.381
3.08.01	Imposto de Renda	-78.791
3.08.02	Contribuição Social	-48.590
3.09	IR Diferido	70.203
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-25.790
3.10.01	Participações	-25.790
3.10.01.01	Participação no Lucro - Empregados	-25.790
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	196.041
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	5,24602

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	196.041
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.995
4.02.01	Realização de Reserva Especial	7
4.02.02	Ajuste de Juros s/ Capital Próprio/Rendimentos/Dividendos de Períodos Anteriores	-173
4.02.03	Ajuste de Apropriação de Receita do CRI de Períodos Anteriores	-1.724
4.02.04	Reflexo no Investimento de Ajustes no PL da Cartão BRB	-6.105
4.03	Resultado Abrangente do Período	188.046

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-939.509
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-939.509
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	196.041
6.01.01.02	Outras Obrigações	175.181
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	19.192
6.01.01.04	Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	17.907
6.01.01.05	Relações Interfinanceiras e Interdependências	6.860
6.01.01.09	Reversão de Provisões Bens Não de Uso Próprio	-2
6.01.01.10	Provisão p/ Perdas e Desvalorizações	-60
6.01.01.11	Resultados de Exercícios Futuros	-199
6.01.01.12	Outros Valores e Bens	-277
6.01.01.13	Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários	-1.384
6.01.01.14	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-2.799
6.01.01.15	Ajustes de Exercícios Anteriores	-8.002
6.01.01.16	Outros Créditos	-127.640
6.01.01.17	Operações de Crédito	-593.339
6.01.01.18	Títulos e Valores Mobiliários	-620.988
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.756
6.02.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	14.614
6.02.02	Alienação de Investimento	6.105
6.02.03	Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários de Controladas	1.658
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	1.109
6.02.05	Inversão de Bens Não de Uso Próprio	-1.872
6.02.06	Inversão em Imobilizado de Uso	-6.918
6.02.07	Inversão do Intangível	-6.188
6.02.08	Inversão em Investimentos	-14.264
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	743.950
6.03.01	Depósitos	714.950
6.03.02	Operações Compromissadas	49.842
6.03.03	Obrigações p/ Empréstimos e Repasses	25.445
6.03.04	Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	-2.487
6.03.05	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos e/ou Provisionados	-43.800
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-201.315
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.088.047
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	886.732

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	300.000	12.404	0	269.107	0	-126	581.385
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-8.002	0	-8.002
5.03	Saldo Ajustado	300.000	12.404	0	269.107	-8.002	-126	573.383
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	196.041	0	196.041
5.05	Destinações	0	0	0	144.246	-188.046	0	-43.800
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-9.232	0	-9.232
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-34.568	0	-34.568
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	144.246	-144.246	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.384	-1.384
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	200.000	-56	0	-199.944	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	-7	0	0	7	0	0
5.13	Saldo Final	500.000	12.341	0	213.409	0	-1.510	724.240

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
7.01	Receitas	1.241.068
7.01.01	Intermediação Financeira	1.398.731
7.01.02	Prestação de Serviços	121.661
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-95.668
7.01.04	Outras	-183.656
7.01.04.01	Outras Receitas/Despesas Operacionais	-183.656
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-428.071
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-109.385
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-19.329
7.03.02	Serviços de Terceiros	-90.056
7.04	Valor Adicionado Bruto	703.612
7.05	Retenções	-19.192
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.192
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	684.420
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-17.907
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-17.907
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	666.513
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	666.513
7.09.01	Pessoal	296.793
7.09.01.01	Remuneração Direta	200.010
7.09.01.02	Benefícios	35.274
7.09.01.03	F.G.T.S.	15.835
7.09.01.04	Outros	45.674
7.09.01.04.01	Participação nos Lucros	25.790
7.09.01.04.02	Previdência Complementar	18.542
7.09.01.04.03	Treinamento	1.342
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	173.679
7.09.02.01	Federais	168.182
7.09.02.02	Estaduais	5.497
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	196.041
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	34.568
7.09.04.02	Dividendos	9.232
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	152.241

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	7.796.225
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	89.521
1.01.01	Disponibilidades	89.521
1.02	Aplicações Financeiras	2.550.206
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.115.404
1.02.01.01	Títulos para Negociação	1.554
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.429.835
1.02.01.03	Aplicações Interfinanceiras	684.015
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	434.802
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	434.802
1.03	Empréstimos e Recebíveis	3.715.035
1.04	Tributos Diferidos	170.758
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	170.758
1.05	Outros Ativos	1.206.787
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	5.980
1.05.03	Outros	1.200.807
1.05.03.01	Outros Créditos	1.200.807
1.06	Investimentos	323
1.07	Imobilizado	42.690
1.07.01	Imobilizado de Uso	42.690
1.08	Intangível	20.905

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	7.796.225
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	6.062.210
2.01.01	Depósitos de Instituições Financeiras	76.958
2.01.02	Depósitos de Clientes	4.972.796
2.01.03	Outros Depósitos	611.278
2.01.04	Obrigações p/ Títulos e Valores Mobiliários	345.725
2.01.05	Outros Passivos Financeiros	55.453
2.04	Provisões	164.084
2.04.01	Provisões p/ Fundos, Pensões e Obrigações Similares	68.511
2.04.02	Provisões p/ Contingências, Compromissos e Outros	95.573
2.05	Passivos Fiscais	473.495
2.05.01	Correntes	87.395
2.05.02	Diferidos	46.413
2.05.03	Contingências Fiscais	339.687
2.06	Outros Passivos	280.147
2.06.01	Outras Obrigações	280.147
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	816.289
2.08.01	Capital Social Realizado	500.000
2.08.02	Reservas de Capital	12.341
2.08.02.06	Reserva Especial - Lei 8.200	5.358
2.08.02.07	Correção Monetária - Decreto 332/1991	6.983
2.08.04	Reservas de Lucros	213.409
2.08.04.01	Reserva Legal	57.016
2.08.04.02	Reserva Estatutária	156.393
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.580
2.08.06.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-1.580
2.08.07	Ajustes Acumulados de Conversão	21.971
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	70.148

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.425.290
3.01.01	Operações de Crédito	1.125.790
3.01.02	Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários	251.083
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	1.914
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	1.763
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	44.740
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-448.285
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-420.010
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-2.514
3.02.04	Perdas com Operações de Crédito	-25.761
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	977.005
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-616.591
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	256.331
3.04.02	Despesas de Pessoal	-375.348
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-309.572
3.04.04	Despesas Tributárias	-71.101
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	60.962
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-192.045
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	14.182
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	360.414
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-98.230
3.06.01	Corrente	-135.204
3.06.02	Diferido	36.974
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	262.184
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	262.184
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	263.142
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-958

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	263.142
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.901
4.02.01	Ganhos/Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	-3.434
4.02.02	Efeito Fiscal	1.533
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	261.241
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	254.292
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.949

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-911.511
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	213.547
6.01.01.01	Lucro Líquido	263.142
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	34.341
6.01.01.03	Ajustes da Convergência às Normas Internacionais	-67.101
6.01.01.04	Perdas	-64
6.01.01.05	Ajustes de Exercícios Anteriores	-16.756
6.01.01.06	Resultados de Exercícios Futuros	-15
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.296.800
6.01.02.01	Participação Minoritária	-958
6.01.02.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	36.373
6.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-616.319
6.01.02.04	Relações Interfinanceiras e Interdependências	6.860
6.01.02.05	Operações de Crédito	-568.560
6.01.02.06	Outros Créditos	-133.042
6.01.02.07	Outros Valores e Bens	-21.154
6.01.03	Outros	171.742
6.01.03.01	Outras Obrigações	173.126
6.01.03.02	Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários	-1.384
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-45.015
6.02.01	Baixa de Diferido	-3.514
6.02.02	Alienação de Investimentos	6.105
6.02.03	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	1.109
6.02.04	Alienação de Imobilizado de Uso	406
6.02.05	Alienação do Intangível	16
6.02.06	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	-21.971
6.02.07	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-1.873
6.02.08	Inversões em Imobilizado de Uso	-7.339
6.02.09	Inversões do Intangível	-6.962
6.02.10	Inversões em Investimentos	-10.992
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	714.534
6.03.01	Depósitos	694.364
6.03.02	Operações Compromissadas	49.842
6.03.03	Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	-2.487
6.03.04	Obrigações por Empréstimos e Repasses	25.445
6.03.05	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	-52.630
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-241.992
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	936.771
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	694.779

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	300.000	12.404	269.107	0	-126	581.385	84.448	665.833
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-8.002	-46.514	-54.516	-18.474	-72.990
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	300.000	12.404	269.107	-8.002	-46.640	526.869	65.974	592.843
5.04	Transações de Capital com os Sócios	200.000	-63	-199.944	-43.793	0	-43.800	0	-43.800
5.04.01	Aumentos de Capital	0	-56	0	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-9.232	0	-9.232	0	-9.232
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-34.568	0	-34.568	0	-34.568
5.04.08	Realização de Reservas	0	-7	0	7	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	196.041	67.031	263.072	958	264.030
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	196.041	67.101	263.142	958	264.100
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-70	-70	0	-70
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-70	-70	0	-70
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	144.246	-144.246	0	0	3.216	3.216
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	144.246	-144.246	0	0	3.216	3.216
5.07	Saldos Finais	500.000	12.341	213.409	0	20.391	746.141	70.148	816.289

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
7.01	Receitas	1.400.152
7.01.01	Intermediação Financeira	1.425.290
7.01.02	Prestação de Serviços	255.519
7.01.04	Outras	-280.657
7.01.04.01	Outras Receitas/Despesas Operacionais	-280.657
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-448.285
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-124.846
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-20.205
7.03.02	Serviços de Terceiros	-104.641
7.04	Valor Adicionado Bruto	827.021
7.05	Retenções	-34.341
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.341
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	792.680
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.140
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	14.182
7.07.02	Outros	958
7.07.02.01	Participação Minoritária	958
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	807.820
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	807.820
7.09.01	Pessoal	314.954
7.09.01.01	Remuneração Direta	213.730
7.09.01.02	Benefícios	37.366
7.09.01.03	F.G.T.S.	16.765
7.09.01.04	Outros	47.093
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	229.724
7.09.02.01	Federais	131.494
7.09.02.02	Estaduais	98.230
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	263.142
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	34.568
7.09.04.02	Dividendos	15.199
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	213.375

## **Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

### **Relatório da Administração - Exercício 2010**

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais em vigor (Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, do Estatuto Social do BRB e das Normas Internacionais de Contabilidade), submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Conglomerado BRB, relativos ao exercício de 2010.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### CENÁRIO ECONÔMICO

---

A economia norte-americana iniciou o ano apresentando sinais de recuperação de suas atividades, mas as incertezas sobre o ritmo de crescimento global, diante dos elevados *déficits* fiscais apresentados por países componentes da zona do euro e possibilidades de *default* por parte de alguns deles, seguiram pressionando os mercados mundiais. Por outro lado, a melhora dos indicadores econômicos americanos no 4º trimestre e a decisão do Fed de injetar US\$ 600 bilhões ao longo dos próximos meses na economia, mantendo a taxa de juros em patamar reduzido, deram fôlego a uma melhora da atividade econômica dos EUA ao final de 2010.

No tocante à Europa, a preocupação com os elevados *déficits* fiscais dos países como Grécia, Portugal, Irlanda, Itália e Espanha, obrigou a Comunidade Européia e o Fundo Monetário Internacional a disponibilizarem mais de 750 bilhões de euros para conter a contaminação em toda a região. A Grécia e posteriormente a Irlanda tiveram de recorrer a esses recursos no segundo semestre, potencializando as tensões quanto a situação dos demais países, fazendo com que diversos governos fossem obrigados a adotar medidas impopulares. O resultado foi um aumento do desemprego na região e impacto sobre o crescimento, gerando reflexos negativos sobre o euro.

Entre os emergentes, o forte crescimento chinês fez com que o governo local adotasse diversas medidas de aperto monetário (aumento de compulsório e elevação dos juros) na tentativa de restringir o crédito e mitigar o risco do surgimento de uma bolha especulativa no mercado imobiliário e ao mesmo tempo, conter a pressão inflacionária e esfriar o crescimento econômico. Contudo, o gigante asiático seguiu com níveis elevados de produção, o que contribuiu para a expansão de 10,3% em 2010 e inflação ao consumidor de 3,3%, bem acima da meta anual do governo, que era de cerca de 3%.

No caso brasileiro, a economia seguiu mostrando melhora com forte expansão da demanda interna, impulsionada pelo crescimento do emprego e da renda. O aumento dos gastos do governo, característico de ano eleitoral, também contribuiu para o expressivo crescimento da economia em 2010. Esse movimento se refletiu sobre os índices de inflação, fazendo com que o Banco Central elevasse a taxa Selic em dois pontos percentuais no ano, encerrando 2010 em 10,75% ao ano. Quanto ao comércio externo, as exportações brasileiras tiveram crescimento de aproximadamente 32% em 2010, acumulando saldo de US\$ 201,9 bilhões, e as importações aumentaram em 42%, encerrando o ano com saldo acumulado de US\$ 181,6 bilhões. Esse resultado gerou uma queda do *superávit* comercial de 19,8%, influenciado pelo aumento da demanda interna por produtos importados.

Quanto ao Distrito Federal (DF), o *déficit* do saldo comercial aumentou 47,3% em 2010. Isso é reflexo da expansão de 43,8% nas importações e de somente 17,5% nas exportações, ante o saldo acumulado de 2009. Já o mercado de trabalho apresentou um crescimento de 1,5%, até dezembro, com destaque para os setores de indústria e de construção. Apesar do avanço menor do nível de ocupação, comparado ao mesmo período do ano anterior, a estabilidade da renda média oferecida pelo setor público e a continuidade do crédito facilitado proporcionaram expansão de 8,9% nas vendas no varejo, no acumulado de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

---

#### Lucro Líquido

O BRB apresentou lucro líquido de R\$ 263,1 milhões no exercício de 2010,

#### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido, ao final do exercício de 2010, foi de R\$ 746,1 milhões. Com esses números, o BRB obteve rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 35,27%.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

---

- O ativo total apurado segundo as Normas Internacionais de Contabilidade para o exercício de 2010 foi de R\$ 7,796 bilhões.
- O volume das operações com característica de concessão de crédito, no fim de 2010, totalizou R\$ 3,715 bilhões.
- O volume de depósitos totais registrou em 2010 R\$ 5,661 bilhões. Destaca-se o crescimento dos depósitos a prazo, cujo montante foi de R\$ 3,371 bilhões ao fim de 2010.
- As receitas de intermediação financeira totalizaram R\$ 1,425 bilhão.
- As despesas de intermediação financeira foram de R\$ 448,3 milhões.

#### Destaques:

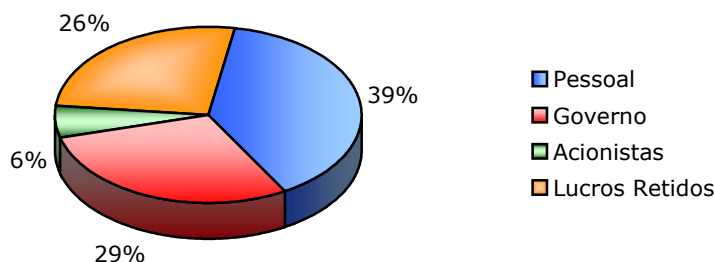
<b>Resultado</b>	<b>2010</b>
Lucro Líquido	R\$ 263,1 milhões
Receitas de Intermediação Financeira	R\$ 1,425 bilhão
Despesas de Intermediação Financeira	R\$ 448,3 milhões
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>2010</b>
Ativo Total	R\$ 7,796 bilhões
Operações de Crédito	R\$ 3,715 bilhões
Depósitos Totais	R\$ 5,661 bilhões
Patrimônio Líquido	R\$ 746,1 milhões

### VALOR ADICIONADO

---

No exercício de 2010, após a apuração do valor adicionado, constata-se que do total de recursos gerados pelo Banco de Brasília S.A., 39% foram distribuídos como remuneração à sua força de trabalho, por meio de salários, honorários, benefícios, encargos sociais e participações; 29% como remuneração ao governo através do recolhimento do INSS e pagamento de despesas tributárias, inclusive IR e CSLL; aproximadamente 6% como remuneração aos acionistas, mediante a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio e 26% como retenção de lucros.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



### REDE DE ATENDIMENTO

O BRB dispõe de 103 Pontos de Atendimento, assim divididos:

- Sessenta e duas agências, das quais 53 no Distrito Federal, 5 localizadas em outras capitais (Campo Grande, Cuiabá, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo) e 4 no interior do Estado de Goiás.
- Quarenta e um Postos de Atendimento Bancário, de arrecadação e pagamentos.
- Além disso, conta também com 714 terminais de autoatendimento.

Em 2010, foram inauguradas as agências: Campo Grande, Cuiabá, ADE Águas Claras e o Pab Parque Rural, localizado na antiga sede da Câmara Legislativa do DF.

O Banco implementou novo modelo de correspondente não bancário com condições estruturais e operacionais mais simplificadas com o objetivo de reduzir custos tanto para o Banco como para a empresa contratada para a prestação do serviço. Em 2010, foram instaladas 13 unidades desse novo modelo de correspondente. A estrutura atual conta com o apoio de 95 correspondentes ativos e mais 24 em fase de contratação.

### BRB EM GRANDES NÚMEROS

Base Total de Clientes: **476.219**

Servidores do GDF: **194.586**

Montante de pagamento de benefícios sociais: **R\$ 160.431.996,36**

Concessão de Crédito: **R\$ 5,485 bilhões**

Captação: **R\$ 5,714 bilhões**

Quantidade de benefícios pagos a aposentados e pensionistas do INSS em 2010: **519.093**

Rede de Terminais de Autoatendimento: **714**

Rede de Agências: **103** distribuídas em todas as Regiões Administrativas do DF e em outros estados do Brasil (Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Transações no Internet Bank: **32,5 milhões**

Transações nos Canais de Autoatendimento: **33,7 milhões**

### BASE DE CLIENTES E QUANTITATIVO DE CONTAS

O BRB atende a 476 mil clientes, mantendo sob sua administração mais de 400 mil contas-correntes, sendo que, 85% desse total, corresponde a pessoa física, 6% a pessoa jurídica, 8% a conta salário, e 1% a outras contas. Além disso, administra mais de 319 mil contas de poupança, em sua maior parte (78%) de pessoa física.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### CAPTAÇÃO

---

No ano de 2010 as captações globais do Banco cresceram 14,42%, alcançando volume de 5,714 bilhões. Esse resultado, fruto do trabalho contínuo e coordenado entre a Administração e os Pontos de Atendimento propiciou o atingimento das metas orçadas, o incremento da liquidez, aumento no volume de recursos disponibilizados para as linhas de crédito e, conseqüentemente, maior competitividade do Banco no mercado financeiro.

Nesta linha de crescimento sustentável delinea-se um cenário extremamente favorável aos novos desafios e à solidez do BRB, que se consolida como importante agente de fomento no desenvolvimento regional.

### CRÉDITO

---

<b>Carteira de Crédito (R\$ milhões)</b>	<b>2010</b>
Pessoa Física	3.429,00
• Crédito Consignado	1.939,84
Pessoa Jurídica	1.656,06
Carteira de Desenvolvimento*	399,80
<b>Total</b>	<b>5.484,86</b>

\*Refere-se ao somatório das carteiras de crédito Imobiliário, Industrial e Rural.

#### Comercial:

Em 2010, o volume de crédito concedido à Pessoa Física foi de R\$ 3,429 bilhões, com destaque para as contratações referentes ao crédito consignado, as quais totalizaram aproximadamente R\$ 1,940 bilhão.

A concessão de crédito voltada para Pessoa Jurídica totalizou R\$ 1,656 bilhão no fim de 2010.

Várias medidas operacionais impulsionaram a carteira de crédito comercial, a principal delas foi a automatização da concessão de crédito. Com isso, os empréstimos podem ser contratados pelos clientes diretamente nos terminais de autoatendimento e no Banknet, com base nos limites pré-aprovados.

#### Rural:

A política de crédito do BRB priorizou o atendimento de crédito ao DF e à Ride. Ocorreram atendimentos a clientes cujos empreendimentos estavam fora da Ride, levando-se em conta a tradição no setor agropecuário e a relação do cliente com o Banco.

No atendimento de operações de custeio agrícola, que abrangeu lavouras de soja, milho e feijão, passou-se a exigir a contratação do seguro agrícola, como forma de ampliar a segurança e oferecer novos benefícios aos produtores rurais. Para tanto, foram indicadas duas empresas de seguros: Proagro e Seguradora Brasileira.

Em 2010 foram contratadas cerca de 500 operações de crédito rural atendidas em sua grande maioria com recursos obrigatórios. Porém, algumas operações de investimento foram contratadas com recursos do BNDES, principalmente no BNDES PSI - Programa de Sustentação de Investimento subsidiado pelo Governo Federal com taxas que variaram entre 4,5% a 5,5% ao ano.

#### Industrial:

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No crédito industrial houve crescimento da demanda pelos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO e do BNDES voltados ao fomento do segmento produtivo. A área reestruturou seus processos, qualificou a equipe de análise das propostas e treinou a rede.

O crédito industrial tem cumprido o seu principal objetivo que é suprir os recursos necessários ao financiamento de programas e de projetos que visem promover o desenvolvimento econômico e social da região e, além disso, apoiar iniciativas que objetivem, entre outros, ampliar a capacidade produtiva da economia, mediante implantação, expansão ou realocação de empreendimentos. Em 2010, foram mais de R\$ 18 milhões em créditos concedidos à indústria.

### Imobiliário:

No setor imobiliário o BRB apoiou a produção e a aquisição de unidades habitacionais e comerciais. Foram implementadas diversas ações para a divulgação da carteira imobiliária do BRB, dentre as quais podemos destacar:

- ✓ Participação na 5ª Feira de Imóveis de Brasília realizada pela W. Imóveis, de 24 a 28 de novembro/2010, na qual foram realizados 697 atendimentos, prospectando potenciais clientes e demonstrando os produtos desta Carteira Imobiliária.
- ✓ Parceria com as construtoras para efetuar o desligamento, que é o financiamento dos imóveis produzidos aos prováveis adquirentes.

### Produção de imóveis:

Em 2010, o BRB, através do produto Plano Empresário proporcionou a construção de 1.592 imóveis habitacionais e 40 comerciais.

### Geração de empregos:

Na construção dos imóveis acima mencionados, o BRB proporcionou a geração de 2.211 empregos.

### Sustentabilidade:

Em 2010, o BRB priorizou a análise de projetos para construção de empreendimentos residenciais e comerciais em conformidade com recomendações do Sindicato dos Construtores do Distrito Federal – Sinduscom. Tais recomendações visam:

- Reaproveitamento de águas pluviais em banheiros (descarga), jardins e lavagem de áreas comuns.
- Utilização de materiais recicláveis e madeiras de reflorestamento na construção.
- Alfabetização de operários nos canteiros de obras.

## TECNOLOGIA BANCÁRIA

---

Na área de tecnologia bancária, em 2010, foram concluídos ou encontram-se em fase de homologação projetos, tais como:

- O produto CDC Veículos, linha de crédito oferecida pela Financeira BRB, destinada a financiamento de automóveis zero quilômetro ou usados (até cinco anos de fabricação) nacionais ou importados, exclusivamente para pessoas físicas.

- Com a conclusão do Projeto Pré-aprovado, o limite de crédito disponível aos clientes passou a constar em seus extratos. Esse limite refere-se a operações de crédito parceladas, disponíveis nos canais de autoatendimento.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- O Projeto Compe com Imagem está em fase de homologação. Esse projeto visa a troca de arquivos eletrônicos com os dados dos cheques e suas respectivas imagens, em substituição à troca física dos cheques nas câmaras de compensação de cada praça.
- A primeira fase do Projeto da "Conta Única" foi implantada. Esse serviço permite aos clientes pessoas físicas e jurídicas ter um único número para a conta-corrente e a conta de poupança, utilizando-se o mesmo cartão e a mesma senha para ambas as contas, de forma prática e segura.
- Está em fase de homologação, o projeto que permitirá a compra a débito com os Cartões Sociais, proporcionando, desta forma, a bancarização dos beneficiários dos projetos sociais do Governo do Distrito Federal.
- Implantado, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – Sedest/GDF, o Sistema de Informação de Beneficiários do GDF - o SIBGDF, com o propósito de manter atualizada a base cadastral dos clientes usuários de benefícios sociais do GDF.
- Implementou-se a opção "consulta recibos pagamentos multicanal" para permitir aos clientes consultar, no BRB Banknet e Módulo Administrativo do BRB Banknet, a 2ª via dos recibos dos pagamentos realizados pelo caixa, BRB Banknet, autoatendimento e BRB Telebanco.
- Habilitou-se também a opção de consulta de contracheques de empregados de empresas privadas que possuem conta-salário, junto ao BRB.
- Criou-se a opção de pagamento e outras transações financeiras para pessoa jurídica no sistema de gerenciamento financeiro BRB Negócios.
- Implantou-se o novo cartão com chip, para a bandeira Mastercard, com as funções de crédito e de débito.
- Implantaram-se, em todas as máquinas de autoatendimento do BRB, dispositivos para acesso de usuários da língua brasileira de sinais – Libras, em conformidade com as exigências legais.
- Atualizou-se o parque de *switches* 3COM que compõe o anel de conectividade do BRB. Essa atualização permitiu simplificar a rede e implantar dispositivos de segurança, através da autenticação das rotas dinâmicas para comunicação com as agências.
- Implementou-se o Projeto de Consolidação e Virtualização de Servidores de Baixa Plataforma, que possibilitou aumentar a capacidade de processamento atual da infraestrutura tecnológica.
- A internalização de uma central de serviços de TI propiciou melhor gerenciamento de incidentes e de problemas de tecnologia da informação. Essa central de serviços é um canal único de relacionamento entre usuários e a área de TI do BRB.
- Consolidou-se a implantação do novo *outsourcing* de autoatendimento da rede Perto, ao longo de 2010, proporcionando uma economia efetiva de mais de R\$ 5 milhões.

### SEGURANÇA EMPRESARIAL

---

Em 2010, o BRB realizou as seguintes ações:

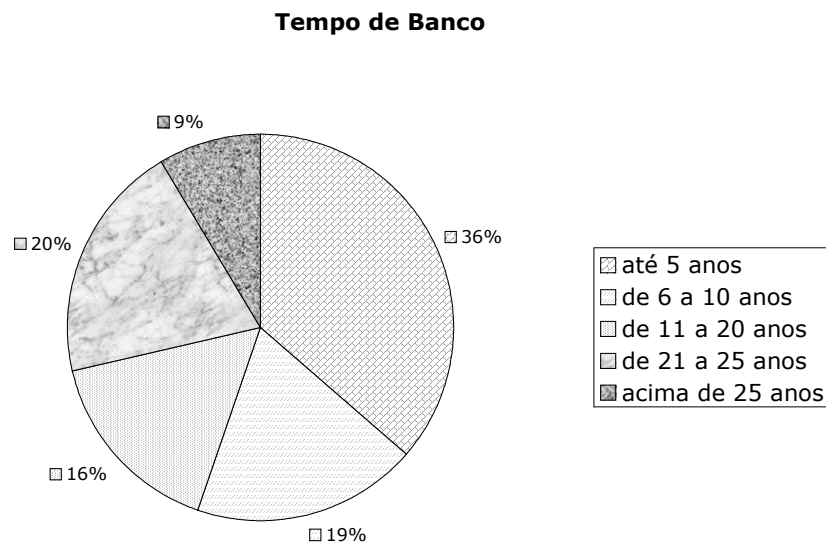
- Elaborou documento com instruções aos pontos de atendimento, com o intuito de prevení-los contra a abertura de contas correntes com documentação falsa.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Distribuição de cartilhas sobre as melhores práticas em prevenção à lavagem de dinheiro, segurança pessoal e segurança da informação.
- Realização de treinamentos e palestras sobre procedimentos de segurança aos novos escriturários, caixas, gerentes de negócios e correspondentes não bancários.
- Intensificação do monitoramento da rede de autoatendimento, a fim de prevenir e recuperar valores objeto de fraudes por clonagem de cartão.
- Estreitamento do relacionamento com as delegacias especializadas (Delegacia de Defração e Falsificação - DEF, Delegacia de Repressão a Roubos - DRR, Delegacia Especializada de Combate ao Crime Organizado - Deco, Delegacia de Roubos e Furtos - DRF). Esse relacionamento propiciou ações tempestivas no combate ao crime organizado e contribuiu para a detenção de criminosos que atuavam no Distrito Federal. Além disso, permitiu atendimento tempestivo das solicitações de quebra de sigilo bancário aos órgãos judiciais, contabilizando mais de 3.800 ofícios em 2010.
- Atualização da Política de Segurança da Informação e definiu-se o padrão de acesso de usuários a vários sistemas corporativos.
- Com o propósito de oferecer maior segurança aos clientes do BRB, o processo de migração dos cartões de tarja para a tecnologia chip está em fase de conclusão.

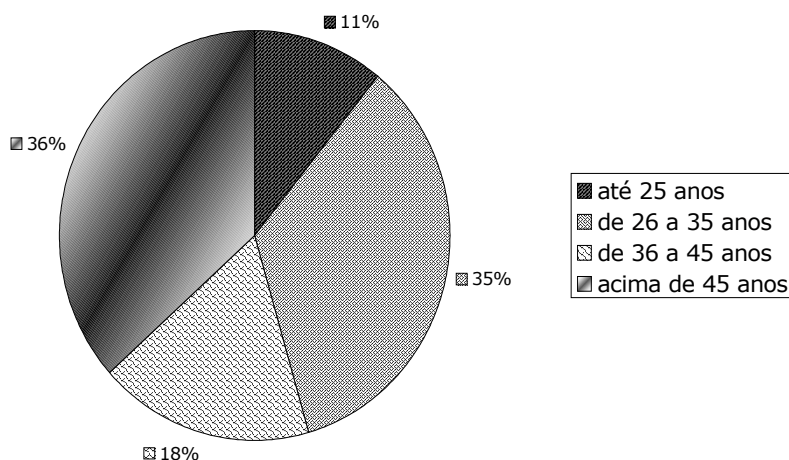
## GESTÃO DE PESSOAS

O BRB encerrou 2010 com **2.474** empregados, **646** terceirizados, **369** estagiários e **105** jovens aprendizes.



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Idade dos Funcionários



#### a. Encarreamento:

- Realizou-se a 1ª Etapa do Processo de Identificação de Perfil para todo o Conglomerado BRB, do qual participaram 1.543 empregados. Nessa 1ª fase, foram aplicadas provas de conhecimentos específicos.
- No primeiro trimestre de 2010 foram realizados dois processos para identificação de perfil para o preenchimento de cargos nas agências Cuiabá e Campo Grande e para a função de Especialista em Risco. Para os dois processos participaram 562 empregados. No 2º semestre de 2010 foram preenchidas vagas para novos cargos: Auxiliar Administrativo - 19 vagas, Gerente de Negócios - 39 vagas e Gerente de Expediente - 01 vaga.

#### b. Qualidade de Vida e Bem Estar:

- Ampliação do projeto "Corredores de Rua do BRB" e realização da II Olimpíada BRB. Estas ações são parte integrante do Programa Vida Ativa, que busca promover a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos empregados do Conglomerado BRB.
- Em abril foi realizado o II Sarau Cultural do BRB, cujo lema era "cultura também é qualidade de vida", que contou com a participação de cerca de 300 pessoas. O objetivo desse evento foi promover a integração dos colaboradores e divulgar os talentos internos por meio da música, poesia, dança, fotografia, pintura, entre outros tipos de manifestação artística.

#### c. Ampliação do quadro de pessoal:

- Em 2010, foram admitidos 212 escriturários, 2 médicos, 14 advogados, 1 engenheiro do trabalho e 1 escriturário com deficiência física.

#### d. Benefícios:

- Incremento de 50 vagas para o auxílio-idioma e acréscimo do idioma francês entre os cursos contemplados.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Concessão de auxílio-instrução para pós-graduação:

Ampliou-se o auxílio-instrução, que passou a contemplar cursos de pós-graduação para todos os empregados com quatro anos ou mais de Banco, detentores de funções a partir de gerente de expediente/supervisor de processos. O valor destinado a esse fim, em 2010, foi de R\$ 2,15 milhões.

### e. Capacitação:

Visando desenvolver profissionalmente seus colaboradores, o BRB ofereceu cursos e treinamentos de atualização profissional ou específicos para aquisição de certificações imprescindíveis ao exercício das atividades bancárias.

Considerando-se que um mesmo empregado participou de mais de um treinamento, 5.451 colaboradores participaram de treinamentos internos e externos promovidos pelo Banco.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

---

O tópico "Governança Corporativa" foi implantado no Portal BRB, a fim de proporcionar maior transparência e visibilidade do Conglomerado BRB perante seus acionistas. Constam neste tópico os Resultados Financeiros, o Código de Ética do BRB e outras informações, conforme recomendação e princípios adotados como as Melhores Práticas de Governança Corporativa. Essas informações estão disponíveis para consulta a todos os *stakeholders* do Conglomerado BRB.

### a. Gestão de Riscos

#### a.1 Risco de Crédito

O Banco de Brasília, de acordo com a Resolução CMN 3.721/09, instituiu a Gerência de Controle do Risco de Crédito – Geric, vinculada ao Departamento de Risco Institucional – Deris, e à Diretoria de Controle – Dicon. Essa unidade, que é independente das áreas de negociação e de auditoria interna, definiu e aprovou sua política de gerenciamento do risco de crédito.

O BRB apura mensalmente a exigência de capital para risco de crédito, de acordo com metodologia padronizada, estabelecida pela Circular Bacen 3.360/07 e alterações.

O gerenciamento do risco de crédito é realizado através da elaboração e da divulgação de relatórios gerenciais, que são submetidos mensalmente, para análise e deliberações, ao Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito, órgão vinculado à Diretoria Colegiada do BRB.

Nesses relatórios, as carteiras de crédito são avaliadas mediante análises de inadimplência, provisão, migração de créditos, evolução/concentração do crédito, níveis do patrimônio de referência – PR, alocação de capital regulamentar, índice de Basileia da Instituição, entre outros. As discussões do Comitê são submetidas à Dicol para tomada de decisão. Nesse Comitê, são estabelecidas as diretrizes para a política de gestão do risco de crédito e são propostas ações estratégicas para a redução e a mitigação desse risco.

Sob a ótica do gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito, a política de alocação de recursos do Conglomerado BRB foi revisada e aprovada. Essa política tem como objetivo garantir a aplicação de recursos nos negócios da Instituição, mediante a aplicação de regras claras de governança e de acordo com políticas e estratégias estabelecidas pela Diretoria do Banco.

#### a.2 Risco de Mercado e Gestão de Ativos e Passivos

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A apuração, o monitoramento, o controle e o reporte do risco de mercado e a gestão de ativos e passivos do Conglomerado evoluíram durante o ano. Os cálculos de valor exposto ao risco (VaR), os testes de estresse e de validação do modelo (*backtesting*) foram aprimorados. As informações geradas pela área de risco são condensadas em relatórios específicos, remetidos à alta administração, para subsidiar a definição de estratégias com a intenção de tornar a gestão de risco de mercado mais efetiva.

### a.3 Risco Operacional

O processo de controle de riscos operacionais no BRB é importante instrumento de gestão de riscos. Tem como objetivo fornecer informações completas, precisas e tempestivas, a fim de propiciar aos administradores subsídios para identificar, avaliar, administrar e controlar os riscos da Instituição. Além disso, assegura uma condução negocial compatível com a legislação externa e com as políticas e diretrizes definidas para o Banco.

#### Estrutura

O gerenciamento do risco operacional do Conglomerado BRB é executado diretamente pela Gerência de Controle do Risco Operacional (Geris), vinculada ao Departamento de Controle do Risco Institucional (Deris) e independente da área negocial e de auditoria interna, visando evitar conflito de interesses. As áreas de Segurança Empresarial e de Tecnologia da Informação atuam em parceria com o Departamento de Risco Institucional.

O Comitê de Gerenciamento do Risco Operacional complementa a estrutura organizacional que sustenta o ambiente de gerenciamento de risco operacional. Esse Comitê, composto por Diretores e Gerentes Executivos, tem a finalidade de determinar diretrizes para a política de risco operacional do Conglomerado BRB, acompanhar a evolução da base de perdas operacionais, a fim de propor ações mitigadoras para os riscos que as causaram. Além disso, o comitê acompanha a evolução de Indicadores Chaves de Risco - ICRs, analisa relatórios de mapeamento de riscos e aprova metodologias e normatização relativas à gestão de riscos operacionais.

O processo de gerenciamento do risco operacional do BRB prevê uma abordagem qualitativa, identifica e analisa riscos, a fim de reduzir perdas operacionais e melhoria operacional. A abordagem quantitativa visa mensurar os riscos operacionais para efeito de gestão e alocação de capital.

Considerando-se a abordagem quantitativa, o BRB consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna, classificada conforme a taxonomia adotada, para os eventos de riscos/perdas e suas respectivas causas. Essa base de dados permite monitorar as perdas incorridas e possibilita a utilização efetiva das informações para gestão.

Entre as ações que compõem o ambiente da estrutura de gerenciamento de risco operacional do BRB, destacam-se:

#### a) Identificação dos riscos operacionais

Consiste em analisar os processos das áreas, visando identificar riscos operacionais e potenciais, internos e externos, os quais podem impactar os objetivos do Banco.

#### b) Avaliação dos riscos operacionais identificados

Trata-se de efetuar análises qualitativa e quantitativa do risco operacional, das quais são colhidos subsídios para a tomada de decisão, elaboração de estratégias de controle e mitigação e planos de ação.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### c) Mensuração dos riscos operacionais

Trata-se do uso de métodos, abordagens, modelos e padrões matemáticos para o cálculo do risco operacional, do capital econômico e regulamentar exigidos, da parcela do risco operacional para compor o patrimônio de referência exigido (PRE) e de outras medidas necessárias para ações proativas e reativas de administração do risco operacional.

### d) Controle / Mitigação dos riscos operacionais

Ações que tratam da execução de planos e de medidas de correção e de adequação, quando se verificam desvios das práticas e processos em relação ao esboço normativo e organizacional que rege a gestão do risco operacional.

### e) Monitoramento dos riscos operacionais

Consiste na execução de um sistema ou processo de vigilância, com o objetivo de verificar se as práticas e processos existentes e mapeados estão em conformidade com os regulamentos interno e externo.

### f) Documentação e armazenamento

É o processo de registro, de comunicação e de formação de banco de dados sobre perdas operacionais.

### g) Exigência legal

A descrição da estrutura de gerenciamento do risco operacional está disponível para acesso público no endereço eletrônico: <http://portal.brb.com.br/para-voce/relacionamento-com-investidores/gestao-de-risco/risco-operacional/218-risco-operacional-outros>, em atendimento ao § 2º do Art. 4º da Resolução CMN 3.380 de 2006.

## CONTROLES INTERNOS

---

Em agosto de 2010, foi criado o Departamento de Controles Internos e Conformidade - Decic, vinculado à Diretoria de Controle - Dicon. Competem a esse novo departamento a gestão de controles internos e conformidade e a gestão da prevenção à lavagem de dinheiro.

O novo departamento atuou na publicação e na distribuição de normativos, na identificação de pontos de conformidade em normas internas (manuais), na intermediação entre áreas internas e os órgãos reguladores e fiscalizadores externos. Além disso, acompanhou a implementação de ações para atendimento de exigências legais.

Com relação às normas e às conformidades, o BRB acompanhou as ações para implementar a Resolução CMN 3.721, para atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC Acessibilidade, intermediou os contatos entre o Bacen e as diversas áreas do Banco durante trabalhos de supervisão, coordenou as solicitações feitas pelas auditorias independentes PWC e BDO e monitorou as ações realizadas para atender demandas de órgãos reguladores externos e de auditoria independente.

Quanto aos controles internos, o Decic revisou todos os procedimentos e rotinas de acompanhamento das demandas de órgãos de fiscalização e supervisão, coordenou as ações para atendimento das normas internacionais de contabilidade IFRS e publicou semanalmente ao Grupo BRB dicas das melhores práticas e conceitos básicos sobre o ambiente de controle interno.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### ÍNDICE DE BASILÉIA

---

Em conformidade com o Novo Acordo de Capitais - Basileia II, o Índice de Solvabilidade do **Conglomerado Financeiro BRB**, o qual mede a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), em dezembro de 2010, foi de 16,38%. Nesse mesmo período, o Limite de Imobilização foi de 14,56% sobre o Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização. Para o **Conglomerado Econômico-Financeiro BRB**, o Índice de Solvabilidade foi de 16,04% e o Limite de Imobilização foi de 14,76% sobre o Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização.

### PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

---

O processo de prevenção à lavagem de dinheiro passou pelas auditorias externas do Banco Central do Brasil - Bacen, *PricewaterhouseCoopers* e BDO Trevisan Auditores Independentes, além de trabalhos de auditoria interna realizados no primeiro semestre de 2010. Os resultados desses trabalhos foram utilizados para a evolução dos procedimentos em relação à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro.

Para propiciar um melhor resultado nos trabalhos de prevenção à lavagem de dinheiro foi criada a Gepre - Gerência de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, área específica para a avaliação das operações que possam representar indícios de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Objetivando efetividade no resultado das suas atribuições, foram desenvolvidas ações fundamentais como:

- alteração da Política e do Manual de Procedimentos do Banco em relação à prevenção à lavagem de dinheiro;
- recomposição do Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, incluindo representantes das áreas mais expostas à prática de lavagem de dinheiro;
- criação de uma alçada colegiada para deliberação quanto à comunicação de indícios de lavagem de dinheiro ao COAF.

### INFORMAÇÕES RELEVANTES

---

a) Para permitir maior controle dos dados cadastrais inseridos manualmente no sistema Base Única de Clientes - BUC, foi implementado, em abril de 2010, o processo "dupla assinatura", que permite identificar o empregado responsável pela atualização dos dados cadastrais dos clientes, assim como do gerente responsável pela confirmação dos dados.

b) Em março de 2010, foi implementada a atualização de endereços de correspondência por meio dos terminais de autoatendimento e pelo Banknet. Essa medida visa manter atualizados os endereços de correspondência dos clientes e reduzir os custos pela devolução de correspondências emitidas pelo Banco.

c) Após a implantação de valores pré-aprovados nas linhas de créditos parcelados e rotativos para pessoas físicas, no primeiro semestre/2010, foi feita a inclusão dos produtos de antecipação de recebíveis, aumentando, desta forma, o número de operações pré-aprovadas à disposição dos clientes.

Além disso, os clientes pessoa jurídica também começaram a contar com linhas de crédito pré-aprovadas. A metodologia de concessão dos créditos é resultado de estudos de comportamento e métricas de inadimplência. Com o cruzamento dessas informações, foram

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

criados modelos de classificação de risco dos perfis dos clientes, nomeados como modelos de aptidão, que aferem a propensão e a adimplência do cliente e a decorrente mitigação do risco de concessão.

d) Para agilizar a oferta de produtos e serviços aos seus clientes, implantou-se, em julho de 2010, mecanismo de adesão ao "Contrato Único" por meio do autoatendimento e do Banknet.

e) Com a finalidade de cumprir legislação vigente sobre acessibilidade, 62 pontos de atendimento do BRB foram adaptados, do ponto de vista arquitetônico, em 2010. Essa medida visou garantir o acesso apropriado às pessoas com deficiência, proporcionando-lhes conforto, independência e segurança na utilização dos ambientes, equipamentos e funcionalidades do espaço edificado.

f) Presentes em todo o Distrito Federal e no entorno, as unidades de correspondentes não bancários, conhecidas como "BRB Conveniência", estão em fase de expansão. Além disso, foi instituído um novo modelo de correspondente não bancário, o "BRB Vizinhança", a fim de ampliar a rede de atendimento aos clientes do Banco.

A implantação desse novo modelo de correspondente não bancário visa reduzir custos tanto para o Banco como para a empresa contratada; aumentar a base de clientes e o acesso da população aos serviços bancários, tais como: saques, depósitos e pagamentos de contas. Esses novos correspondentes contribuem também para fortalecer ainda mais a marca do BRB.

g) Em 2010, lançou-se o primeiro produto para a oferta de crédito no correspondente não bancário, o "Empréstimo Pessoal com Garantia de Cheque Pré-datado". Essa modalidade de empréstimo destina-se à pessoas físicas não correntistas do BRB, que não possuam restrições financeiras e que sejam titulares de contas-correntes com cheque especial em outra instituição financeira, há pelo menos um ano.

h) O BRB alcançou ganhos em sua rentabilidade com ressarcimentos oriundos do uso de seu Balcão pelas empresas Cartão BRB, no montante de R\$ 14,3 milhões e Corretora Seguros BRB, no total de R\$ 10,7 milhões. Ademais, o Banco de Brasília recebeu R\$ 8,5 milhões da Cartão BRB proveniente da utilização da Marca BRB.

## **AÇÕES SOCIAIS, SUSTENTABILIDADE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E PATROCÍNIOS**

Os tópicos referentes às ações sociais, sustentabilidade, responsabilidade social e patrocínios estão disponíveis no site do BRB ([www.brb.com.br](http://www.brb.com.br)).

## **INFORMAÇÕES LEGAIS**

Conforme disposto no Artigo 8º da **Circular Bacen 3.068**, de 8 de novembro de 2001, o BRB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Atendendo à Instrução n.º 381, da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco adota a política de que os auditores não devam auditar o próprio trabalho, bem como o fato de que a auditoria externa não deva exercer funções gerenciais e tampouco promover os interesses de seu cliente. As empresas do Conglomerado Econômico-Financeiro BRB, para as quais a BDO Trevisan Auditores Independentes realizou serviços de auditoria externa, são: BRB - Banco de Brasília S.A., BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., a Cartão BRB S.A. e a Corretora Seguros BRB S.A.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O Banco de Brasília apresentou, no exercício de 2010, o maior lucro da sua história. Esse resultado só foi possível ser alcançado devido à confiança e fidelidade de seus clientes, ao apoio da população do Distrito Federal, ao trabalho e dedicação de seus colaboradores – empregados, investidores, prestadores de serviços e fornecedores – e à orientação segura de seus acionistas. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

NILBAN DE MELO JÚNIOR  
Diretor-Financeiro  
Diretor-Presidente em exercício

ALINO DONIZETTI DE QUEIROZ  
Diretor de Desenvolvimento

ANDRÉ LUIS CARVALHO DA MOTTA E SILVA  
Diretor de Administração

CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER  
Diretor de Controle

DARIO OSWALDO GARCIA JUNIOR  
Diretor de Relacionamento e Negócios

KELSON CÔRTE  
Diretor de Tecnologia

LAÉCIO BARROS JUNIOR  
Diretor de Crédito e Governo

## Notas Explicativas

### Sumário das Notas Explicativas

<b>Descrição</b>	<b>Página</b>
Nota 1 – Informações gerais	01
Nota 2 – Contexto operacional das controladas	02
Nota 3 - Base da apresentação	03
Nota 4 – Resumo das principais práticas contábeis	05
Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa	23
Nota 6 - Aplicações interfinanceiras de liquidez	23
Nota 7 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24
Nota 8 – Empréstimos e recebíveis	28
Nota 9 – Créditos de investimentos	31
Nota 10 – Ativos não correntes para venda	31
Nota 11 – Ativo tangível	31
Nota 12 – Ativo intangível	32
Nota 13 – IR e CSLL	33
Nota 14 – Outros ativos	36
Nota 15 – Passivos financeiros	38
Nota 16 – Provisões	41
Nota 17 – Passivos fiscais	43
Nota 18 – Outras obrigações	48
Nota 19 – Receitas e despesas	50
Nota 20 – Patrimônio líquido	53
Nota 21 – Gerenciamento de riscos	54
Nota 22 – Remuneração do Pessoal Chave da Administração	59
Nota 23 - Compromissos e garantias	60
Nota 24 - Benefícios a empregados	61
Nota 25 – Outras informações	63
Nota 26 – Segmentos operacionais	63
Nota 27 – Conciliação do patrimônio líquido	64

### NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

O BRB – Banco de Brasília S.A. (BRB-Banco), controlador do Grupo BRB, é uma instituição financeira de economia mista, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede em Brasília, Capital Federal, controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de banco múltiplo e autorizada a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de desenvolvimento, de *leasing* e de crédito imobiliário, com atuação, principalmente na região geoeconômica do quadrilátero do Distrito Federal.

O Grupo BRB é formado pelo controlador BRB – Banco de Brasília S.A.(BRB-Banco), pelas suas controladas diretas BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Financeira BRB), BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BRB-DTVM) e Cartão BRB S.A. (Cartão BRB) e pela controlada indireta BSB – Administradora e Corretora de Seguros Ltda. (BSB Corretora), sendo que esta possui o controle direto integral da BSB – Administradora de Ativos Ltda.

Por meio de suas controladas, atua nos segmentos de distribuição de títulos e valores mobiliários, administração de fundos, crédito, financiamento e investimento e administração de cartão de crédito, serviços e corretagem de seguros.

## Notas Explicativas

O BRB-Banco iniciou suas atividades em 12 de julho de 1966, se expandiu pelas diversas cidades satélites do Distrito Federal e entorno, consolidando sua marca na região.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BRB de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade foram aprovadas pela Administração e Conselho Fiscal.

### **NOTA 2 - CONTEXTO OPERACIONAL DAS CONTROLADAS**

#### **a) Controladas diretas**

##### **I) Financeira BRB**

A BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Financeira BRB) é uma subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S.A. e tem como objetivo principal operar com crédito direto ao consumidor e crédito pessoal e o exercício de outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A administração da instituição está em processo de estruturação da estratégia para alavancagem das operações, bem como para a pulverização da carteira de operações de crédito, considerando as novas diretrizes delimitadas.

##### **II) BRB-DTVM**

A BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (DTVM) é uma subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S.A., tendo por objetivo a prática de operações no mercado financeiro, incluindo a administração de carteiras de investimentos, serviço de custódia de títulos e valores mobiliários e o exercício de outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

##### **III) Cartão BRB S.A.**

A CARTÃO BRB S/A é uma sociedade integrante do grupo BRB - Banco de Brasília S.A., constituída em 23/07/1997, tendo como objetivo principal, a administração e comercialização dos cartões de crédito associados ao sistema VISA/MasterCard no mercado nacional e internacional e também a administração de cartões Private Label. A Cartão BRB tem como controlada a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A., adquirida através da reorganização societária efetivada em 21 de junho de 2009, por R\$ 39.889 mediante a emissão de 643 mil ações nominais ordinárias sem valor nominal em favor da BRB Clube de Seguros e Assistência.

A Controlada já efetuou a convergência de suas Demonstrações Financeiras para as Normas Internacionais de Contabilidade tendo como Balanço de Abertura a data de 31 de dezembro de 2008.

#### **b) Controlada indireta**

##### **I) BSB-Corretora**

BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A é uma empresa integrante do Grupo BRB, constituída em 15/04/1977, com sede em Brasília, adquirida pela Cartão BRB em 21/06/2009, como parte da reorganização societária do Grupo BRB, e tem por objetivo a administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e capitalização e planos previdenciários. Em fevereiro de 2010, os quotistas da BRB Corretora decidiram alterar a organização

## Notas Explicativas

societária de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado. A BSB-Corretora é detentora do controle integral da BSB – Administradora de Ativos Ltda.

A Controlada já efetuou a convergência de suas Demonstrações Financeiras para as Normas Internacionais de Contabilidade tendo como Balanço de Abertura a data de 31 de dezembro de 2008.

### II) BSB-Ativos

BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A é uma empresa integrante do Grupo BRB, constituída em 15/04/1977, com sede em Brasília, adquirida pela Cartão BRB em 21/06/2009, como parte da reorganização societária do Grupo BRB, e tem por objetivo a administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e capitalização e planos previdenciários. Em fevereiro de 2010, os quotistas da BRB Corretora decidiram alterar a organização societária de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado. A BSB-Corretora é detentora do controle integral da BSB – Administradora de Ativos Ltda.

### NOTA 3 - BASE DA APRESENTAÇÃO

#### a) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Práticas contábeis críticas são aquelas: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Administração adotou variáveis e premissas derivadas de experiências e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas no curso ordinário dos negócios, a apresentação da sua condição financeira e dos resultados das operações, do Grupo BRB, frequentemente requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como se formam os julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir.

As políticas que contem julgamentos e práticas contábeis críticas estão detalhadas na nota 4.

#### b) Entidades consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o BRB – Banco de Brasília S.A., suas subsidiárias em que exerce controle.

<b>Entidades:</b>	<b>Status</b>	<b>Participação</b>
BRB – Banco de Brasília S.A.	Controlador	
BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Subsidiária integral	100,00%
BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Subsidiária integral	100,00%
Cartão BRB S.A.	Controlada direta	69,74%
BSB – Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	Controlada indireta	69,74%
BSB – Administradora de Ativos S.A.	Controlada indireta	69,74%

## Notas Explicativas

As participações apresentadas representam o percentual detido pela Controladora, direta e indiretamente, no capital da controlada.

### **c) Declaração de conformidade**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BRB para o exercício findo em 31/12/2010 foram preparadas de acordo com International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ação n.º 6.404/1976, atualizada em especial pelas Leis n.º 11.638/2008 e n.º 11.941/2009, exceto em relação à comparabilidade na adoção inicial, visto que o Grupo BRB optou pelo disposto no artigo 2.º da Resolução Bacen n.º 3.786/2009, que facultou a apresentação comparativa das demonstrações contábeis consolidadas. A Instituição adotou a data de 01 de janeiro de 2010 para o balanço de abertura, conforme Carta-circular BACEN n.º 3.435/2010.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com a Normas Internacionais de Contabilidade requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração do Grupo BRB. Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos títulos e valores mobiliários e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O GRUPO BRB revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras individual da controladora e de suas controladas instituições financeiras, publicadas em 23 de março de 2011, foram apresentadas de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil e as demonstrações individuais da demais controladas foram preparadas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **d) Apresentação de informação por segmentos**

As informações estão apresentadas por segmentos operacionais consistentes com os relatórios internos fornecidos para a Diretoria Colegiada, que é o principal tomador de decisões estratégicas do Grupo BRB.

### **e) Classificação em ativos e passivos**

Os ativos e os passivos estão classificados pelo grau de liquidez e exigibilidade recomendados pelas Normas Internacionais de Contabilidade para as instituições financeiras.

### **f) Conversão de saldos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas

### g) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BRB são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

## NOTA 4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, aplicações interfinanceiras e aplicações em moedas estrangeiras, com vencimento de até 90 dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos e valorizações e desvalorizações de mercado detalhado na nota 5.

### b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculados pro rata dia com base na variação da taxa de juros pactuada. As receitas destas operações estão classificadas na Demonstração de Resultado como "resultado de operações com títulos e valores mobiliários", ver na nota 6.

### c) Os títulos e valores mobiliários

#### I) Classificação, valorizações e desvalorizações

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva, bem como suas valorizações e desvalorizações do mercado e apresentados no Balanço Patrimonial conforme critérios de avaliação e podem ser classificados da seguinte forma (ver nota 7):

- títulos avaliados ao valor justo contra resultado, mantidos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados à valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- títulos avaliados ao valor justo contra resultado, designados ao valor justo: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo inicialmente reconhecidos ao valor justo;
- títulos disponíveis para venda: são aqueles que não podem ser classificados como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados à valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais a Administração demonstra a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Os papéis mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período, não sendo ajustados pelo valor de mercado. Os rendimentos dos títulos, independente da categoria em que são classificados, são registrados em conta de resultado.

Quando aplicáveis, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para

## Notas Explicativas

negociação e disponíveis para venda, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado e no patrimônio líquido, respectivamente.

Os títulos e valores mobiliários para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo, sendo que os juros, a correção monetária e a variação cambial, relativos à curva do título, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. E, as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e as perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que esses papéis são realizados ou considerados não recuperáveis.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Para os títulos para negociação e mantidos até o vencimento, no valor de mercado para patamares abaixo do custo atualizado, devido a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, de acordo com as evidências de perdas adotadas na política contábil.

### **II) Evidências de perdas com títulos e valores mobiliários**

Os principais critérios para a análise e o acompanhamento periódico das operações:

- dificuldade financeira significativa do emissor - situação em que o emissor do ativo financeiro não consegue honrar seus compromissos devido à inexistência de fluxo financeiro futuro que faça frente aos compromissos contratados.

- quebra de contrato – caracteriza-se pelo não cumprimento de cláusulas contratuais previstas no instrumento financeiro e ensejem vencimento antecipado do título, é a principal caracterização da quebra de um contrato.

- operações com atraso superior a 90 dias – quando o título atingir atraso igual ou superior a 90 dias de vencido, inclusive para as amortizações periódicas.

- deterioração de rating – consideram-se as reduções expressivas nas pontuações obtidas no rating como evidência de impairment nas operações individualmente significativas.

- desaparecimento de mercado ativo - quando determinado título ou valor mobiliário deixa de existir em razão de dificuldades financeiras, deixando de ser negociado em mercado ativo.

### **d) Derivativos**

Quando aplicável, o GRUPO BRB adota os procedimentos:

Os instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), quando aplicável, são classificados de acordo com a intenção da Administração na data do início da operação, podendo ser utilizados para proteção contra riscos *hedge* ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são

## Notas Explicativas

contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros e que sejam: (a) altamente correlacionados no que se refere ao valor de mercado do derivativo e do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (b) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

– *Hedge* de risco de mercado - os ativos e os passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e

– *Hedge* de fluxo de caixa - os ativos e os passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas em conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos os efeitos tributários.

Os instrumentos derivativos efetuados por meio de operações de *swap*, associados às operações de captação de recursos, não são avaliados à valor de mercado, conforme estabelecido na Circular BACEN n.º 3.150/2002. Esses derivativos levam em consideração as seguintes regras:

- não é permitida a negociação ou a liquidação apartada da operação a ele associado;
- na hipótese de liquidação antecipada da operação associada, esta ocorrerá pelo valor contratado;
- a contratação é feita pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada;

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo BRB não possuía operações com derivativos.

### e) Empréstimos e recebíveis

Estão apresentados a valor de custo amortizado, atualizados até a data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

#### I) Operações de crédito

As "Operações de crédito" estão apresentadas a valor de custo amortizado, incluídos os rendimentos auferidos da fluência dos prazos contratuais.

Os juros e as atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia deixarão ser apropriadas contra resultado.

#### II) Perdas com operações de crédito

De acordo o IAS 39, a avaliação de evidências objetivas de perdas deve proceder de formas diferentes dentre as operações consideradas ou não individualmente significativas para a carteira. Para tanto, a Administração elaborou estudo para a formalização dos critérios para definição de operações de crédito com saldo "individualmente significativo" e para estabelecer análise de evidências de perdas com operações de créditos.

## Notas Explicativas

Com base nesse estudo foi estabelecido que são individualmente significativas as operações com saldo devedor superior a R\$ 3.000, coincidindo com a alçada de aprovação de operações de crédito pela Diretoria Colegiada, resultando na definição de duas metodologias para evidenciar as perdas incorridas nas carteiras: uma com base em evidências coletivas e outra com base em evidências individuais.

As perdas com as operações de crédito foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla evidências de perdas:

### III) Evidências de perdas coletivas

Enquanto as operações individualmente significativas devem ser avaliadas de forma singular, as que não se enquadrarem nesse conceito são avaliadas coletivamente. Na avaliação coletiva, a despesa é calculada com base no histórico de perdas incorridas em determinado período de performance passado das carteiras e foram reconhecidas no Resultado.

De acordo com o IAS 39, parágrafo 59, um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão impaired e perdas por impairment são incorridas se, e somente se, existir evidência objetiva de perda como resultado de eventos passados ocorridos subsequentemente ao reconhecimento inicial do ativo. Perdas esperadas como resultado de eventos futuros, não importa o quanto sejam prováveis, não foram consideradas, mensuradas ou reconhecidas.

Estudo sobre método formação de grupos homogêneos:

Foi utilizada a atual política de *rating* interno para a segregação das operações de crédito, em grupos homogêneos:

- os modelos de regressão desenvolvidos pela Administração discriminam a propensão à adimplência de determinada operação, que contemplam dezenas de informações contratuais, cadastrais e comportamentais, tendo bastante flexibilidade para a criação de grupos que possuam comportamentos similares dentre os membros de uma mesma categoria e distintos dentre cada uma delas;
- os dados de produtos, tipo de cliente e pontuação das operações de crédito obtidas pela aplicação dos modelos de *Credit Scoring* para obter-se grupos em que a perda é homogênea e discriminantemente distinta dentre as classificações;
- a metodologia chamada "Árvore de Decisão" para estabelecer pontos de corte que separam os grupos, que garante a distinção entre os grupos e a homogeneidade dentre eles.

### IV) Evidências de perdas individuais

O objetivo da avaliação individual é caracterizar com maior detalhe a comprovação da perda incorrida de determinada operação significativa, já ponderadas as formas de recuperação dos ativos, tais como garantias, valor do ativo no mercado ou o valor presente da operação, redefinindo o novo fluxo de caixa esperado.

De acordo com estudo da Administração, foram estabelecidas e adotadas as seguintes evidências objetivas de perdas individuais que são utilizadas para análise periódica das operações:

## Notas Explicativas

- dificuldade financeira significativa do emissor ou credor - quando o tomador do crédito não consegue honrar seus compromissos devido à inexistência de fluxo financeiro futuro que faça frente aos compromissos contratados;
- quebra de contrato - não pagamento ou inadimplência em relação ao pagamento dos juros ou do principal da dívida é a principal caracterização da quebra de um contrato;
- concessões feitas pelo credor para o devedor de tal maneira que o credor não faria em condições normais - qualquer aprovação de proposta de crédito que repactue condições anteriormente avençadas em termos não previstos nos Manuais de Produtos das Carteiras, mas apenas no Manual de Cobrança e Recuperação de Crédito do Grupo BRB pode caracterizar esta evidência;
- O desaparecimento de mercado ativo para um ativo financeiro em razão de dificuldades financeiras - ativo financeiro pode ser entendido como caixa, título patrimonial ou um direito de recebimento em outros ativos ou títulos patrimoniais.
- operações com atraso superior a 90 dias - operações com parcelas vencidas há mais de 90 dias;
- fraude Material - a fraude, de forma ampla, pode ser definida como um "artifício, ardid, ou qualquer outro meio fraudulento"; o artifício, dentro desse conceito, é a fraude material, na qual há uma alteração exterior da coisa, como falsidade, disfarce, etc;
- deterioração de Rating - o *rating* é opinião sobre a capacidade de uma empresa saldar seus compromissos financeiros, emitida por empresas especializadas, ou seja, as agências de classificação de risco, expressam na forma de letras e sinais aritméticos, que apontam para o maior ou menor risco de ocorrência de um *default*, isto é, da suspensão de pagamentos. A deterioração de rating pode ser entendida como um decréscimo na capacidade de pagamento e, conseqüentemente, elevação do risco de inadimplência;
- ressalvas em pareceres de auditores internos e externos - existência, em pareceres de auditores, que indiquem redução da capacidade de pagamento;

Em análise mais detalhada das evidências, algumas delas podem ser aplicadas automaticamente, outras necessitam de intervenção para coleta e registro, dentre elas algumas têm importante contribuição na justificativa do *Impairment*, enquanto outras só podem definir tal situação se contemplada uma análise conjunta de todos os fatores.

As ponderações acima selecionam as operações, com saldo devedor acima de R\$ 3.000, para serem analisada individualmente quanto à ocorrência de perda e alteração no fluxo de caixa esperado.

As informações referente às operações de créditos vencidas e vincendas em perdas demonstradas na nota 8e.

### V) Evidências de perdas na Cartão BRB

As provisões para *impairment* são reconhecidas quando houver evidência objetiva (como dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte, inadimplência ou atraso significativo no pagamento) que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos nos termos a receber, sendo o valor dessa perda a diferença entre o valor contábil líquido e o

## Notas Explicativas

valor presente dos fluxos de caixa futuros associados aos valores a receber que sofreram *impairment*. O critério de *impairment*, leva em consideração perda histórica da carteira geral dos clientes, obtida a partir do percentual de perdas efetivas históricas ocorridas nos últimos 24 meses, aplicada sobre a carteira de financiamento de clientes. Para a carteira de acordos é observada a regra de cobrança dos créditos. Na confirmação de que as contas a receber de clientes não serão cobráveis, o valor contábil bruto do ativo é baixado contra a provisão associada.

### f) Ativos contingentes

Tratam-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas Demonstrações Financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

### g) Outros ativos financeiros

Estão apresentados a valor de custo amortizado, atualizados até a data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, quando for aplicável, ver nota 14.

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da sua recuperabilidade (*impairment*). Esses ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente a estimativa de seu fluxo de caixa futuro, conforme definições abaixo:

### I) Ativos financeiros "Rendas a Receber / Dividendos e Bonificações em Dinheiro", "Rendas a Receber / Serviços Prestados a Receber", "Rendas a Receber / Outras Rendas a Receber", "Outros Créditos / Diversos":

Filtros

- valor maior ou igual a R\$ 500;
- transitoriedade da rubrica e/ou dos registros;

Evidências objetivas de *impairment*:

- registros com prazos superiores a um ano;
- para os registros em devedores diversos: aquilo que não atender aos critérios de ativo será baixado após esgotado o prazo de regularização de 60 dias;
- os registros serão objetos de análise mais criteriosa com base na qualidade do crédito, na origem e na condição contingencial;
- na sequência todas as informações serão analisadas para avaliação do valor recuperável dos registros/contas selecionadas.

### II) Despesas antecipadas

Quando houver a interrupção do serviço contratado, o valor remanescente será realizado integralmente.

## Notas Explicativas

### III Créditos juntos ao Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS)

A Administração entende que os critérios de provisionamento (perdas incorridas) para os direitos creditórios do FCVS utilizados no BRGAAP são adequados para elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, não sendo necessário adotar outra política contábil para esses ativos.

#### h) Ajuste a redução ao valor recuperável dos ativos

Os ativos intangíveis e os investimentos registrados pelo custo corrigido ou avaliados pelo método de equivalência patrimonial, bem como os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo através do resultado, disponíveis para venda, mantidos ao vencimento, ativos que não sejam empréstimos e recebíveis estão sujeitos ao teste de redução no valor recuperável periodicamente e são analisados para verificação de necessidade de ajustes por redução no seu valor recuperável. Eventuais reduções no valor recuperável são registrados apenas quando há desvalorização real ou que não haja possibilidade de recuperação do custo dos ativos.

No findar de cada exercício é feito o teste de redução no valor recuperável dos ativos intangíveis, ou quando acontecer eventos ou mudanças nas circunstâncias adversas no ambiente de negócios ou nos dados de mercado observáveis, que levam a uma desvalorização.

O valor justo utilizado na avaliação da desvalorização é apurado com base na verificação de preços de mercado, de preços de negócios similares, de valor presente ou de outras técnicas de avaliação, sendo necessário a adoção de opiniões e premissas subjetivas por parte da nossa Administração. Os principais eventos que podem distorcer as projeções de valor justo são a concorrência, o comportamento e os níveis de perda de clientes, as alterações na tendência de aumento das receitas e de custo, e de outras condições específicas do setor ou do mercado.

A avaliação da desvalorização engloba considerações quantitativas e qualitativas. Com relação aos instrumentos de dívida, essas considerações incluem as perdas com crédito reais e as estimadas, de acordo com a taxa de inadimplência, dados de mercado sobre perdas incorridas (estimadas) e outras indicações de que o emissor talvez não cumpra os prazos de pagamento. Os instrumentos de patrimônio são desvalorizados quando a Administração julga que, em razão de uma queda significativa ou prolongada no valor justo para níveis abaixo do preço de compra, evidencia que o custo de aquisição pode não ser recuperado.

Quando ocorre uma desvalorização, que é a diferença total entre o valor justo e os custos amortizados, o GRUPO BRB reconhece uma redução do ativo em contrapartida **do resultado do período**. As desvalorizações podem ser revertidas caso haja uma redução no valor da desvalorização, a qual pode estar objetivamente atrelada a um evento determinável.

#### i) Bens não de uso próprio

Os bens não de uso próprio terão seus valores ajustados conforme abaixo (nota 10):

I) Os bens não de uso próprio são avaliados a valor justo, por meio de laudos de avaliação emitidos por técnicos externos;

II) Os laudos de avaliação são emitidos anualmente a partir da data do registro e a perda é registrada quando o valor justo for inferior ao valor contábil;

## Notas Explicativas

III) Os bens não de uso próprio que não tenham alcançado êxito nos leilões e após decorrido o prazo de três anos, conforme inciso II, art. 35, da Lei n.º 4.595/1964, serão submetidos à análise para eventual ajuste a redução ao valor recuperável.

### **j) Investimentos**

#### **I) Em empresas controladas e coligadas**

Os investimentos nas controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, como estabelece o IAS 28, cujo método deve ser aplicado aos investimentos em coligadas nas quais o investidor tenha influência significativa. Um investidor que detém participação igual ou superior a 20% do capital social votante de uma investida, presume-se ter influência significativa na administração da coligada, a menos que o contrário seja claramente demonstrado. O Banco considera existir controle em investimentos que possui, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 20% ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades, bem como, representação no Conselho de Administração

Sempre que necessário, são efetuados ajustes às Demonstrações Financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Administração.

O BRB consolidou integralmente nas Demonstrações Financeiras do Grupo BRB todas as empresas controladas, em que exerce controle através de participação ou de influência significativa, de acordo com o IAS 27.

As participações de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas são apresentadas separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

Os investimentos, avaliados pelo método da equivalência, têm seu valor recuperável analisado através dos orçamentos projetados para próximos 10 anos, observado a continuidade e a geração de fluxo de caixa da investida, trazidos a valor presente a taxa praticada pelo Grupo BRB.

#### **II) Outros investimentos**

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por ajustes de perdas julgadas permanentes, ver nota 14e.

Os investimentos relevantes avaliados pelo método de custo:

- terão o seu valor recuperável testado mediante estudo da evolução patrimonial da investida; e
- mediante a geração e distribuição de rendimentos em forma de dividendos, juros sobre capital próprio e outras formas de remuneração do investimento.

## Notas Explicativas

### **k) Imobilizado**

Estão avaliados ao custo histórico, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 de que tratam as Leis n.º 7.799/1989, n.º 8.200/1991 e n.º 9.249/1995, deduzido das respectivas depreciações, ver nota 11.

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização desses ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado, somente se os benefícios econômicos forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridas.

A Administração faz análise ao final de cada período para ajuste ao valor recuperável do imobilizado confrontando os custos de depreciação com as expectativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa.

### **l) Ativos intangíveis**

#### **I) Reconhecimento inicial**

A Administração verifica se a aquisição do ativo intangível atende aos critérios definidos pelo CPC 04, tais como controle e benefícios econômicos futuros, ver nota 12.

#### **II) Prazo de vida útil e amortização do intangível**

Para fins de amortização, a Administração avaliará e definirá o prazo de vida útil dos intangíveis, no registro inicial e, periodicamente, ao findar de cada exercício, considerando os seguintes critérios:

- o prazo de vida útil será o prazo do contrato original;
- se não for possível vincular o prazo de vida útil do intangível ao contrato, a Administração estimará o tempo de vida útil do intangível, levando em consideração a tecnologia utilizada, a evolução do mercado, o seguimento em que é utilizado internamente, etc;
- a Administração analisa se o prazo de vida útil é indeterminado; e
- caso não haja definição contundente de que o prazo é indeterminado, ficará estabelecido o prazo de cinco anos com prazo de vida útil.

A amortização se dará em função do prazo de vida útil do intangível, caso o prazo de vida útil seja indeterminado o ativo não será amortizado.

Para os intangíveis de vida útil definida, a amortização não terminará quando ele deixar de ser utilizado, até que esteja totalmente amortizado segundo o período contratual (CPC 04 item 117).

O prazo de vida útil deverá ser reavaliado ao final de cada exercício, para cada item do intangível, tanto para aqueles com prazo definido ou prazo de vida útil indeterminado.

## Notas Explicativas

### III) Ajuste ao valor recuperável dos intangíveis

- ao final de cada exercício a Administração analisa todos os intangíveis para fins de ajuste ao valor recuperável do ativo, levando em conta:
  - a expectativa de geração de caixa;
  - sua utilização;
  - possível substituição por outra tecnologia;
  - desativação ou obsolescência da tecnologia;
- havendo redução na capacidade de geração de caixa ou redução de sua recuperabilidade o intangível terá seu valor reduzido, contra resultado;
- não havendo a expectativa de benefícios econômicos futuros com a utilização do software, o saldo remanescente será integralmente baixado.

### m) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, são inicialmente reconhecidos a valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, menos as amortizações de principal e de juros, mais juros acumulados, calculados com base na taxa de juros efetiva menos qualquer redução, ver nota 15.

Esses passivos financeiros são compostos de:

- depósitos;
- captações no mercado aberto;
- recursos de letras hipotecárias, imobiliárias, de crédito e similares;
- relações interfinanceiras;
- relações interdependências;
- obrigações por empréstimos;
- obrigações por repasses do país – instituições oficiais; e
- outras obrigações

### n) Sociais e estatutárias - distribuição de dividendos

Os estatutos sociais das empresas do Grupo BRB determina que, no mínimo, 25% do lucro anual, após a constituição da reserva legal e da reserva de risco de câmbio, seja distribuído como dividendo mínimo obrigatório; portanto, cada empresa do Grupo BRB registra, no encerramento do exercício social, o montante do dividendo mínimo obrigatório e/ou eventual valor além do mínimo obrigatório, desde que este já tenha sido previamente acordado com a alta administração, ver nota 18d.

### o) Fiscais e previdenciárias - Passivos Fiscais

Os tributos a recolher e os diferidos estão mensurados pelos valores iniciais e eventuais ajustes na formação da base de cálculo, ver nota 13.

Tributos a recolher são representados por impostos correntes dos períodos correntes e anteriores reconhecidos no passivo.

## Notas Explicativas

Tributo diferido é o reconhecimento de um passivo cujo valor contábil se tornará obrigatório, para entidade em períodos futuros, na medida em que fluir a realização do ganho que lhe deu origem. Estes tributos diferidos surgem quando o valor contábil do ativo exceder sua base fiscal, o valor dos benefícios econômicos tributáveis exceder o valor que será permitido como dedução das bases de cálculos dos tributos.

### p) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são calculados às alíquotas abaixo, com observância da legislação vigente pertinente a cada encargo, ver nota 13.

<b>Tributo:</b>	<b>Instituições financeiras</b>
Imposto de Renda -IR (*)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda – IR	10,00%
Contribuição Social – CSLL (*)	15,00%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para Financiamento Social – COFINS	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5,00%

As despesas de imposto de renda, contribuição social, PIS , COFINS e ISS correntes são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes, para cada tributo, na data de apresentação das Demonstrações Financeiras individualmente em cada controlada. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando a legislação vigente na data de preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

\* Os impostos ativos diferidos foram constituídos as mesmas alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil, e estão em conformidade com o que preceitua as Normas Internacionais de Contabilidade e as Circulares BACEN n.º 3.059/2002 e n.º 3.355/2006.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados, com base em estudo técnico levantado na oportunidade de cada Balanço.

### q) Passivos contingentes

Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza fiscal, previdenciária, cível e trabalhista. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e pelo Comitê de Análise e Validação das Evidências de Perdas Efetivas, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos

## Notas Explicativas

para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor, ver nota 16.

### **r) Benefícios a empregados**

O Grupo BRB possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados do Grupo BRB estão descritas na Nota 24.

O Grupo BRB, calcula anualmente o superávit ou déficit dos planos de benefícios, através de atuário externo e reconhece o ganho ou perda com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos dos planos, adotando as seguintes práticas:

**i)** o Valor Presente da Obrigação Atuarial é apurado utilizando a aplicação do Método do Crédito Unitário Projetado – PUC, o qual considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício e mensura cada unidade separadamente para se quantificar a obrigação final.

**ii)** a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados;

**iii)** premissas biométrica: tábua de mortalidade geral, tábua de entrada em invalidez, tábua de mortalidade de inválido e tábua de serviço;

**iv)** premissas econômicas: taxa real de desconto atuarial de longo prazo, taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano, taxa nominal do custo dos juros, taxa de rotatividade, taxa real de progressão salarial, taxa real de reajuste de benefícios, taxa real de reajuste de benefícios da Previdência Social, Fator de capacidade para salários, fator de capacidade para benefícios e taxa esperada de inflação no longo prazo.

A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;

**v)** e custos esperados com tratamento de saúde;

**vi)** os ativos do planos de pensão são avaliados a valor de mercado;

**vii)** os benefícios avaliados não compreendem benefícios de demissão, benefícios de longo prazo, exceto aposentadorias e pensões e remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial;

**viii)** a política, do método do corredor, adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais atende ao disposto no item 92 do pronunciamento CPC 33, convergido ao IAS 19, deve ser reconhecida no exercício a parcela dos ganhos ou perdas atuariais acumulados no exercício anterior que excedo o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido; e 10% do valor justo dos ativos do plano.

## Notas Explicativas

**ix)** efeito das alterações introduzidas pelo Pronunciamento CPC 33 no cálculo do passivo de benefícios pós-emprego do Grupo BRB, voltadas para a convergência às Normas Internacionais.

O CPC 33 estabeleceu novas regras com objetivo de apresentar mais detalhadamente os procedimentos a serem adotados para a mensuração da obrigação atuarial, do valor justo dos ativos do plano e dos passivo/ativo atuarial a ser reconhecido pelas entidades em suas Demonstrações Financeiras, estabelecendo, também, as premissas atuariais que podem ser utilizadas, especialmente as relacionadas com o cálculo do passivo de benefício de plano de saúde.

Todavia, em relação aos cálculos elaborados na avaliação de benefícios pós-emprego do Grupo BRB, essas modificações não implicaram em alterações substanciais no valor do passivo/ativo atuarial, exceto pela regra de transição, que determina o completo reconhecimento das perdas e ganhos atuariais acumulados no momento da implantação do pronunciamento.

As premissas atuariais e o método de acumulação definidos no CPC 33 são os mesmos adotados pela NPC 26 e Deliberação CVM n.º 371/2000, normas que disciplinavam o cálculo da obrigação atuarial dos planos previdenciais de benefícios pós-emprego. O pronunciamento determina a adoção do Método de Crédito Unitário para o cálculo do valor presente da obrigação atuarial e do respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, do serviço passado.

Quando a avaliação atuarial resultar em um ativo, o valor a ser reconhecido no balanço será o menor entre: a) o valor presente da obrigação atuarial mais ganhos e perdas atuariais não reconhecidos, menos o custo do serviço passado não reconhecido e valor justo dos ativos do plano; b) quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos; e c) o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano. Sendo que eventual benefício econômico que o Grupo BRB possa efetivamente usufruir, decorrente do superávit existente nos planos de benefício definido, está condicionado à Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar n.º 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, conforme descrito na nota 24. A Administração Grupo BRB entende que o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido representa uma melhor apresentação destas alterações no conjunto das Demonstrações Financeiras.

### **s) Transações com partes relacionadas**

As transações de aplicações e captações interfinanceiras são acordadas pelas mesmas taxas de mercado praticados com terceiros e os custos de infraestrutura compartilhados são ressarcidos integralmente em condições e prazos pactuados e firmados em convênio entre as partes.

### **t) Reconhecimento das receitas e das despesas**

As receitas de intermediação financeira, de prestação de serviços e de demais rendas são reconhecidas dentro do mês em que são auferidas, pelo regime de competência. Os tributos sobre as rendas de intermediação financeira, de tarifas e de demais tributáveis são reconhecidos quando são apropriadas pelo regime de competência. O Grupo BRB não apropria rendas de créditos vencidos a mais de 60 dias.

## Notas Explicativas

O resultado das operações é apurado sob o regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pró-rata-dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas em moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

O Grupo BRB reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança e que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. As receitas de dividendos de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são registradas em contrapartida do investimento, para os demais investimentos são reconhecidas contra resultado, para ambas ocorre no momento em que é estabelecido o direito de receber o pagamento.

### u) Uso de estimativas

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado (nota 11), estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 16), determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social (nota 13), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (nota 14), estimativas referentes à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 24), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 24). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas, mas em volume que não distorce significativamente os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

### v) Patrimônio Líquido

#### I) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, alocadas no capital social, ver nota 20a.

#### II) Reservas de lucros

Reserva legal - 5% (cinco por cento) do lucro líquido de cada Demonstração de Resultados Individual de cada empresa do Grupo BRB é destinado para constituição de reserva legal, ver nota 20b.

Reserva de risco de câmbio - 2% (dois por cento) do lucro líquido da Demonstração de Resultados Individual de cada empresa do Grupo BRB é destinado para constituição de reserva de risco com câmbio.

## Notas Explicativas

Reserva estatutária – após a destinação para reserva legal, para reserva de risco de câmbio e para dividendos, o saldo remanescente é destinado à constituição de reserva estatutária, ver nota 20e.

### x) Novas normas e interpretações divulgadas em 2010

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 01/01/2010, no entanto, o Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN n.º 3.486/2009, condicionou a adoção antecipada dos pronunciamentos à previsão normativa específica.

A Administração não adotou as normas e interpretações, novas ou revisadas emitidas em 2010, com vigência após 31 de dezembro de 2010. A administração do Grupo BRB entende que a adoção das normas e interpretações anteriormente mencionadas não terá efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas como um todo.

A seguir relacionamos as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade ocorridas nos exercícios de 2009 e 2010, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2010:

<u>Descrição</u>	<u>Adoção</u>	<u>Alterações</u>
<b>Em 2009</b>		
<b>IAS 01</b> Apresentação das Demonstrações Contábeis	01/01/10	Alteração no parágrafo 69 (b) – alterou o termo detém por detiver, 69 (d), que trata de passivo circulante incluiu a possibilidade de liquidação de passivo mediante a emissão de instrumento de patrimônio sem afetar a classificação da obrigação. Aplicação a partir de 01/01/2010.
<b>IAS 07</b> Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/10	Alteração no parágrafo 16, especifica os gastos que podem ser classificados como atividades de investimento. E acrescenta o parágrafo 56 que trata da aplicação a partir de 1/1/2010.
<b>IAS 17</b> Operações de arrendamento aercantil	01/01/10	Arrendamentos
<b>IAS 32</b> Instrumentos financeiros: apresentação	01/02/10	Inclusão do parágrafos 16A-16B tratam de instrumentos com opção de venda, 16C-16D tratam de instrumentos ou componentes de instrumentos, que impõem à entidade uma obrigação de entregar a uma outra entidade parcela proporcional de ativos líquidos apenas por ocasião de liquidação, 16E-16F tratam de reclassificação de instrumentos com opção de venda e instrumentos que impõem a entidade de entregar parte de ativos líquidos por ocasião da liquidação. Aplicação a partir de 01/02/2010.
<b>IAS 36</b> Redução ao valor recuperável de ativos	01/01/10	Alteração de redação do parágrafo 80 (b) – de: não será maior do que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8; para: não será maior do que um segmento operacional conforme definido no parágrafo 5 do IFRS8 antes da agregação. Aplicação a partir de 1/1/2010.

## Notas Explicativas

<p><b>IAS 38</b> Ativo intangível (IAS 38)</p>	01/01/10	<p>Alterações nos parágrafos 36, 37, 40, 41 e 130C e a adiciona o 130E. Parágrafo 36 altera o reconhecimento em separado do ativo intangível e do ágio juntamente com os itens relacionados. Parágrafo 37 passou a tratar apenas da definição de marca. Parágrafo 40 explica mais detalhadamente como mensurar o valor para um ativo intangível sem valor de mercado. Parágrafo 41 passa a tratar de ativo intangível específico e exemplifica as técnicas de mensuração do valor justo e a deixa mais clara. Aplicação a partir de 01/01/2010.</p>
<p><b>IAS 39</b> Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários (IAS 39 - partes)</p>	01/01/10	<p>Altera a redação dos parágrafos 2(g), 80, 97, 100 e 108C e adição do 103K. Parágrafo 2(g) especifica a cerca dos contratos a serem considerados e esclarece sobre o prazo do contrato. Parágrafo 80 trata da contabilização de cobertura apenas nas DF individuais ou separadas. Parágrafos 97 e 100 alteração do termo lucros ou prejuízo para lucros ou perdas. Parágrafo 108C cita as melhorias ocorridas em 2008 e 2009. Aplicação a partir de 01/01/2010.</p>
<p><b>IFRIC 08</b> Alcance do pronunciamento técnico CPC 10 – pagamento baseado em ações</p>	01/01/10	<p>Revogado</p>
<p><b>IFRIC 11</b> Pronunciamento técnico CPC 10 – pagamento baseado em ações - transações de ações do grupo e em tesouraria</p>	01/01/10	<p>Revogado</p>
<p><b>IFRS 01</b> Adoção pela primeira vez das IFRSs</p>	01/01/10	<p>Inclusão do parágrafo 31A que trata de custo presumido para ativos de petróleo e gás. E alterações no apêndice D referentes ao assunto. Aplicação a partir de 1/01/2010</p>
<p><b>IFRS 02</b> Pagamento baseado em ações</p>	01/01/10	<p>Alteração no parágrafo 43, exclusão do 3 e inclusão dos parágrafos 3A, 13A e 43A a 43D. Parágrafo 3A trata da liquidação de pagamento baseada em ações, por outra entidade do grupo, 13A trata da mensuração de bens e serviços não mensuráveis. Inclusão dos parágrafos 43A-43D que tratam de pagamentos baseados em ações entre entidades do grupo. Apêndice A alterações de alguns conceitos como a inclusão de pagamento baseado em ações liquidada em caixa por ações do grupo, transação de pagamento baseada em ações com recebimento de bens ou serviços, mas sem a obrigação de liquidar a transação com o fornecedor. No apêndice B são incluídos os parágrafos B45-B61 sobre transações de pagamento baseadas em ações entre entidades do grupo, B51-B55 sobre acordos de pagamentos baseados em ações que envolvem instrumentos de patrimônio da controlada, B56-B58 sobre acordo de pagamentos baseados em ações que envolvem pagamentos liquidados em caixa a empregados, B59-B61 sobre transferência de empregados entre entidades do grupo. Aplicação a partir de 01/01/2010.</p>
<p><b>IFRS 05</b> Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas</p>	01/01/10	<p>Acréscimo do parágrafo 5B que trata de divulgação específica para esse ativos. Aplicação a partir de 01/01/2010.</p>

## Notas Explicativas

**IFRS 08**  
Segmentos operacionais 01/01/10 Alteração no parágrafo 23 Melhorias às IFRSs 04/2009 que foram alterações de termos usados, ex: perda por prejuízo. E passa a tratar não só de mensuração de passivos como também de ativos. E o parágrafo 36 faz menção à alteração no parágrafo 23. Aplicação a partir de 01/01/2010

### **Em 2010**

**IFRS 08**  
Segmentos operacionais 01/01/11 A alteração no IAS24-revisão altera no parágrafo 34 informações sobre principais cliente. Aplicação a partir de 01/01/2011.

**IAS 24**  
Divulgação sobre partes relacionadas (IAS 24) 01/01/11 Inclusão dos parágrafos 25-27, que tratam de entidades relacionadas a um governo e os requisitos de divulgação das suas transações. Altera a IFRS 8. Aplicação prospectiva a partir de 1/1/2011.

**IFRIC 14**  
O limite de um ativo de benefício definido, requisitos de fundamento mínimo e sua interação 01/01/11 Acréscimo do parágrafo 3A e alterações no parágrafos 16-18 e 20-22. Nos parágrafos 16-17 a norma passa a tratar de custos futuros dos benefícios e não mais de valor presente dos custos. Alteração no parágrafo 18(b) de: o acúmulo futuro de benefícios para serviço futuro, nos parágrafos 20-22 passam a tratar de redução por pré-pagamento (pagamento antes de está obrigado); a empresa estimará as contribuições referente a um requisito de fundamento mínimo, mas excluindo o pré-pagamento 20(a). Aplicação a partir de 01/01/2011.

**IFRIC 19**  
Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais 01/07/10 Inclusão IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais. Aplicação a partir de 01/07/2010.

**IFRS 01**  
Adoção pela primeira vez das IFRSs 01/07/10 Inclusão do parágrafo D25 sobre Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais (IFRIC 19). 1/07/2010

**IFRS 09**  
Instrumentos financeiros 01/01/13 Substituição do IAS 39 para aplicação a partir de 01/01/2013.

### **ISENÇÕES**

O Grupo BRB adotou as seguintes isenções e exceções previstas no IFRS 1, conforme utilizadas pela Administração na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo BRB, segue resumo abaixo:

#### **Designação de instrumentos financeiros anteriormente reconhecidos**

IAS 39 - Instrumentos financeiros: a norma permite que uma entidade designe instrumentos financeiros na categoria de ativos ou passivos financeiros a valor justo através do resultado ou como ativos disponíveis para a venda na data de aquisição ou emissão do instrumento financeiro. Para a primeira adoção do IFRS, a entidade pode usar da isenção do IFRS 1, e optar pela designação dos instrumentos financeiros na data de transição, mesmo que originalmente o instrumento tenha sido designado em outra categoria. O Grupo BRB essa isenção permitida pelo IFRS 1 e não redesignou ativos financeiros existentes na data de transição, mantendo a mesma designação existente em BRGAAP em 1º de janeiro de 2010.

## Notas Explicativas

### **Isenções de combinação de negócios**

IFRS 3 – Combinações de negócios: aquisições passadas de investimentos em associadas e escopo de consolidação de demonstrações contábeis, o IFRS 1 permite que as combinações de negócios e aquisições passadas ocorridas antes da data de transição da data de balanço não sejam reavaliadas, retrospectivamente, pela aplicação do IFRS 3. A norma permite que as empresas que adotem o IFRS pela primeira vez, mantenham o mesmo tratamento contábil adotado pelas práticas anterior, no caso do Grupo BRB o BR GAAP. Portanto foram mantidas as políticas contábeis utilizadas para a contabilização inicial e mensuração subsequente dos ágios gerados nas aquisições anteriores à data de transição conforme permitidos no BR GAAP.

### **Custo atribuído e vida útil estimada**

O IAS 39 - Na data de transição para o IFRS, uma entidade pode mensurar um item do ativo imobilizado pelo seu valor justo, passando este valor a ser o custo inicial deste ativo, a partir desta data. O Grupo BRB fez uso desta isenção do IFRS 1, não adotando o custo dos ativos pelo seu valor justo, bem assim como não recalculando a vida útil dos bens imobilizados.

### **Benefícios a empregados**

IAS 19 - Benefícios a empregados: o Grupo BRB adotou a isenção do IFRS 1 pela qual a Administração optou por não reconhecer como resultados acumulados todos os ganhos e perdas atuariais acumulados até a data de transição referente aos planos de benefício definido patrocinados.

### **Isenção específica para Instituições Financeiras**

A administração optou por divulgar suas Demonstrações Financeiras Consolidadas não comparativas utilizando-se da faculdade expressa no artigo 2.º da Resolução Bacen n.º 3.786/2009, sendo adotado a data de 01 de janeiro de 2010 para o balanço de abertura, conforme Carta-Circular BACEN n.º 3.435/2010.

### **Estimativas**

IAS 10 – Eventos após períodos de relatório - de acordo com o IFRS 1 as estimativas usadas pela administração para fins de IFRS na data de transição estejam consistentes com as estimativas utilizadas na mesma data de acordo com o GAAP anterior, a menos que haja evidência de erros na preparação das estimativas no GAAP anterior em comparação ao IFRS. Ou em caso de eventos subsequentes, em que a Administração obtenha informação relevante após a data de transição para o IFRS que impacte estimativas que tinham sido feitas de acordo com BRGAAP, ela deveria tratar esta informação como um evento posterior à data do balanço, e seguir o tratamento contábil do IAS 10. O IAS 10 é aplicável para o balanço patrimonial consolidado de abertura e para períodos comparativos apresentados na preparação da primeira demonstração contábil em IFRS de uma entidade, se houver. O Grupo BRB considerou as estimativas utilizadas para BRGAAP consistentes com as estimativas utilizadas na data de transição para IFRS e, portanto, não houve mudanças de estimativas devido à existência de informações obtidas em data subsequente à de transição que requeressem algum ajuste nas estimativas para fins de IFRS.

### **Participações não controladoras**

IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas: o IFRS 1 requer que a entidade que aplica IFRS pela primeira vez aplique alguns requisitos do IAS 27

**Notas Explicativas**

prospectivamente à data de transição. Contudo, esses requisitos não geraram impacto para o Grupo BRB.

**NOTA 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

<b>Composição</b>	<b>31/12/2010</b>
Disponibilidades	89.521
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	605.019
Aplicações em moeda estrangeira	239
<b>Total</b>	<b>694.779</b>

(\*) Referem-se a operações cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias.

**Nota 6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ****a) Composição**

<b>Composição</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Aplicações do Mercado Aberto</b>	<b>605.019</b>
<u>Posição bancada:</u>	<u>259.280</u>
Letras financeiras do tesouro	259.280
Notas do tesouro nacional	-
Letras do tesouro nacional	-
<u>Posição financiada:</u>	<u>345.739</u>
Letras financeiras do tesouro	345.739
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>78.996</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	78.756
Aplicações em moedas estrangeiras	240
<b>Total</b>	<b>684.015</b>

**b) Vencimento**

<b>Carteira</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Aplicações do Mercado Aberto</b>	<b>605.019</b>	-	-	-	<b>605.019</b>
<u>Posição bancada:</u>	<u>259.280</u>	-	-	-	<u>259.280</u>
Letras financeiras do tesouro	259.280	-	-	-	259.280
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-
<u>Posição financiada:</u>	<u>345.739</u>	-	-	-	<u>345.739</u>
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	345.739	-	-	-	345.739
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	-	<b>6.031</b>	<b>72.725</b>	-	<b>78.756</b>
<b>Aplicações em Moedas Estrangeiras</b>	<b>240</b>	-	-	-	<b>240</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>605.259</b>	<b>6.031</b>	<b>72.725</b>	-	<b>684.015</b>

## Notas Explicativas

**Nota 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

<b>Composição</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>Ref.</b>
Títulos para negociação	1.544	(b)
Títulos disponíveis para venda	1.429.835	(c)
Títulos mantido até o vencimento	434.802	(d)
<b>Total</b>	<b><u>1.866.191</u></b>	

## a) Vencimento por classificação

Vencimento em dias	31/12/2010							
	Valor de Mercado					Total		
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
<b>1- Títulos para Negociação</b>								
Ações de companhias abertas (a)	1.554	-	-	-	-	66	1.554	1.488
<b>Total 1:</b>	<b>1.554</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>66</b>	<b>1.554</b>	<b>1.488</b>
<b>2-Títulos Disponíveis para Venda</b>								
Letras financeiras do tesouro.	-	91	457	548	1.268.651	1.269.768	1.269.747	(21)
Letras do tesouro nacional..	-	-	-	9.186	30.676	39.785	39.862	77
Notas do tesouro nacional (b)	-	4.809	4.809	-	47.626	54.300	57.244	2.944
Ações de companhias abertas	16.356	-	-	-	-	21.030	16.356	(4.674)
Santos virtual – FIR.	-	-	-	-	197	197	197	-
Cotas de fundos de investimentos - FIA.	1.402	-	-	-	-	1.402	1.402	-
Fundo candango de investimento	-	-	-	-	4.944	4.944	4.944	-
Fundo BRB referenciado DI	-	-	-	-	4.746	4.746	4.746	-
BRB- FIF multi capital	-	-	-	-	2.643	2.643	2.643	-
Certificado de depósito bancário – CDB	-	-	-	-	5.767	5.767	5.767	-
Cotas de fundos de investimentos em ações – FIF	1.371	-	-	-	-	1.371	1.371	-
Certificado de cédula de crédito bancário – CCCB (d)	-	-	1.192	539	199	3.614	1.930	(1.684)
BRB – corporativo	-	-	-	-	23.626	23.626	23.626	-
<b>Total 2:</b>	<b>19.129</b>	<b>4.900</b>	<b>6.458</b>	<b>10.273</b>	<b>1.389.075</b>	<b>1.433.193</b>	<b>1.429.835</b>	<b>(3.358)</b>
<b>3- Títulos Mantidos até o Vencimento</b>								
Notas do tesouro nacional	-	80.097	-	17.192	17.192	114.481	114.481	-
Títulos da dívida agrária	-	-	70	-	136	206	206	-
Títulos públicos federais – CVS (c)	-	173	861	1.033	31.158	33.225	33.225	-
Funcine	-	-	-	-	1.396	1.396	1.396	-
Certificado recebíveis imobiliários	-	95	476	572	2.478	3.621	3.621	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios – FIDC	-	409	2.043	2.451	3.269	8.172	8.172	-
Fundos de investimentos em participações – FIP	-	-	-	-	48.893	48.893	48.893	-
CDB – pré fixado	-	-	-	-	6.252	6.252	6.252	-
Fundo de investimento Corumbá (e)	-	-	-	46.935	46.935	-	-	-
<b>Total 3:</b>	<b>-</b>	<b>80.774</b>	<b>3.450</b>	<b>21.248</b>	<b>329.330</b>	<b>434.802</b>	<b>434.802</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>20.683</b>	<b>85.674</b>	<b>9.908</b>	<b>31.521</b>	<b>1.678.413</b>	<b>1.694.779</b>	<b>1.842.565</b>	<b>(1.870)</b>

(a) Em 31/12/2009, de acordo com a Circular n.º 3.068/2001, foi analisada a classificação da carteira de ações, e reclassificadas de 228.327 ações de emissão da CETIP S.A da categoria "disponível para venda" para "negociação".

(b) 28.500 NTN's estão caucionadas no processo n.º 2005.34.00.000370-0, Ação Cautelar – BRB x União Federal – CSLL .

## Notas Explicativas

(c) 11.958 CVS's estão caucionados no processo n.º 2005.34.00.000370-0, Ação Cautelar – BRB x União Federal - CSLL .

(d) Os certificados de cédulas de crédito bancário estão classificados de acordo com seus vencimentos e com as amortizações previstas.

(e) O regulamento do fundo estabelece em seu art. 13º que a remuneração devida às ações deverá ser o valor de integralização atualizado por IGPM/FGV acrescido de 8,5% aa. Consta, ainda, que a Corumbá Concessões S.A. se obriga a comprar as ações que pertencem ao fundo corrigidas pelo critério retromencionado a partir do 1º dia útil do 11º ano contado da completa motorização da usina, bastado neste caso, que o fundo faça uma notificação de exercício demonstrando essa intenção de venda à Corumbá Concessões S.A., conforme descrito no Instrumento Particular de Opção de Venda de Ações e Outras Avenças. E, no artigo 14º, do regulamento do fundo diz que a Corumbá Concessões S.A. e seus acionistas terão o direito de adquirir a qualquer tempo, parte ou totalidade das ações detidas pelo fundo, pelo valor de integralização corrigido pela variação do IGPM/FGV acrescido de 9% aa, se o exercício ocorrer em até 5 anos ou 8,5% aa caso o exercício ocorra após esse período.

b) Composição dos títulos para negociação por prazo de vencimento e tipo de papel

<b>Carteira</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>
Ações de companhias abertas	1.554	-	-	-	-	1.554
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>1.554</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.554</b>

c) Composição dos títulos "Disponíveis para Venda" por prazo de vencimento e tipo de papel

<b>Carteira</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>
Letras financeiras do tesouro.	-	91	457	548	1.268.651	1.269.747
Letras do tesouro nacional..	-	-	-	9.186	30.676	39.862
Ações de companhias abertas	16.356	-	-	-	-	16.356
Santos virtual – FIR.	-	-	-	-	197	197
Cotas de fundos de investimentos - FIA.	1.402	-	-	-	-	1.402
Fundo candango de investimento	-	-	-	-	4.944	4.944
Fundo BRB referenciado	-	-	-	-	4.746	4.746
BRB- FIF multi capital	-	-	-	-	2.643	2.643
Certificado de depósito bancário – CDB	-	-	-	-	5.767	5.767
Santos virtual – FIR	-	-	-	-	197	197
Cotas de fundos de investimentos – FIC	1.371	-	-	-	-	1.371
Fundo investimento BRB - Corporativo	-	-	-	-	23.626	23.626
Certificado de crédito bancário – CCB (*)	-	-	1.192	539	199	1.930
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>19.129</b>	<b>4.900</b>	<b>6.458</b>	<b>10.273</b>	<b>1.389.075</b>	<b>1.429.835</b>

(\*) Os certificados de cédulas de crédito bancário estão classificados de acordo com seus vencimentos e com as amortizações previstas.

d) Composição dos títulos "mantidos até o vencimento" por prazo de vencimento e tipo de papel

<b>Carteira</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>
CDB pré-fixado	-	-	-	6.252	6.252
Certificado de recebíveis imobiliários	95	476	572	2.478	3.621

**Notas Explicativas**

<b>Carteira</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>
Debêntures	-	-	-	-	-
Funcine	-	-	-	1.396	1.396
Fundos de investimentos em participações – FIP	-	-	-	48.893	48.893
Fundos investimentos em direitos creditórios –FIDC	409	2.043	2.451	3.269	8.172
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	218.556	218.556
Notas do tesouro nacional	80.097	-	17.192	17.192	114.481
Títulos da dívida agrária	-	70	-	136	206
Títulos públicos federais – CVS	173	861	1.033	31.158	33.225
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>80.774</b>	<b>3.450</b>	<b>21.248</b>	<b>329.330</b>	<b>434.802</b>

e) Composição dos títulos “disponíveis para venda” e “mantidos até o vencimento”, vinculados à prestação de garantias, por vencimento e tipo de papel

<b>Carteira</b>	<b>Em vencimento</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 365 dias</b>	<b>Acima de 365 dias</b>	<b>31/12/2010</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	23.803	23.803
Notas do tesouro nacional	-	-	4.809	4.809	47.626	57.244
Títulos públicos federais – CVS	-	133	666	799	24.114	25.712
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>-</b>	<b>133</b>	<b>5.475</b>	<b>5.608</b>	<b>95.543</b>	<b>106.759</b>

O valor de mercado para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- todos os produtos avaliados pelo valor de mercado que não possuem cotação em mercado ativo, utilizam o método de fluxo de caixa descontado a valor presente;
- para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na AMBINA. Para os demais, usa-se a DI de um dia, disponível na BM&F;
- na falta da taxa devida para o vencimento, procura-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;
- esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado.

f) Efeitos do ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no exercício

<b>Títulos Disponíveis para Venda Próprios</b>	<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>Ajuste positivo</b>	<b>Ajuste negativo</b>	<b>Ajuste líquido no patrimônio</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>
Letras financeiras do tesouro	(56)	48	-	48	(8)
Letras do tesouro nacional	(39)	116	-	116	77
Notas do tesouro nacional	1.516	1.427	-	1.427	2.943
Ações	(3.466)	-	(1.208)	(1.208)	(4.674)
Letras financeiras do tesouro (reavaliadas, conf. Circular n.º 3.068/2001 art.5º, §1º, II, b)	(206)	-	-	-	(206)
Notas do tesouro nacional (reavaliadas, conforme Circular n.º	385	-	-	-	385

## Notas Explicativas

Títulos Disponíveis para Venda Próprios	Saldo em 31/12/2009	Ajuste positivo	Ajuste negativo	Ajuste líquido no patrimônio	Saldo em 31/12/2010
3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b) Notas do tesouro nacional (reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, III, b)	(680)	-	-	-	(680)
Efeito tributário sobre ajuste de marcação a mercado de TVM	725	214	(323)	(109)	616
<b>Total</b>	<b>(1.821)</b>	<b>1.805</b>	<b>(1.531)</b>	<b>274</b>	<b>(1.547)</b>

g) Demonstração de ajuste ao valor de mercado por tipo de papel

<b>31/12/2010</b>					
Títulos para negociação	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor bruto	Efeitos tributários	Valor líquido
Ações (reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, a)	66	1.554	1.488	(424)	1.064
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>66</b>	<b>1.554</b>	<b>1.488</b>	<b>(424)</b>	<b>1.064</b>

Títulos disponíveis para venda	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor bruto	Efeitos tributários	Valor líquido
Letras financeiras do tesouro	1.265.737	1.265.729	(8)	2	(6)
Letras do tesouro nacional	39.785	39.862	77	(22)	55
Notas do tesouro nacional	54.300	57.244	2.944	(838)	2.106
Notas do tesouro nacional (reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, III, b)	-	-	(680)	194	(487)
Ações	10.809	6.135	(4.674)	1.331	(3.343)
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>1.370.63</b>	<b>1.368.969</b>	<b>(2.341)</b>	<b>667</b>	<b>(1.675)</b>

Mantidos até o vencimento	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor bruto	Efeitos tributários	Valor líquido
Letras financeiras do tesouro (reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	-	-	(206)	59	(147)
Notas do tesouro nacional (reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	-	-	385	(110)	275
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>179</b>	<b>(51)</b>	<b>128</b>

O efeito sobre o ajuste ao valor de mercado é de 29,65% sobre os ajustes negativos, referente a IR (25%), PIS (0,65%) e COFINS (4%); e 25% sobre os ajustes positivos, referente a IR (25%).

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não foi considerada, pois o Banco discute judicialmente o recolhimento do imposto.

h) Efeito do ajuste ao valor de mercado da DTVM

Títulos disponíveis para venda	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor bruto	Efeitos tributários	Valor líquido
Letras financeiras do tesouro	4.031	4.018	(13)	5	(8)

**Notas Explicativas**

<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>Custo corrigido</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor bruto</b>	<b>Efeitos tributários</b>	<b>Valor líquido</b>
Cédulas de crédito bancário – CCB	3.664	3.745	81	(36)	45
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>7.695</b>	<b>7.763</b>	<b>68</b>	<b>(31)</b>	<b>37</b>

O efeito sobre o ajuste ao valor de mercado é de 44,65% sobre os ajustes negativos, referente a IR (25%), CSLL (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%); e 40% sobre os ajustes positivos, referente a IR (25%) e CSLL (15%).

## i) Títulos e valores mobiliários por carteira

<b>Carteira</b>	<b>31/12/2010</b>			
	<b>Valor mercado</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Ganho (perda) não realizado</b>
Carteira própria	1.556.307	1.561.101	1.556.307	(4.794)
Vinculados ao BACEN	203.125	203.142	203.125	(17)
Vinculados a garantias	106.759	103.818	106.759	2.941
<b>Total</b>	<b>1.866.191</b>	<b>1.868.062</b>	<b>1.866.191</b>	<b>(1.870)</b>

## j) Títulos e valores mobiliários por carteira e anos

<b>Carteira</b>	<b>31/12/2010</b>						
	<b>Vencimento em anos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 3 anos</b>	<b>Entre 3 e 5 anos</b>	<b>Entre 5 e 15 anos</b>	<b>Acima de 15 anos</b>	<b>Total</b>
Carteira própria		136.570	548.779	632.560	231.562	6.836	1.556.307
Vinculados ao Bacen		-	203.125	-	-	-	203.125
Vinculados a prestação de garantias		11.216	17.383	39.861	36.301	1.998	106.759
<b>Total</b>		<b>147.786</b>	<b>769.287</b>	<b>672.421</b>	<b>267.863</b>	<b>8.834</b>	<b>1.866.191</b>

**NOTA 8 - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS****Operações de crédito**

A carteira de crédito do Grupo BRB está mensurada pelo valor líquido das perdas apuradas de acordo com a política contábil descrita na nota 8f.

A Administração fez análise dos encargos diretamente atribuídos à concessão dos créditos e concluiu que, assim não os créditos não foram recalculados com base na taxa efetiva de juros, para fins de apropriação das rendas, visto que as tarifas cobradas diretamente impulsionada a determinada operação de crédito é imaterial, conforme demonstrado abaixo:

## a) Taxa efetiva de juros

A Administração fez análise dos encargos diretamente atribuídos à concessão dos créditos e concluiu que é imaterial o refazimento dos fluxos de caixa e apropriação das rendas, visto os custos e esforços a serem dispensados em contrapartida dos resultados a serem obtidos, o que não distorce significativamente a apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, quanto ao volume dos créditos ou à geração de resultados.

**Notas Explicativas**

## b) Composição da carteira por setor

<b>Carteira</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>
Setor público	3.286	0,09%
Setor privado	<u>3.711.749</u>	99,91%
<b>Total</b>	<b>3.715.035</b>	<b>100,00%</b>

## c) Composição da carteira por tipo de devedor

<b>Carteira</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>%</b>
Pessoa física	2.773.400	74,66%
Pessoa jurídica – comércio	148.465	4,00%
Pessoa jurídica – indústria	53.037	1,43%
Pessoa jurídica – outros	354.939	9,55%
Crédito rural	127.077	3,42%
Crédito habitacional	254.174	6,84%
Setor público estadual – indústria	2.394	0,06%
Setor público estadual – outros serviços	892	0,02%
Interfinanceiros	657	0,02%
<b>Total</b>	<b>3.715.035</b>	<b>100,00%</b>

## d) Concentração das operações de crédito

<b>Carteira</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>%</b>
10 maiores devedores	190.592	5,13%
50 maiores devedores	302.488	8,14%
100 maiores devedores	148.048	3,99%
Demais devedores	<u>3.073.907</u>	<u>82,74%</u>
<b>Total</b>	<b>3.715.035</b>	<b>100,00%</b>

## e) Composição por grupos homogêneos e faixa de vencimento

**Operações Vincendas – Valores líquidos**

<b>Grupos</b>	<b>Até 14 dias</b>	<b>De 15 a 30 dias</b>	<b>De 31 a 60 dias</b>	<b>De 61 a 90 dias</b>	<b>De 91 a 120 dias</b>	<b>De 121 a 150 dias</b>	<b>De 151 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 360 dias</b>	<b>Acima de 360 dias</b>	<b>31.12.2010</b>
1	1.287	60.138	40.769	41.678	1.169	2.619	116.914	230.453	1.052.490	1.547.517
2	1.148	40.087	29.891	27.656	1.272	3.051	72.381	134.630	294.369	604.485
3	-	3.593	3.516	3.516	270	-	9.056	44.839	83.367	148.157
4	13	6.737	5.740	5.192	38	48	15.549	25.227	60.142	118.686
5	1.961	50	4.305	6.905	4.530	35.765	11.200	50.232	653	115.601
6	94	5.988	5.342	4.838	357	621	11.889	20.238	32.632	81.999
7	-	1.553	960	822	0	0	3.859	6.721	63.526	77.441
8	1.611	357	5.583	7.118	4.487	11.827	5.741	27.629	1.022	65.375
9	31.749	14.330	5.196	18	5	-	5.430	-	-	56.728
10	-	871	1.013	817	0	2	2.440	4.855	48.099	58.097
11	13.153	3.772	14.198	7.893	6.114	4.412	2.729	745	-	53.016
12	-	-	-	-	-	-	-	-	44.751	44.751
13	-	1.185	880	890	6	-	2.714	5.710	31.510	42.895
14	60	1.372	947	944	25	59	2.706	5.320	21.539	32.972
15	26.170	5.051	1	-	-	-	-	-	1	31.223
16	16	1.234	975	958	26	36	2.786	5.178	12.751	23.960

## Notas Explicativas

<b>Grupos</b>	<b>Até 14 dias</b>	<b>De 15 a 30 dias</b>	<b>De 31 a 60 dias</b>	<b>De 61 a 90 dias</b>	<b>De 91 a 120 dias</b>	<b>De 121 a 150 dias</b>	<b>De 151 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 360 dias</b>	<b>Acima de 360 dias</b>	<b>31.12.2010</b>
17	123	2.231	1.774	1.713	144	312	3.873	5.962	8.468	24.600
18	63	1.642	1.237	1.212	85	192	2.942	4.770	6.765	18.908
19	10.008	1.715	5.361	3.665	2.235	1.972	1.125	3	1	26.085
20	106	207	761	199	138	-	593	1.337	18.868	22.209
Demais	22.310	27.183	46.123	25.016	12.244	13.747	41.171	95.537	158.013	441.344
<b>a) Total</b>	<b>109.872</b>	<b>179.296</b>	<b>174.572</b>	<b>141.050</b>	<b>33.145</b>	<b>74.663</b>	<b>315.098</b>	<b>669.386</b>	<b>1.938.967</b>	<b>3.636.049</b>

Operações Vencidas – Valores líquidos

<b>Grupos</b>	<b>Até 14 dias</b>	<b>De 15 a 30 dias</b>	<b>De 31 a 60 dias</b>	<b>De 61 a 90 dias</b>	<b>De 91 a 120 dias</b>	<b>De 121 a 150 dias</b>	<b>De 151 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 360 dias</b>	<b>Acima de 360 dias</b>	<b>31.12.2010</b>
1	52	1.615	714	540	433	336	238	447	23	4.398
2	930	1.265	1.092	888	786	643	547	1.613	18	7.782
3	-	308	313	-	-	-	-	-	-	621
4	1.228	651	1.019	846	960	192	94	439	-	5.429
5	267	34	159	242	119	90	68	213	-	1.192
6	479	367	403	277	229	198	156	434	1	2.544
7	107	698	494	-	-	-	-	-	-	1.299
8	605	129	457	518	533	328	268	1.212	-	4.050
9	279	-	276	0	24	-	56	2.054	-	2.689
10	27	7	7	1	1	-	-	-	-	43
11	777	822	274	247	212	184	209	473	-	3.198
12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	15	217	210	197	192	163	134	349	6	1.483
15	243	756	140	79	115	142	111	283	-	1.869
16	77	125	112	74	59	44	33	116	8	648
17	79	470	428	382	329	267	206	523	-	2.684
18	103	425	382	301	240	206	192	678	4	2.531
19	216	209	94	79	87	83	96	249	-	1.113
20	12	885	19	3	1	-	-	1.386	-	2.306
Demais	4.174	7.604	4.827	4.094	2.429	1.918	1.817	6.241	3	33.107
<b>b) Total</b>	<b>9.670</b>	<b>16.587</b>	<b>11.420</b>	<b>8.768</b>	<b>6.749</b>	<b>4.794</b>	<b>4.225</b>	<b>16.710</b>	<b>63</b>	<b>78.986</b>

<b>(a+b) Total</b>	<b>119.542</b>	<b>195.883</b>	<b>185.992</b>	<b>149.818</b>	<b>39.894</b>	<b>79.457</b>	<b>319.323</b>	<b>686.096</b>	<b>1.939.030</b>	<b>3.715.035</b>
--------------------	----------------	----------------	----------------	----------------	---------------	---------------	----------------	----------------	------------------	------------------

f) A Administração fez o teste de impairment, para a Carteira de Operações de Crédito, de acordo com as evidências de perdas da política contábil (nota 4.e), identificando as perdas, as quais ajustaram os saldos das respectivas operações de crédito, conforme demonstração abaixo por grupos homogêneos:

<b>Grupos</b>	<b>Carteira</b>			<b>%</b>
	<b>Bruta</b>	<b>Líquida</b>	<b>Impairment</b>	
1	1.559.243	1.551.915	7.328	0,47%
2	628.998	612.267	16.731	2,66%
3	148.778	148.778	-	0,00%
4	132.335	124.115	8.220	6,21%
5	117.027	116.793	234	0,20%
6	93.191	84.543	8.648	9,28%
7	78.740	78.740	-	0,00%

**Notas Explicativas**

	<b>Carteira</b>			
8	70.892	69.425	1.467	2,07%
9	59.417	59.417	-	0,00%
10	58.140	58.140	-	0,00%
11	56.270	56.214	56	0,10%
12	44.751	44.751	-	0,00%
13	42.895	42.895	-	0,00%
14	37.610	34.455	3.155	8,39%
15	33.093	33.092	1	0,00%
16	29.955	24.608	5.347	17,85%
17	28.543	27.284	1.259	4,41%
18	28.411	21.439	6.972	24,54%
19	27.315	27.198	117	0,43%
20	24.515	24.515	-	0,00%
Demais	492.700	474.451	18.249	3,70%
<b>Totais</b>	<b>3.792.819</b>	<b>3.715.035</b>	<b>77.784</b>	<b>3,82%</b>

## g) Ajuste de perdas na Controlada Cartão

A controlada, Cartão BRB, reconheceu em 31 de dezembro de 2010, após uma nova avaliação da carteira renegociada de clientes, o impairment de R\$ 7.598, não havendo tratamento retrospectivo.

## g) Outros eventos da carteira de operações de crédito:

<b>Composição:</b>	<b>31.12.2010</b>
Créditos Recuperados	48.311
Renegociações (*)	796.767

Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo e foram registradas mantendo-se a mesma classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Somente haverá mudança na classificação após o pagamento de parte relevante da dívida renegociada.

**NOTA 9 - CRÉDITOS DE INVESTIMENTOS**

Referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber oriundos de Participações em Coligadas não consolidadas, no montante de R\$ 323.

**NOTA 10 - ATIVOS NÃO CORRENTES PARA VENDA**

<b>Composição:</b>	<b>31.12.2010</b>
Bens não de uso próprio	6.577
Provisão para perdas com bens não de uso	(597)
<b>Total</b>	<b>5.980</b>

Os bens não de uso foram avaliados, por peritos externos, para fins de mensuração de seu valor justo na data-base de 31.12.2010, sendo que foram apropriadas perdas nos casos em que o valor de mercado é inferior ao custo, destacadas em rubrica redutora de "Provisão para perdas com bens não de uso".

**Notas Explicativas****NOTA 11 - ATIVO TANGÍVEL****IMOBILIZADO EM USO**

<b>Itens</b>	<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo em 31.12.2009</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transfe-rências</b>	<b>Saldo 31.12.2010</b>
Móveis e equipamentos em estoque	10%	594	118	(22)	(61)	629
Terrenos	0%	14.976	23	-	-	14.999
Edificações	4%	40.339	-	-	-	40.339
Instalações	10%	5.027	327	-	-	5.354
Móveis e equipamentos de uso	10%	17.017	1.664	(156)	61	18.586
Sistema de comunicação	10%	1.991	656	(1)	-	2.646
Sistema de processamento de dados	20%	24.195	4.229	(59)	-	28.365
Sistema de segurança	10%	2.495	84	-	-	2.579
Sistema de transporte	10%	1.387	570	(118)	-	1.839
<b>Subtotal</b>	-	<b>108.021</b>	<b>7.671</b>	<b>(356)</b>	-	<b>115.336</b>
Amortização acumulada	-	(65.713)	(7.010)	351	(273)	(72.647)
<b>Total</b>	-	<b>42.308</b>	<b>660</b>	<b>(5)</b>	<b>(273)</b>	<b>42.690</b>

Estudo técnico sobre o mobiliário efetuado pela Administração demonstrou que o valor residual, ou seja, valor de venda ao final da vida útil é imaterial ou inexistente, visto que são levados a leilão por valores de sucatas ou doados à entidades de caridade.

A Administração entende ser imaterial a redefinição da vida útil estimada dos bens devido ao custo benefício, portanto, a depreciação desses bens está apresentada da seguinte forma: 20% a.a. para equipamentos de processamento de dados e veículos e 10% a.a. para os demais immobilizados de uso.

A Instituição realizou a análise da redução do valor recuperável do ativo immobilizado, sendo que o estudo apontou para o não reconhecimento de provisões para ajuste a valor recuperável. No entanto, quando itens do ativo immobilizado apresenta irrecoverabilidade diante da unidade geradora de caixa, existe a possibilidade de esses bens serem aproveitados em outras unidades geradoras de caixa com recuperabilidade garantida.

A Administração optou por não redefinir a vida útil dos bens móveis e imóveis e nem reavaliou os bens para fins de adoção custo de reposição ("deemed cost"), permanecendo com a taxa de depreciação acima descritas e com o custo histórico, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 de que tratam as Leis n.º 7.799/1989, n.º 8.200/1991 e n.º 9.249/1995, deduzido das respectivas depreciações.

A controlada Cartão BRB redefiniu a vida útil de seus bens immobilizados julgados de maior relevância com efeito retroativo em 31 de dezembro de 2009, do grupo de computadores e periféricos, gerando um efeito negativo no Patrimônio Líquido de R\$ 403 . Sendo que devido à imaterialidade para o Grupo BRB não foi feito ajustes referente à diferença de critério entre essa Controlada e a Controladora.

**Notas Explicativas****NOTA 12 - ATIVO INTANGÍVEL**

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>Taxa de amortização</b>	<b>Saldo em 31.12.2009</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo 31.12.2010</b>
Software vida útil definida (*)	-	23.995	6.632	-	30.627
Software vida útil indefinida (**)	0%	5.008	298	-	5.306
Marcas e patentes	20%	28	-	-	28
Sistemas logiciais	20%	3.036	32	-	3.068
<b>Subtotal</b>	-	<b>32.067</b>	<b>6.962</b>	-	<b>39.029</b>
Amortização acumulada	-	(8.170)	(9.954)	-	(18.124)
<b>Total</b>	-	<b>23.897</b>	<b>(2.992)</b>	-	<b>20.905</b>

(\*) Os intangíveis com vida útil definida são amortizados em função do tempo de vida útil. Sendo que o prazo de vida útil é definido da seguinte forma: a) pelo prazo de vida útil será o prazo do contrato original; b) Se não for possível vincular o prazo de vida útil do intangível ao contrato, será estimado o tempo de vida útil do intangível, levando em consideração a tecnologia utilizada, a evolução do mercado, o seguimento em que é utilizado internamente, etc; c) a Administração analisa se o prazo de vida útil é indeterminado; e d) Caso não haja definição contundente de que o prazo é indeterminado, ficará estabelecido o prazo de 5 anos com prazo de vida útil.

(\*\*) Os intangíveis com tempo de vida útil indefinida não são amortizados.

A Instituição realizou a análise da redução do valor recuperável dos intangíveis, sendo que o estudo apontou para o não reconhecimento de perdas de ajuste a valor recuperável desses ativos

**NOTA 13 - IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)**

São constituídos créditos tributários do BRB relativos ao Imposto de Renda (IR), com base em diferenças intertemporais à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a alíquota de 15%.

A constituição dos créditos tributários foram precedidos de estudo técnico que demonstra a geração de lucros suficientes para a realização futura desses ativos.

A Financeira BRB e a BRB-DTVM passaram a constituir Crédito Tributário de 15% da CSLL, em razão da adesão ao programa de redução fiscal instituído pela Lei 11.941/2009.

a) Movimentação do crédito tributário

<b>Créditos Tributários de Imposto de Renda (IR e CSLL)</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>Crédito Tributário</b>
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>329.778</b>	<b>82.444</b>
Constituídos	347.324	86.831
Realizados	(452.266)	(113.066)
Constituição sobre a CSLL	7.325	1.099
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>232.161</b>	<b>57.308</b>
Constituição	317.933	79.483
Realização	(195.229)	(48.807)
Constituição sobre a CSLL	-	51.928
Realização sobre a CSLL	(5.971)	(896)

**Notas Explicativas**

<b>Créditos Tributários de Imposto de Renda (IR e CSLL)</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>Crédito Tributário</b>
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>347.539</b>	<b>139.016</b>
Créditos Tributários TVM	-	1.655
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>140.671</b>
Efeitos dos ajustes da convergência/Créditos ativos:	75.217	30.087
<b>Total de créditos ativados</b>	<b>-</b>	<b>170.758</b>
Créditos Tributários TVM	-	(1.680)
Efeitos dos ajustes da convergência/Créditos passivos:	(111.693)	(44.733)
<b>Total de créditos passivos</b>	<b>-</b>	<b>(46.413)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>-</b>	<b>124.345</b>
<b>Percentual em relação ao Patrimônio Líquido</b>		<b>16,67%</b>
<b>Percentual em relação ao Ativo Total</b>		<b>1,59%</b>

Resumo da movimentação de crédito tributário no período

<b>Descrição</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>Crédito Tributário</b>
Constituídos	347.324	86.831
Realizados	(452.266)	(113.066)
Constituição sobre a CSLL	7.325	1.099
Efeitos dos ajustes da convergência/Créditos passivos:	(111.835)	(44.734)
Movimentação líquida de crédito tributário contra resultado		36.974

b) Crédito tributário do efeito de marcação a mercado de TVM

**BRB – Consolidado**

Ajustes a valor de mercado positivos	2.669
Ajustes a valor de mercado negativos	(4.249)
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>(1.580)</b>

c) Cálculo do crédito tributário ativado

<b>Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis:</b>	<b>BRB-Consolidado</b>	
	<b>Base de Cálculo</b>	<b>IR e CSLL 40%</b>
Devedores duvidosos	160.989	64.396
Litígios trabalhistas	46.598	18.639
Outros litígios	45.968	18.387
Provisão sobre precatório do DER	454	182
Perdas com FCVS	24.739	9.896
Provisão despesas de pessoal – abono	1.822	729
Provisão para outros valores e bens	425	170
Provisão riscos fiscais (INSS)	41.000	16.400
Provisão riscos fiscais (FNDE)	1.908	763
Provisão riscos fiscais (PIS e COFINS)	19.892	7.957
Perdas títulos livre negociação - CETIP	1.529	611
Provisão despesas em op. mercado futuro	1.102	440
Outras	1.113	446
Diversas (para CSLL CFI)		

## Notas Explicativas

Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis:	BRB-Consolidado	
	Base de Cálculo	IR e CSLL 40%
Diversas (para CSLL DTVM)		
<b>Subtotal</b>	<b>347.539</b>	<b>139.016</b>
Efeito de marcação a mercado de TVM	-	(585)
<b>Total</b>	<b>347.539</b>	<b>138.431</b>

d) Estimativa de realização do crédito tributário

	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016 a 2020	%
Consolidado	27.085	29,49	8.421	9,17	7.283	7,93	6.866	7,48	6.284	6,85	35.929	39,08

O valor presente dos créditos tributários descontados à taxa média de captação é de R\$ 83.954 (R\$ 91.868 BRB-Consolidado). A realização do crédito tributário do BRB-Múltiplo no ano 2010 foi de R\$ 47.314 e representou 190,43% em relação ao orçado. A realização do BRB-Consolidado no valor de R\$ 49.703 representou 181,52% em relação ao orçado.

c) Demonstrativo da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	BRB-Consolidado
	31/12/2010
Resultado antes do IR e CSLL antes participação nos lucros	386.904
Ajustes da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade	(111.835)
Resultado antes do IR e CSLL antes participação nos lucros	275.069
(-) Juros sobre capital próprio	(36.118)
(-) Participação nos lucros	(26.010)
(-) Ajustes regime tributário de transição - RTT	(1.050)
(+) Adição	337.387
Permanente	8.401
Equivalência patrimonial	3.269
Outras adições	5.132
Não Permanente	328.986
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	194.606
Provisão para programa de participação em resultados	-
Outras adições	134.380
(-) Exclusão	(207.559)
Permanente	(3.642)
Equivalência patrimonial	-
Outras exclusões	(3.642)
Não permanente	(203.917)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(163.535)
Baixa provisão p/ programa participação resultado	-
Provisão de contingências	(18.182)
Outras exclusões	(22.200)
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal	341.719
(-) Compensação de lucro/prejuízo fiscal	-
(=) Lucro/prejuízo fiscal	341.719
Imposto de renda à alíquota 15%	57.024
Imposto de renda adicional 10%	36.263
(-) Incentivos fiscais	(1.843)

**Notas Explicativas**

	<b>BRB- Consolidado</b>
	<b>31/12/2010</b>
Ajustes de despesas de imposto de rendas/exercícios anteriores	-
(-) Despesas de IR diferido	(384)
Despesa com imposto de renda à alíquota de 25%	91.060
Base de Cálculo antes da compensação de base negativa	340.824
(-) Compensação de base negativa	-
(=) Base de cálculo CSLL	363.167
Valor da CSLL 15%	53.134
Ajuste de despesas de CSLL	-
Despesa de CSLL diferido	223
+/- Despesa de CSLL de períodos anteriores	(1.937)
Despesas c/ CSLL	49.409

**NOTA 14 OUTROS ATIVOS**

<b>Descrição</b>	<b>Em 31.12.2010</b>	<b>Ref</b>
Relações interfinanceiras	632.987	(a)
Relações interdependências	12.051	(b)
Valores a receber	10.864	(c)
Outros investimentos	2.596	(d)
Diversos	542.309	(e)
<b>Total</b>	<b>1.200.807</b>	

A Instituição fez o teste de valor recuperável dos ativos, para outros créditos, de acordo com as evidências de perdas da política contábil (nota ???), identificando as perdas no montante de R\$ 20.177, as quais foram baixadas dos respectivos saldos acima discriminados, sendo R\$ 14.415 contra Patrimônio Líquido no Balanço de Abertura e R\$ 5.762 contra resultado na Demonstração do Resultado do Exercício.

**a) Relações interfinanceiras**

<b>Descrição</b>	<b>Em 31.12.2010</b>
Direitos junto sistema de liquidação	7.854
Depósitos no Banco Central do Brasil (*)	446.324
FGTS créditos vinculados	36
SFH - créditos vinculados (**)	178.773
<b>Total</b>	<b>632.987</b>

(\*) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios, que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista. Do montante depositado, R\$ 206.221 são remunerados e o restante no valor de R\$ 240.103 não são remunerados.

(\*\*) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui, preponderantemente, os valores residuais de contratos encerrados que serão ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), com montante de R\$ 221.970 (R\$ 207.221 em 31/12/2009). Esses processos estão em fase de habilitação com aquele Fundo para recebimento de títulos CVS. Esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A realização destes créditos está condicionada à aderência a um conjunto de normas e procedimentos normatizados pelo FCVS. Os créditos da carteira não possuem coobrigação.

## Notas Explicativas

### SFH - Créditos vinculados

Em novembro de 2009 o BRB adquiriu créditos imobiliários com lastro em saldos residuais de responsabilidade do FCVS, classificados na categoria TR2 RCV, com o propósito de liberar recursos depositados junto ao BACEN à título de deficiência da exigibilidade do crédito imobiliário.

<b>BRB-Múltiplo</b>	<b>31/12/2010</b>		
<u>Carteira de terceiros – FCVS</u>	<b>Saldo</b>	<b>Rendas a apropriar</b>	<b>Saldo líquido</b>
Créditos adquiridos (habilitados e homologados)(a)	124.685	-	124.685
<b>Total 1:</b>	<b>124.685</b>	<b>-</b>	<b>124.685</b>
<u>Carteira própria</u>	<b>Saldo</b>	<b>Provisão</b>	<b>Saldo líquido</b>
Não habilitados (b)	12.786	(11.408)	1.378
Habilitados e não homologados (c)	3.112	(1.846)	1.266
Habilitados, homologados e em discussão com a CEF (d)	45.470	(29.547)	15.923
Habilitados e homologados (e)	31.501	-	31.501
Outros	4.416	(396)	4.020
<b>Total 2</b>	<b>97.285</b>	<b>(43.197)</b>	<b>54.088</b>
<b>Total créditos (carteira própria e terceiros) - (1+2)</b>	<b>221.970</b>	<b>(43.197)</b>	<b>178.773</b>

A provisão para perdas no montante de R\$ 43.197 (R\$ 35.726 em 31/12/2009) está constituída com base em estudo histórico, que estabelece critérios para estimar o montante de provisão para prováveis perdas decorrentes de contratos que eventualmente não atendam às normas e aos procedimentos estabelecidos pelo FCVS. A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(a) Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, e apesar de não existir definição de prazo, os seus valores de mercado, quando da emissão dos títulos, poderão ser diferentes dos valores contábeis.

(b) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação no BRB.

(c) Representam os contratos já habilitados pelo BRB, estando em fase de análise por parte da Caixa Econômica Federal, para homologação final do FCVS.

(d) Representam os contratos já habilitados pelo BRB e analisados pelo Fundo, cuja cobertura foi negada, cabendo ainda recursos por parte do Banco, ou cujos valores para homologação estão em discussão entre BRB e Caixa.

(e) Representam os contratos já avaliados pelo Fundo e aceitos pelo BRB e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei n.º 10.150/2000, para a sua realização.

### b) Relações interdependências

<b>Descrição</b>	<b>Em 31.12.2010</b>
Transferências internas de recursos	12.051
<b>Total</b>	<b>12.051</b>

**Notas Explicativas****c) Valores a receber**

<b>Descrição</b>	<b>Em 31.12.2010</b>
Rendas a receber	7.459
Negociação e intermediação de valores	763
Créditos específicos (*)	2.484
Outros valores a receber	158
<b>Total</b>	<b>10.864</b>

(\*) Referem-se à renegociação de dívidas de crédito rural amparadas pela Resolução BACEN n.º 2.471/1998.

o teste de valor recuperável dos ativos para "valores a receber", de acordo com as evidências de perdas da política contábil (nota 4g), resultou apropriação de perdas no montante de R\$ 10.177, as quais foram baixadas dos saldos de: a) "rendas a receber" no valor de R\$ 8.577, sendo R\$ 4.653 contra patrimônio líquido e R\$ 3.920 contra resultado do período e b) "créditos específicos" no valor de R\$ 1.604 contra resultado do período.

**d) Outros investimentos**

<b>Descrição</b>	<b>Em 31.12.2010</b>
Incentivos fiscais	239
Títulos patrimoniais	3
Ações e cotas	2.306
Outros investimentos	48
<b>Total</b>	<b>2.596</b>

**e) Créditos diversos**

<b>Descrição</b>	<b>Em 31.12.2010</b>
Adiantamentos e antecipações	2.700
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	21
Devedores por depósitos em garantias	268.622
Impostos e contribuições a compensar	46.114
Pagamentos a ressarcir	13.781
Títulos e créditos a receber	5.457
Valores a receber de sociedades ligadas	7.560
Devedores diversos-País	193.484
Material em estoque	1.639
Despesas antecipadas	2.099
Outros créditos	832
<b>Total</b>	<b>542.309</b>

O teste de valor recuperável dos ativos para "créditos diversos", de acordo com as evidências de perdas da política contábil (nota 4g), resultou apropriação de perdas no montante de R\$ 10.000 as quais foram baixadas dos saldos de: a) "impostos e contribuições a compensar" no valor de R\$ 9.096, sendo R\$ 8.856 contra Patrimônio Líquido e R\$ 240 contra Resultado do período, e b) "pagamentos a ressarcir" no valor de R\$ 904 contra Resultado do período.

**Notas Explicativas****NOTA 15 - PASSIVOS FINANCEIROS**

Os passivos financeiros estão apresentados pelo custo amortizado, ajustados a valor presente para a data de Balanço.

<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>Ref.</b>
Depósitos	5.661.032	(a)
Depósitos de instituições financeiras	76.958	
Depósito à vista	11.416	
Depósitos interfinanceiros	65.542	
Depósitos de clientes	4.972.796	
Depósito à vista	593.117	
Depósito de poupança	1.008.287	
Depósito a prazo	3.371.392	
Outros depósitos	611.278	
Depósito à vista	143.783	
Depósito de poupança	6.423	
Depósito a prazo	458.082	
Obrigações para depósitos específicos e de fundos e programas	2.990	
Obrigações para títulos e valores mobiliários	345.725	(b)
Obrigações operações compromissadas	345.725	
Outros passivos financeiros	55.453	(c)
Recurso de aceite de câmbio e letras imobiliárias e hipotecárias, similares	10.443	(i)
Empréstimos no exterior	228	(ii)
Repasses no país – instituições oficiais	44.782	(iii)
<b>Total</b>	<b>6.062.210</b>	

**a) Demonstração dos depósitos:**

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Depósitos a vista</b>	<b>748.316</b>
Pessoas físicas	182.989
Pessoas jurídicas	414.133
Vinculadas	48.105
Governos	867
Depósitos a vista de ligadas	90.806
Depósitos instituições sistema financeiro	11.416
<b>Depósitos poupança</b>	<b>1.014.710</b>
Pessoas físicas	967.980
Pessoas jurídicas	40.307
Empresas ligadas	6.407
PJ instituição financeira	16
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>65.542</b>
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>3.829.474</b>
Pessoas físicas	1.011.885
Pessoas jurídicas	927.682
Empresas ligadas	1.431.825
Depósito judicial com remuneração	458.082
<b>Depósitos em consignação (depósito a prazo)</b>	<b>2.990</b>

## Notas Explicativas

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>31/12/2010</b>
Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial	2.990
<b>Total</b>	<b>5.661.032</b>

Segregação por vencimento

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>Até 3 meses</b>	<b>3 a 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total 31.12.2010</b>
Depósitos a vista	748.316	-	-	-	-	-	748.316
Depósitos poupança	1.014.710	-	-	-	-	-	1.014.710
Depósitos interfinanceiros	-	-	65.542	-	-	-	65.542
Depósitos a prazo	442.595	1.568.769	521.959	777.022	347.553	171.576	3.829.474
Depósitos em consignação	2.990	-	-	-	-	-	2.990
<b>Total</b>	<b>2.208.611</b>	<b>1.568.769</b>	<b>587.501</b>	<b>777.022</b>	<b>347.553</b>	<b>171.576</b>	<b>5.661.032</b>

No ano de 2010, a carteira de depósitos a prazo do Banco apresentou um crescimento de 18,62%, alcançando o volume de 3,857 bilhões, impulsionado pelas aplicações da rede varejista, pessoas físicas e jurídicas. Esse resultado proporcionou incremento na liquidez do Banco e maior disponibilidade de recursos para as linhas de crédito, favorecendo o desenvolvimento da região e aumentando a competitividade do Banco no mercado financeiro.

### b) Obrigações para títulos e valores mobiliários

As obrigações para títulos e valores mobiliários estão apresentadas pelo custo amortizado, ajustados a valor presente para a data de Balanço.

<b>Captação no Mercado Aberto</b>	<b>31.12.2010</b>
Carteira de terceiros	345.725
Recompras a liquidar	345.725
Letras financeiras do tesouro	345.725
<b>Total</b>	<b>345.725</b>

### c) Outros passivos financeiros

#### i) Recursos de aceite, letras imobiliária, hipotecárias e créditos similares

<b>Carteira</b>	<b>31.12.2010</b>
Obrigações por emissão de letras hipotecárias	10.443
<b>Total</b>	<b>10.443</b>

#### ii) Obrigações em moedas estrangeiras

As obrigações em moedas estrangeiras estão convertidas para moeda local na data do balanço e estão apresentados pelo custo amortizado, ajustados a valor presente para a data de Balanço.

<b>Carteira</b>	<b>31.12.2010</b>
Obrigações em moedas estrangeiras	228
<b>Total</b>	<b>228</b>

**Notas Explicativas****iii) Obrigações por repasses do país - instituições oficiais**

As obrigações por repasses do país – instituições oficiais estão apresentadas pelo custo amortizado, ajustados a valor presente para a data de Balanço.

<b>Carteira</b>	<b>31.12.2010</b>
Tesouro Nacional	238
CEF	2.391
BNDES	20.835
FINAME	18.807
FCO – Banco do Brasil	2.511
<b>Total</b>	<b>44.782</b>

Referem-se a recursos captados para empréstimos e financiamentos e estão registrados pelo valor do principal, acrescido de juros e correção monetária, de acordo com a característica de cada origem do recurso. Substancialmente, as captações estão assim demonstradas:

<b>Origem dos recursos</b>	<b>Taxas/ remuneração</b>	<b>Finalidade/programas</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>31.12.2010</b>
TESOURO NACIONAL	3% a.a.	POLOBRASÍLIA e PROFIR/OECF	31.10.2025	238
CEF	5% a.a. até 6,5% a.a. + UPR	FINANSA e TREINAT	31.10.2018	2.391
BNDES	0,9% a.a. até 4,5% a.a. + TJLP	POC/automático, POC/FINEM, comércio e serviços e rural	31.10.2018	20.835
FINAME	0,9% a.a. até 4,0% a.a. + TJLP	Programas automático, especial e agrícola	31.03.2015	18.807
FCO–Banco do Brasil	3,75% a.a. até 7% a.a.	Desenvolvimento industrial, desenvolvimento turismo reg., desenvolvimento set. com., serv. e rural e infraestrutura econômica	31.10.2014	2.511
<b>Total</b>				<b>44.782</b>

**NOTA 16 - PROVISÕES**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2010</b>
Prov. p/ pagamentos a efetuar	68.511
Despesas de pessoal	46.680
Despesas Administrativas	16.764
Bonificações	1.642
Outras	3.425
Prov. p/contingências, compr. e outros	95.573
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	95.573
<b>Totais</b>	<b>164.084</b>

O BRB e suas Controladas são partes em processos trabalhistas e cíveis que são provisionados considerando a opinião dos consultores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, o andamento processual, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e demais regras estabelecidas na Resolução CMN n.º 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

i) A provisão é reconhecida somente quando: a) é provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa; b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a

## Notas Explicativas

obrigação; e, c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

ii) O Grupo BRB contabiliza e divulga o valor das provisões para contingências classificadas como prováveis, dispensando aprovisionamento para as contingências classificadas como possíveis e remotas, nos termos da referida Resolução.

O Comitê de Análise e Validação de Evidências de Perdas Efetivas foi instituído pela Diretoria Colegiada para revisão da probabilidade de perda e de valores em risco das causas administrativas e judiciais, com o objetivo de aprimorar e tornar mais eficiente o ambiente de controle desses assuntos e para aderência plena aos normativos legais.

Em decorrência da edição da Resolução n.º 3.823/09 do CMN, que adotou o Pronunciamento Técnico n.º 25 do CPC, e da implementação das novas práticas contábeis internacionais, a Diretoria Colegiada aprovou, no primeiro semestre de 2010, uma nova Política de Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Provisões Legais, Ativos e Passivos Contingentes.

O Grupo BRB está aderente à nova legislação em vigor e está implementando novas rotinas associadas à Política, tais como: análise da probabilidade de perda no início dos processos; possibilidade de análise das contingências em bloco, de determinadas causas que versem sobre causas de pedir semelhantes ou idênticas; estimativa do real valor em risco com base em critérios objetivos e subjetivos; fixação de responsabilidades; regras de tratamento para ativos contingentes; e, diretrizes para a divulgação das informações.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos contenciosos:

- Contingências classificadas como "Risco Provável"

As contingências classificadas como risco de perda provável tiveram seus valores estimados com suficiente segurança e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as suas respectivas movimentações no exercício.

<b>Natureza:</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>Constituição</b>	<b>Utilização</b>	<b>Reversão</b>	<b>Atualização</b>	<b>31/12/2010</b>
Trabalhistas	46.728	8.251	(6.042)	(7.021)	5.245	47.161
Cíveis	12.020	40.181	(3.922)	(1.439)	1.572	48.412
<b>Subtotal</b>	<b>58.748</b>	<b>48.432</b>	<b>(9.964)</b>	<b>(8.460)</b>	<b>6.817</b>	<b>95.573</b>

Trabalhistas – as contingências referem-se basicamente a ações com pleitos relativos a horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas e indenizações decorrentes de acidentes do trabalho;

Cíveis – as contingências referem-se basicamente a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais, decorrentes de roubos de cofres de aluguel e inscrição em órgãos de proteção ao crédito, além de diferenças de correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança.

- Provisão Regius

Processo n.º 2002.34.00.028196-9

Requerente: AFABRB - Associação dos Funcionários Aposentados do BRB

Requeridos: BRB - Banco de Brasília S/A, Regius e União

## Notas Explicativas

Versa a demanda em epígrafe sobre suposta nulidade do ato expedido pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, que aprovou a alteração regulamentar da REGIUS, incluindo em seu Regulamento dispositivo que autorizava a suspensão das contribuições dos participantes ativos e inativos, bem como dos patrocinadores no período de 01/02/1997 a 31/12/1997.

Especificamente, o ato impugnado tornou-se público por meio do Ofício n.º 116 SPC/CGOF/COJ, de 04/03/1997, que autorizou a inclusão do art. 60, com o teor acima retratado, ao Regulamento da REGIUS diante do superávit financeiro no exercício de 1996, fato incontestado nos autos, inclusive, comprovado por perícia.

Por sua vez, os requeridos - BRB, Regius e União - apresentaram várias teses de defesa, contrapondo-se fundamentadamente aos pedidos da inicial, suscitando também algumas preliminares, como a prescrição, a ilegitimidade passiva e o litisconsórcio necessário. Nesse ponto, importante destacar que todas as defesas se reportaram ao fato de que não houve prejuízo às reservas da REGIUS, nem tampouco aos próprios beneficiários e que inexistia qualquer vedação legal incidente sobre o novel dispositivo regulamentar.

No curso processual, particularmente na fase instrutória, a AFABRB postulou pela realização de perícia atuarial, o que fora deferido pelo magistrado oficiante. A conclusão do expert bem assentou as linhas defensivas dos então requeridos no sentido de que inexistiu qualquer prejuízo à REGIUS, tanto é que a própria AFABRB suscitou suposta suspeição do perito sem quaisquer fundamentos, arguição indeferida pelo juiz.

Ocorre que, não obstante a perícia contrária à postulação dos autos, o magistrado de primeiro grau, sem sequer levá-la em consideração, no mérito, afastando as preliminares levantadas, julgou "procedente o pedido, para condenar a União, em relação às contribuições dos participantes, e o Banco de Brasília, em relação às suas contribuições, a ressarcirem a Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada, pelas contribuições não vertidas por essas categorias de contribuintes no período de fevereiro a dezembro de 1997".

Diante de tal situação, em que pese a relevância das teses jurídicas defendidas pelo BRB mas levando-se em consideração a condenação sofrida em primeira instância, o Banco optou em constituir provisão no montante de R\$ 29.400.

- Contingências de risco possível:

Existem 481 processos de natureza cível no montante de R\$ 92.539 promovidos contra o Banco cuja probabilidade de perda está definida como "possível" e 32 processos de natureza trabalhista com probabilidade de perda definida como "possível" no montante de R\$ 6.245. Existem, ainda, 4 processos de natureza fiscal no montante de R\$ 39.280 com probabilidade de perda possível. Para essas ações não foram constituídas provisões, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

<b>Provisões – perda possível</b>		<b>31/12/2010</b>
Natureza	Quantidade	R\$
Cível	481	92.539
Trabalhista	32	6.245
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>98.784</b>

**Notas Explicativas****NOTA 17 - PASSIVOS FISCAIS**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2010</b>
Correntes	87.395
Contingências fiscais	339.687
Diferidos	46.413
<b>Total</b>	<b>473.495</b>

**a) Passivos fiscais - Correntes**

<b>Descrição</b>	<b>Em 31.12.2010</b>
Impostos e contribuições sociais sobre o lucro	87.395
<b>Total</b>	<b>87.395</b>

Referem-se a impostos e contribuições sociais a recolher sobre o lucro, calculados com base no lucro real.

**b) Passivos fiscais - Contingências Fiscais**

O BRB e suas Controladas são partes em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e previdenciários, que são provisionados considerando a opinião dos consultores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, o andamento processual, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e demais regras estabelecidas na Resolução CMN n.º 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

i) A provisão é reconhecida somente quando: a) é provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa; b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e, c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

ii) O Grupo BRB contabiliza e divulga o valor das provisões para contingências classificadas como prováveis, dispensando aprovisionamento para as contingências classificadas como possíveis e remotas, nos termos da referida Resolução.

O Comitê de Análise e Validação de Evidências de Perdas Efetivas foi instituído pela Diretoria Colegiada para revisão da probabilidade de perda e de valores em risco das causas administrativas e judiciais, com o objetivo de aprimorar e tornar mais eficiente o ambiente de controle desses assuntos e para aderência plena aos normativos legais.

Em decorrência da edição da Resolução n.º 3.823/09 do CMN, que adotou o Pronunciamento Técnico n.º 25 do CPC, e da implementação das novas práticas contábeis internacionais, a Diretoria Colegiada aprovou, no primeiro semestre de 2010, uma nova Política de Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Provisões Legais, Ativos e Passivos Contingentes.

O Grupo BRB está aderente à nova legislação em vigor e está implementando novas rotinas associadas à Política, tais como: análise da probabilidade de perda no início dos processos; possibilidade de análise das contingências em bloco, de determinadas causas que versem sobre causas de pedir semelhantes ou idênticas; estimativa do real valor em risco com base em critérios objetivos e subjetivos; fixação de responsabilidades; regras de tratamento para ativos contingentes; e, diretrizes para a divulgação das informações.

## Notas Explicativas

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos contenciosos:

- Contingências classificadas como "Risco Provável"

As contingências classificadas como risco de perda provável tiveram seus valores estimados com suficiente segurança e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as suas respectivas movimentações no exercício.

<b>Natureza:</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>Constituição</b>	<b>Utilização</b>	<b>Reversão</b>	<b>Atualização</b>	<b>31/12/2010</b>
Fiscais – CSLL	226.307	32.407	-	(2.098)	27.239	283.855
INSS – SAT (*)	8.974	14.510	-	(63)	579	24.000
INSS – PLR	-	17.000	-	-	-	17.000
Salário educação (**)	1.851	-	-	-	57	1.908
PIS e COFINS	1.832	11.124	-	(111)	79	12.924
<b>Total</b>	<b>238.964</b>	<b>75.041</b>	<b>-</b>	<b>(2.272)</b>	<b>27.954</b>	<b>339.687</b>

(\*) Refere-se a recolhimento a menor da contribuição incidente sobre as remunerações pagas no mês, cuja finalidade é o financiamento do SAT – Seguro Acidente de Trabalho do período de janeiro de 1992 a dezembro de 1997, cujos valores o Banco decidiu pelo provisionamento, corrigidos pelo INPC. Considerando-se que quase todo o período exigido pelo Fisco foi abrangido pela prescrição quinquenal, o Banco aguarda tão somente o ajuste nos sistemas informatizados da Receita para realizar os ajustes internos, seja para fins de baixa ou ajuste de valor.

(\*\*) O débito refere-se a multas aplicadas pelo FNDE em decorrência de atrasos nos recolhimentos referentes ao Salário Educação. Ocorre que o Banco recolheu oportuna e corretamente a contribuição, utilizando-se do benefício da denúncia espontânea. Como o recurso administrativo interposto pelo BRB não prosperou, foi ajuizada a ação Anulatória de Débito Fiscal, distribuída para a 22ª Vara Federal de Brasília, sob n.º 2003.34.00.043653-3, por meio da qual busca obter a declaração de total insubsistência da exigência fiscal, com a consequente desconstituição do lançamento. Vale salientar que, apesar de a probabilidade de perda ser PROVÁVEL, foi realizada provisão em 31.08.2007, no importe de R\$ 1.690.

Fiscais – as contingências referem-se basicamente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.(nota 16).

- Contingências de risco possível:

Existem 481 processos de natureza cível no montante de R\$ 92.539 promovidos contra o Banco cuja probabilidade de perda está definida como "possível" e 32 processos de natureza trabalhista com probabilidade de perda definida como "possível" no montante de R\$ 6.245. Existem, ainda, 4 processos de natureza fiscal no montante de R\$ 39.280 com probabilidade de perda possível. Para essas ações não foram constituídas provisões, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

<b>Provisões – perda possível</b>	<b>31/12/2010</b>
Natureza	Quantidade R\$
Cível	481 92.539
Trabalhista	32 6.245
Fiscal	4 39.280
<b>Total</b>	<b>517 138.064</b>

## Notas Explicativas

- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

### Banco Múltiplo

O Banco está contestando, administrativa e judicialmente, autos de infrações lavrados pela Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18/02/1992, desobrigando-o do recolhimento da referida contribuição. O entendimento, até então, defendido pelos consultores jurídicos internos e externos do Banco, relativamente aos efeitos da coisa julgada, foi ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça, no REsp 731250 - PE. Nessa esteira, as teses esposadas na ação Anulatória ajuizada pelo BRB, sob n.º 2006.34.00.001140-3, em trâmite na 6ª Vara Federal de Brasília, visa anular as exações da Receita. Importante registrar que, no bojo do Agravo de Instrumento n.º 2005.01.00.072657-1, o Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região proferiu decisão concedendo a liminar pleiteada pelo BRB para suspender a exigibilidade dos débitos, em 15/12/2005, mediante caução de títulos, reconhecendo os seguintes fundamentos e alegações sustentados pelo Banco: a) afronta ao princípio constitucional da coisa julgada; b) cobrança de crédito tributário alcançado pela decadência e prescrição; c) cobrança de crédito tributário sem o correspondente fato gerador; e, d) cobrança de sanções administrativas tributárias (obrigações acessórias) sem a existência da correspondente obrigação principal (CSLL propriamente dita). Esta decisão restou confirmada, à unanimidade, pela 8ª Turma do TRF da 1ª Região, em acórdão publicado em 19/12/2008, que transitou em julgado. O processo encontra-se em fase de produção de prova pericial, para exame das diversas teses sustentadas pelo Banco.

Em que pese as manifestações jurisprudenciais favoráveis, o Banco mantém a provisão constituída no montante de R\$ 190.908 (R\$ 136.907 em 31/12/2009), as quais são suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

### Controladas - BRB CFI e BRB DTVM

A BRB-DTVM e a BRB-CFI discutem judicialmente a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido-CSLL, por meio da Ação Ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulam a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras, consoante melhor interpretação do art. 4º da Lei n.º 7.689/1988, bem como dos arts. 110 do CTN e 195, inciso I, da CF/1988.

Desde então os recolhimentos mensais da contribuição passaram a ser depositados em juízo, com regular provisionamento.

Todavia, a Administração de ambas as empresas optou por aderir ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009, regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 6/2009 e alterações, posteriores, conforme Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da BRB-CFI n.º 526, de 25/11/2009, e Ata da Reunião da Diretoria Colegiada da BRB-DTVM n.º 507, de 26/11/2009, relativamente à demanda da CSLL. Foi protocolado no processo judicial, em 27/11/2009, petição para que os depósitos sejam convertidos em pagamento definitivo ou rendas da União, após homologação dos valores pela Secretaria da Receita Federal, bem assim requerimento para o levantamento do saldo remanescente em favor das autoras, no termos do art. 32 da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 6, de 22/07/2009.

- Autuações referente ao INSS

## Notas Explicativas

O Banco recebeu, em dezembro de 2001, quatro autuações do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (NFLD's n.º 35.360.580-8 - R\$ 48.908; 35.360.575-1 - R\$ 1.201; 35.360.577-8 - R\$ 2.831 e 35.360.579-4 - R\$ 3.614). A primeira refere-se à majoração de alíquotas. As demais, ao não-recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial definido em acordo coletivo.

Em relação ao débito exigido por meio da NFLD n.º 35.360.580-8, cujo valor atualizado chega a aproximadamente R\$ 80.000., por força da aplicação do enunciado da Súmula Vinculante n.º 8, do Supremo Tribunal Federal, em recursos aviados pelo Banco e acolhidos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e pelo Superior Tribunal de Justiça, grande parte do débito foi afastada com base na tese da decadência quinquenal, restando período inferior a um ano para fins de discussão quanto à tese da coisa julgada, sendo, entretanto, efetivada a provisão, em estrita observância ao princípio do conservadorismo.

No que tange às demais NFLD's, que somavam de principal R\$ 7.646, os recursos foram julgados parcialmente procedentes em favor do Banco pelo Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), com redução significativa do débito, remanescendo em 02/2006 o valor de R\$ 6.102. A parte remanescente encontra-se em discussão na esfera judicial, visto que as teses defendidas pelo Banco estão em consonância com a legislação e a jurisprudência consolidada no âmbito dos tribunais superiores, notadamente o STJ e o TST. O débito total é objeto de execução fiscal ajuizada pelo INSS, que tramita na 19ª Vara Federal sob n.º 2004.34.00.022890-1, com valor da causa de R\$ 11.276, sendo foram interpostos os competentes embargos, de n.º 2006.34.00.012233-3, sendo amplamente favoráveis as possibilidades de reversão pelo Banco, diante da grandeza das teses defendidas pelo Banco, eis que em consonância com a legislação e a jurisprudência.

O Banco recebeu ainda, em dezembro de 2007, três autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (NFLD n.º 37.135.117-0, NFLD n.º 37.135.116-2 e AI n.º 37.135.118-9) no valor total de R\$ 37.513, abrangendo o período de maio/2003 a abril/2007. As autuações foram devidamente impugnadas junto à Receita Federal do Brasil.

A primeira (NFLD n.º 37.135.117-0), no valor nominal de R\$ 34.850, refere-se às contribuições previdenciárias patronal (INSS) supostamente devidas sobre a participação nos lucros e resultados pagos aos empregados do Banco. Em estrita observância ao princípio do conservadorismo, foi realizada em relação a esta NFLD, em 2010, provisão no importe de R\$ 17.000, calcada no fundamento de que no máximo a tributação incide sobre os pagamentos que não guardam, entre si, pelo menos seis meses (REsp 496.949-PR). A segunda (NFLD n.º 37.135.116-2) refere-se às contribuições previdenciárias (INSS) supostamente devidas sobre comissões nas vendas de cartões de crédito e seguros. A terceira (AI n.º 37.135.118-9) diz respeito à não inclusão de tais contribuições na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP.

- PIS – Emendas Constitucionais n. 1/1994 e 10/1996

Tais Emendas trouxeram nova sistemática de cálculo do PIS devido pelas instituições financeiras, na medida em que criou uma incidência especial destinada ao financiamento do Fundo Social de Emergência (1994 e 1995) e do Fundo de Estabilização Econômica (1996 e 1997). Na proposição da incidência especial o legislador constituinte definiu, inequivocamente, tanto a base de cálculo própria quanto a alíquota aplicável ao PIS devido pelas instituições financeiras, nos termos das disposições transcritas acima.

Pelos dispositivos acima transcritos, a base de cálculo da incidência especial do PIS seria idêntica àquela definida na legislação do Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza, a qual não incluía as rendas decorrentes de receitas financeiras.

## Notas Explicativas

Posteriormente a União baixou a Medida Provisória n.º 517/1994, a qual alargou a base de cálculo do PIS/PASEP para incluir na sua base de cálculo as receitas financeiras, em total descompasso com os arts. 72 e 73 do ADCT e com a legislação que define a base de cálculo do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza.

A par dessa inconstitucionalidade, em 18/06/1996 o BRB e a BRB CFI ingressaram com uma Ação Ordinária contra a União, ocasião em que postulou o direito de continuar a recolher o PIS com base na legislação do Imposto de Renda, na forma definida no inciso V do art. 72 do ADCT, com redação estabelecida pela ECR n.º 01/1994 e pela EC n.º 10/96, ao argumento de inconstitucionalidade da Medida Provisória n.º 517/1994.

Na primeira instância a ação foi julgada procedente e o Banco foi autorizado a recolher o PIS/PASEP, previsto pela ECR n.º 01/1994 e pela EC n.º 10/1996, tomando por base de cálculo a receita bruta operacional, tal como prevista na legislação do Imposto de Renda (art. 44 da Lei n.º 4.506/1964, art. 12 do Decreto-lei 1.598/1977 e art. 226 do Regulamento do Imposto de Renda).

Por último, no julgamento da apelação da Fazenda Nacional realizado em agosto de 2006, o TRF da 1ª Região reformou a sentença e julgou improcedente a ação ajuizada pelo Banco. O BRB e a BRB CFI ingressaram com Embargos Infringentes, que também foi improvido pelo TRF da 1ª Região. No prazo legal o BRB ingressou com Recurso Especial, cujo processamento foi obstacularizado, transitando em julgado.

Durante a tramitação do processo e na vigência dos fundos acima referidos, o Banco efetuou mensalmente o depósito judicial do valor do PIS calculado com base na MP questionada, cujo valor atualizado pela Caixa Econômica Federal atinge, em 14/9/2010, o montante aproximado de R\$9.240. À época, não foi constituída a respectiva provisão porque a sentença proferida foi favorável ao Banco e estava de acordo com a jurisprudência de diversos Tribunais Federais. Daí os motivos pelos quais foi constituída provisão, em 2010, para fazer frente à obrigação, no montante de R\$9.610: (a) R\$7.890 em nome do BRB; e, (b) R\$1.720 em nome da BRB CFI.

- PIS – REPIQUE

O processo n.º 14033.003573/2008-88 refere-se a não homologação de DCOMP's, cujo crédito originou-se de pagamento a maior de PIS oriundo de decisão judicial no processo n.º 1996.34.00.18578-9 (Pis-Repique), uma vez que o Fisco considerou-o insuficiente para quitação dos débitos compensados.

A Manifestação de Inconformidade ao Despacho Decisório foi apresentada em 21/05/2009, abrangendo tanto questões de direito (abrangência da decisão judicial transitada em julgado), quanto de erros na metodologia de cálculo. Ademais, ainda há discussão judicial sobre o assunto no Mandado de Segurança n.º 2007.34.00.030802-2 e Ação Anulatória n.º 55935.93.2010.4.013400.

No caso, a probabilidade de perda é PROVÁVEL, principalmente no que se refere ao teor da decisão judicial, sendo efetivada provisão no importe aproximado de R\$ 9.000.

### c) Passivos fiscais - diferido

Descrição	31.12.2010
Tributos diferidos passivos sobre o ajuste da convergência às Normas Internacionais	46.413
<b>Total</b>	<b>46.413</b>

Trata-se do efeito tributário sobre os ajustes positivos decorrentes da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (nota 13).

**Notas Explicativas****NOTA 18 - OUTRAS OBRIGAÇÕES**

As relações interdependências estão mensuradas pelo custo amortizado e ajustadas a valor presente para a data do Balanço.

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>Ref.</b>
Relações interfinanceiras	9	(a)
Relações interdependências	60	(b)
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.519	(c)
Sociais e Estatutárias	21.690	(d)
Fiscais e previdenciárias	21.272	(e)
Recursos para destinação específica	42	(f)
Diversas	230.555	(g)
<b>Total</b>	<b>280.147</b>	

**a) Relações interfinanceiras**

As relações interfinanceiras estão apresentadas pelo custo amortizado, ajustados a valor presente para a data de Balanço.

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2010</b>
Pagamentos e recebimento a liquidar	9
<b>Total</b>	<b>9</b>

Tratam-se de pagamentos e recebimentos a liquidar, basicamente por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, que são liquidados no mês subsequente.

**b) Relações interdependências**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2010</b>
Recursos em trânsito de terceiros	42
Transferências internas de recursos	18
<b>Total</b>	<b>60</b>

**c) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2010</b>
IOF a recolher	1.525
Recursos proagro	2
Recebimentos de tributos Estaduais e municipais	0
Recebimentos de tributos Estaduais e municipais	3.657
Recebimentos de tributos federais	30
Recebimentos do FGTS	1.305
<b>Total</b>	<b>6.519</b>

**d) Sociais e estatutárias**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2010</b>
Dividendos e juros sobre o capital a pagar	21.690
<b>Total</b>	<b>21.690</b>

Os estatutos sociais das empresas do Grupo BRB determina que, no mínimo, 25% do lucro anual, após a constituição da reserva legal e da reserva de risco de câmbio, seja distribuído

## Notas Explicativas

como dividendo mínimo obrigatório; portanto, cada empresa do Grupo BRB registra, no encerramento do exercício social, o montante do dividendo mínimo obrigatório, sendo que valores além do mínimo obrigatório não são levados para o passivo, permanecendo no Patrimônio Líquido, desde que este já tenha sido previamente autorizado pela alta administração.

### e) Fiscais e previdenciárias

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2010</b>
Impostos e contribuições retidas à recolher	21.272
<b>Total</b>	<b>21.272</b>

Trata-se de impostos e contribuições a recolher, referente a serviços de terceiros, sobre salários e retenções de terceiros.

### f) Recursos para destinação específica

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2010</b>
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimentos	42
<b>Total</b>	<b>42</b>

### g) Diversas

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2010</b>
Cheques administrativos	8.593
Credores por recursos a liberar	3.649
Obrigações por aquisição de bens e direitos	5.397
Obrigações contribuições ao SFH	18
Obrigações convênios oficiais	5.306
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	4.436
Provisão para pagamentos a efetuar	67.383
Recursos do FGTS para amortizações	71
Valores a pagar a sociedades ligadas	3.698
Credores diversos – País	199.272
<b>Total</b>	<b>230.555</b>

<b>Credores diversos – país:</b>	<b>31.12.2010</b>
Pagamentos a processar	19.254
Pendências de depósitos	6.910
MTR – Maestro/Cirrus	5.992
Fornecedores CPG	2.971
Pendências a regularizar	1.501
Transações Visa Electron	2.112
Obrigações com bandeiras e associados do Cartão BRB (*)	72.811
Créditos em garantia (Cartão BRB)	45.337
Programa de bonificação	5.186
Private Label	1.560
Outros	35.638
<b>Total</b>	<b>199.272</b>

(\*) Refere-se a obrigações com a Visa e a Mastercard.

**Notas Explicativas****NOTA 19 - RECEITAS E DESPESAS**

Receitas de prestação de serviços

<b>BRB – Consolidado</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>Ref.</b>
Receita de prestação de serviços	157.392	(a)
Rendas de tarifas bancárias	<u>98.939</u>	(b)
<b>Total</b>	<b>256.331</b>	

a) Receitas de prestação de serviços

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>31.12.2010</b>
Comissão intercâmbio Visa/Master - Cartão BRB	21.785
Corretagem BRB SEGUROS	10.659
Rendas – anuidades BRB – Cartão	5.345
Remuneração de garantia Visa/Master - Cartão BRB(*)	61.786
Rendas de serviços private label	3.588
Taxa de manutenção Visa	56
Rendas de serviços de custódia	818
Multa contratual	4.082
Encargos sobre compras parceladas	5.955
Encargos sobre acordos (Cartão BRB)	7.479
Renda de administração de fundos	8.898
Rendas comissões colocação de títulos	2.465
Receitas de comissões (BSB Corretora)	17.606
Outras	<u>6.870</u>
<b>Total</b>	<b>157.392</b>

(\*) Trata-se de receita originária de juros de crédito rotativo das faturas de cartões de crédito.

b) Rendas de tarifas bancárias

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>31.12.2010</b>
Arrecadação	11.095
BRB – capitalização	299
CCF – exclusão	2.667
Cheque devolvido	1.042
Concessão de adiantamentos a depositantes	22.090
Contratação/renovação aditivo operações ativas	1.024
Fornecimento de extratos	2.640
Fornecimento de folhas de cheques	2.011
KIT – serviços	15.241
Outras contrat. Renovações/liquidações	17
Rendas de cobrança	8.581
Saque conta de depósito à vista e poupança	6.371
TAC – PJ	2.537
Tarifa de coleta de documentos para empréstimos	471
Tarifa manutenção de conta – PJ	2.099
Tarifa pagamento programa sociais sistema BFE	1.170
Tarifas CDA	8.758
Tarifas sobre acatamento cheques sem fundos	906

**Notas Explicativas**

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>31.12.2010</b>
Transferências de recursos	4.810
Outras	<u>5.110</u>
<b>Total</b>	<b>98.939</b>

## c) Despesas de pessoal

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>31.12.2010</b>
Despesas de pessoal – benefícios	41.897
Despesas de pessoal – encargos sociais	95.743
Despesas de pessoal – proventos	199.417
Despesas de pessoal – treinamento	1.425
Despesas de honorários	5.781
Despesas com remuneração de estagiários	4.595
<b>Total</b>	<b>348.858</b>

## d) Outras despesas administrativas

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>31.12.2010</b>
Despesas água, energia e gás	5.193
Despesas de aluguéis	5.289
Despesas de comunicações	5.138
Despesas manutenção e conservação de bens	8.450
Despesas de processamento de dados	89.159
Despesas propaganda e publicidade	29.813
Despesas serviços do sistema financeiro	7.384
Despesas de serviços de terceiros	49.525
Despesas de serviços de vigilância e segurança	10.135
Despesas de serviços técnicos especializados	6.808
Despesas de transportes	9.366
Despesas de amortização e depreciação	34.341
Juros sobre financiamento título	21.385
Uso da marca BRB	12.100
Comercialização de produtos (BSB Corretora)	3.225
Outras despesas administrativas	12.261
<b>Total</b>	<b>309.572</b>

## e) Outras receitas operacionais

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>31.12.2010</b>
Recuperação de encargos e despesas	17.240
Reversão de provisões operacionais	12.016
Atualização sobre depósito judicial	19.353
Reversão de provisões operacionais - FCVS	362
Ressarcimento despesas administrativas	4.184
Outros litígios	1.506
Atualização de tributos	570
Outras	5.731
<b>Total</b>	<b>60.962</b>

**Notas Explicativas**

## f) Outras despesas operacionais

<b>BRB-Consolidado</b>	<b>31.12.2010</b>
Litígios trabalhistas	8.251
Atualização monetária	19.363
Despesas convênio c/ TJDFT	6.361
Outros litígios	8.429
Tarifas ressarcidas	1.262
Contrato Regius fevereiro a dezembro/1997	29.400
Perdas com FCVS – diferença de taxas	7.833
Ressarcimento custos operações de cobrança	3.725
Variação cambial	750
Prejuízos perdas – Lei n.º 9.430 (Cartão BRB)	13.201
Processamento de cartões (Cartão BRB)	11.717
Bonificação paga (Cartão BRB)	6.650
Despesas com cobrança (Cartão BRB)	3.341
PIS- riscos fiscais	18.652
Cobrança	5.184
Prejuízos com fraudes (Cartão BRB)	4.419
Taxa de serviços Mastercard (Cartão BRB)	4.285
INSS – SAT	14.511
INSS – PLR	17.000
Serviços de courier (Cartão BRB)	2.172
Outras despesas	5.539
<b>Total</b>	<b>192.045</b>

**NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital Social: O Capital Social está representado por 36.304.650 ações nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre 28.014.650 ações ordinárias com direito a voto e 8.290.000 de ações preferenciais sem direito a voto. As ações preferenciais tem direito a pelo menos 10% a mais de dividendos em relação as ações ordinárias. O Capital Social, conforme Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária de

b) Reserva legal: Constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido.

c) Aumento do Capital Social do BRB – Banco de Brasília S.A. de R\$ 300.000 para R\$ 500.000 conforme Assembléia Geral Extraordinária, PARECER DICON/DECON – 2010/011 de 19 de julho de 2010, aprovado pelo BACEN em 10 de janeiro de 2011.

d) Reserva Estatutária: Conforme disposto no Estatuto, foi constituída reserva para cobertura de risco em operações de câmbio de 2% sobre o lucro líquido.

e) Ajuste ao valor de mercado: Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários conforme requerido pela Circular n.º 3.068/2001 do BACEN.

f) Dividendos/juros sobre capital próprio: O Estatuto Social confere o direito a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme demonstrado a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2010</b>
Lucro líquido	196.041

## Notas Explicativas

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2010</b>
Reserva legal	(9.802)
Reserva de câmbio	(3.921)
Ajustes de lucros ou prejuízos acumulados	(7.995)
Base de cálculo de dividendo	<u>174.323</u>
Dividendo mínimo (25%)	43.581
Dividendos a distribuir	9.232
Juros sobre capital próprio provisionado	34.568
Imposto de renda retido na fonte	(151)
Dividendos/juros sobre capital próprio líquido	43.649

O valor dos dividendos/juros sobre capital próprio do exercício de 2010 corresponde a R\$ 5.255,40 por lote de ações ordinárias e R\$ 5.780,94 bruto por lote de ações preferenciais.

O valor dos juros sobre o capital próprio do exercício de 2010 foi de R\$ 34.568, calculado com base na Lei n.º 9.249/1995, proporcionou uma redução na despesa do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de aproximadamente R\$ 13.827 e encontra-se registrado na rubrica "Sociais e Estatutárias".

### NOTA 21 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### Gestão de Riscos

Com as constantes mudanças no cenário financeiro mundial – mercado globalizado, diversidade de produtos e serviços financeiros cada vez mais complexos, número crescente de transações e grandes montantes de recursos envolvidos, o aumento da sofisticação tecnológica, negócios virtuais – a tarefa de identificar, medir, controlar e administrar os riscos tornou-se fundamental para a sobrevivência das instituições financeiras. Visando o fortalecimento do sistema financeiro e a saúde financeira dos bancos, os órgãos reguladores estão implementando regulamentações, em consonância com o Novo Acordo de Capitais - Basileia II.

**Risco Operacional:** é o risco relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O processo para o gerenciamento do Risco Operacional do BRB prevê uma abordagem qualitativa, identificando e analisando riscos, objetivando a redução das perdas operacionais e a melhoria operacional e uma abordagem quantitativa, visando mensurar os riscos operacionais para efeito de gestão e alocação de capital. Considerando a abordagem quantitativa, o Banco de Brasília consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna, classificada conforme a taxonomia adotada para os eventos de riscos/perdas e suas respectivas causas. Essa base de dados permite o monitoramento das perdas incorridas, possibilitando a utilização efetiva das informações para gestão.

**Risco de Crédito:** é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O gerenciamento de risco de crédito consiste na identificação, mensuração, controle e mitigação desses riscos. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito, de acordo com a regulamentação em vigor, compõe-se de unidade específica segregada das unidades de negociação e de auditoria interna. Essa unidade, utilizando-se de sistema informatizado, apura mensalmente a exigência de capital para risco de crédito, de acordo com metodologia padronizada estabelecida pela Circular Bacen n.º

## Notas Explicativas

3.360/2007 e alterações. O gerenciamento do risco de crédito é feito através da elaboração e divulgação de relatórios gerenciais, que são submetidos mensalmente para análise e deliberações ao Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito, órgão vinculado à Diretoria Colegiada – DICOL. Nesses relatórios são apresentadas as apreciações das carteiras de crédito do Banco quanto à inadimplência, provisão, migração de créditos, evolução/concentração do crédito; os níveis do Patrimônio de Referência – PR, a alocação de capital regulamentar, o Índice de Basileia da Instituição, entre outros, cujas discussões no âmbito do Comitê são submetidas à DICOL para tomada de decisão.

**Risco de Mercado:** de acordo com a Resolução CMN n.º 3.464/2007, define-se como risco de mercado “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira”. Essa definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Gerenciar o risco de mercado consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as exposições das operações sujeitas às variáveis de mercado, reportando as informações, de forma transparente, à alta administração, acionistas, clientes e ao público em geral. A estrutura de gerenciamento do risco de mercado do BRB é compatível com a exposição ao risco das suas operações, segregada das unidades de negociação e de auditoria interna.

O Conglomerado BRB, por meio de sistema informatizado, mensura, monitora e controla o seu risco de mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira *Trading*, como na Carteira *Banking*, bem como realiza simulações de condições extremas de mercado, gerando relatórios tempestivos. Os testes de estresse são realizados periodicamente, considerando “cenários de crise” definidos por área especializada, com a finalidade de se verificar o impacto financeiro na atividade comercial do Banco e avaliar a adequação do seu capital regulamentar, face ao cálculo do Índice de Basileia.

No gerenciamento de risco de mercado o Banco utiliza sistema de gerenciamento de gestão de risco, que marca as posições dos ativos negociáveis e passivos exigíveis Marcadas a Mercado e faz o cálculo de probabilidade de perda (VaR). O modelo de VaR utilizado é o paramétrico, com grau de confiança a 99%, horizonte de tempo de 1 dia e modelo de volatilidade EWMA.

O Conglomerado BRB gerencia seus ativos negociáveis e passivos exigíveis segregando-os por fator de risco e também de forma consolidada. Diariamente são calculadas as exposições ao risco marcadas à mercado e o VaR (*Value at risk*) dos fatores de risco.

A área de risco do BRB também realiza periodicamente *backtestings* com a finalidade de se avaliar a aderência do modelo utilizado. Além disso, testes de estresse são simulados para verificação do impacto na instituição frente a cenários adversos. Todo o escopo da gestão do risco de mercado se encontra na Política de Risco de Mercado do Conglomerado BRB.

O Conglomerado BRB gerencia seus ativos negociáveis e passivos exigíveis segregando-os por fator de risco e também de forma consolidada. Diariamente são calculadas as exposições ao risco marcadas à mercado e o VaR (*Value at risk*) dos fatores de risco.

Os fatores de risco aos quais os Instrumentos Financeiros do Conglomerado BRB estão expostos são:

**-Risco de Taxas de Juros:** Risco relacionado à perda pela flutuação nas taxas de juros. O BRB possui sua maior exposição nessa classe e minimiza o impacto das oscilações nas taxas através do acompanhamento do *spread* bancário das posições pré-fixadas.

## Notas Explicativas

**-Risco de Taxas de Câmbio:** Esse risco está atrelado à variações nas taxas cambiais. O Conglomerado BRB possui uma pequena exposição em moeda estrangeira mantendo apenas para honrar os compromissos atrelados a este fator de risco.

**-Risco de Preços de Ações:** Surge da variação dos preços das ações. O Conglomerado BRB mantém uma exposição baixa, concentrada em ações de alta liquidez. Abaixo seguem as exposições a risco dos Instrumentos Financeiros do Conglomerado BRB.

Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria mensurados pelo valor justo:

<b>Fatores de Risco</b>	<b>Exposição líquida valor justo (em milhões)</b>
Taxa de juros	
Pré-fixado	4.152
CDI/Selic	(1.109)
TR	(1.133)
Inflação	138
Variação cambial	3
Renda variável	9

### **Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008)**

- Considerações Iniciais

Atendendo à Instrução CVM n.º 475, de 17 de novembro de 2008, foi realizada a análise de sensibilidade para o Conglomerado BRB.

Para esta análise, as operações são segregadas em duas carteiras: Negociação e Não-Negociação (de acordo com a Resolução CMN 3.464/2007 e Circular 3.354/2007):

A Carteira de Negociação (*Trading Book*) consiste nas operações de posições próprias com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, claramente documentadas.

A Carteira de Não-Negociação (*Banking Book*) é formada por operações não classificadas na carteira de negociação, ou seja, sem a intenção de negociação, com o intuito de mantê-las até o vencimento.

Sob essas condições e com o objetivo de atender a Instrução CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008, a análise de sensibilidade foi aplicada apenas às operações da Carteira de Negociação, pois para operações na Carteira de Não Negociação, a alteração de valor devido às oscilações na taxa de juros não representaria um impacto financeiro significativo para a Instituição. A Carteira de Negociação do Banco BRB é composta por títulos públicos, alguns títulos privados, fundos, ações, operações compromissadas e moedas estrangeiras. Operações de crédito, depósitos a prazo, poupança, letras hipotecárias, alguns títulos mobiliários, depósitos interfinanceiros entre outros papéis compõem a carteira de não-negociação. Em 31.12.2010 o BRB não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

- Metodologia

Para a análise de sensibilidade foram consideradas 3 cenários. O primeiro reflete maior probabilidade de ocorrência na visão do banco para os próximos 3 meses com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2010. Os cenários 2 e 3 são combinações de

## Notas Explicativas

resultados adversos para o Conglomerado. Para a simulação dos cenários as curvas de juros, de preços, índices e taxas cambiais são estressadas conforme orientações da Instrução CVM. O cálculo utilizado é o paramétrico, com grau de confiança a 99%, horizonte de tempo de 1 dia e modelo de volatilidade EWMA. O resultado apurado é a perda comparada à posição atual.

Cenário 1: Relativo ao cenário provável para um horizonte de três meses considerado pela instituição. As premissas utilizadas foram Selic a 11,75% aa, taxa de câmbio reais/dólar a R\$1,70, Ibovespa projetado a 70.314 pontos e IPCA 5,56% aa.

Cenário 2: Foi aplicado um choque paralelo de 25% nas variáveis de mercado as quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

Cenário 3: Foi aplicado um choque paralelo de 50% nas variáveis de mercado as quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

- Teste de Sensibilidade

O gerenciamento dos riscos do Conglomerado BRB é realizado por unidade independente das áreas de negócios e de auditoria, com total comprometimento do Comitê de Risco e da Alta Administração da Instituição.

No quadro a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação:

<b>Em milhares</b>			
<b>Exposição Financeira</b>			
<b>Fatores de Risco</b>	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>	<b>Cenário 3</b>
Pre-fixados	(2.880)	(7.503)	(14.727)
Inflação	(1.761)	(4.388)	(8.255)
Renda variável	107	(1.827)	(3.653)
Câmbio	69	(795)	(1.590)
<b>Total</b>	<b>(4.465)</b>	<b>(14.513)</b>	<b>(28.225)</b>

### (\* ) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura organizacional para o gerenciamento do risco institucional do Conglomerado BRB é descrita abaixo:

Conselho de Administração: Responsável pelas informações divulgadas sobre a gestão do risco institucional.

Diretoria Colegiada - Dicol: analisa, julga e aprova os limites operacionais do Conglomerado; Comitê de Gerenciamento do Risco de Mercado e Liquidez: coordenado pela Diretoria Financeira - DIRFI, com a participação da área de riscos, financeira e DTVM, estabelece e acompanha os limites de risco de mercado e liquidez e observa a alocação de capital; propõe ações estratégicas e estabelece diretrizes para a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado; discute, propõe estratégias de negócios e fixa limites para alocação de recursos nas Carteiras de Tesouraria do BRB – Banco Múltiplo; discute e propõe cenários de teste de estresse e define regras para o plano de contingência de liquidez.

Comitê de Gerenciamento do Risco de Crédito: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Diretoria de Crédito e Governo - DICRE, com a participação da área de Riscos e de Créditos, cujas responsabilidades são: acompanhar a evolução do Patrimônio de Referência(PR) e do Patrimônio de Referência Exigido(PRE), especialmente as Exposições Ponderadas por Fator de Risco(EPR), propondo medidas corretivas, se for o caso; propor à Diretoria Colegiada – DICOL ações estratégicas para a redução e mitigação do risco de

## Notas Explicativas

crédito; estabelecer diretrizes para a política de gerenciamento de risco de crédito, discutir a evolução do estoque de crédito, a concentração, a inadimplência e provisão nas carteiras do Conglomerado, propor cenários para a realização de testes de estresse e analisar os indícios de deterioração da qualidade do crédito. do Conglomerado BRB.

Comitê de Gerenciamento do Risco Operacional: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Diretoria de Administração - DIRAD, com a participação da área de risco, tecnologia e segurança da informação. Tem por objetivo acompanhar as informações gerenciais da base de perdas e indicadores chave de risco e os mapeamentos de risco realizados, propondo ações de mitigação para os riscos operacionais apontados por esses instrumentos de gestão.

Comitê de Gerenciamento do Risco Legal: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Diretoria de Controle – DICON, com a participação da Diretoria de Administração - DIRAD e da área jurídica do BRB. Suas principais atividades são analisar os fatos geradores de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, analisar perdas e provisões e determinar ações estratégicas para a mitigação do risco legal do Conglomerado BRB.

Diretoria de Controle – DICON: responsável pelo gerenciamento do risco institucional do Conglomerado BRB, através de seu Departamento de Controle do Risco Institucional – DERIS; Gerência de Controle do Risco de Mercado e Liquidez - GERIM: vinculada ao Departamento de Controle de Risco Institucional e à Diretoria de Controle é responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle do risco de mercado associado à Instituição, bem como o reporte tempestivo das informações pertinentes, de acordo com as premissas definidas pelo Comitê e aprovadas pela Diretoria Colegiada- DICOL.

Gerência de Controle do Risco de Crédito – GERIC: vinculada ao Departamento de Controle de Risco Institucional e à Diretoria de Controle é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Conglomerado BRB tanto para alocação de capital, quanto para o desenvolvimento de modelos internos para gestão desse risco e pela consolidação dos dados referentes aos limites operacionais e padrões mínimos de capital.

Gerência de Controle do Risco Operacional – GERIS: vinculada ao Departamento de Controle do Risco Institucional e à Diretoria de Controle, possui a responsabilidade de consolidar as informações sobre o gerenciamento do risco operacional do Conglomerado BRB, definir os instrumentos de gestão do risco operacional, prestar suporte aos gestores na identificação e mitigação de riscos, suprir o Comitê de gerenciamento do risco operacional com informações relevantes, e executar demais atividades específicas, em âmbito Institucional, para gestão do Risco Operacional. O DERIS é a unidade responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Conglomerado BRB empresas controladas.

(\*)A descrição das estruturas de gerenciamento do riscos de mercado; de crédito e operacional está disponibilizada no site do BRB <http://portal.brb.com.br/para-voce/relacionamento-com-investidores/gestao-de-risco/risco-operacional/218-risco-operacional-outros>.

### Patrimônio líquido

Acordo de Basiléia/índice de imobilização

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
	<b>Em IFRS(**)</b>		
Patrimônio de referência	742.165	720.264	575.878
Índice de Basiléia	16,72%	16,38%	15,85%

## Notas Explicativas

Descrição	31/12/2010 Em IFRS(**)	31/12/2010	31/12/2009
Margem (*)	236.258	218.729	161.359
Índice de imobilização	13,71%	14,56%	22,13%
Índice da margem de imobilização	72,58%	70,88%	55,74%
Margem de imobilização	269.328	255.269	160.484

(\*) O cálculo da margem considera o valor da parcela *Pbanking*, no montante de R\$ 17.732.407,40, não havendo alteração nesta mesma parcela para a contabilidade internacional.

O Banco optou pela apuração consolidada considerando o conglomerado financeiro, sendo o Índice de Solvabilidade de Basiléia apresentado superior ao mínimo de 11% exigido pela autoridade monetária.

(\*\*) Foram considerados os valores ajustados na contabilidade internacional, referentes às faixas contábeis utilizadas no cálculo dos limites operacionais acima.

Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

Descrição	31/12/2010 Em IFRS (*)	31/12/2010	31/12/2009
Parcela de Risco de Crédito	412.907	408.534	345.646
Parcela de Risco de Mercado – Juros	12.246	12.246	8.643
Parcela de Risco de Mercado – Ações	1.454	1.454	3.425
Parcela de Risco Operacional	61.566	61.566	41.975
<b>Total do Patrimônio de Referência Exigido – PRE</b>	<b>488.175</b>	<b>483.802</b>	<b>399.691</b>

(\*) Foram considerados os valores ajustados na contabilidade internacional, referentes às faixas contábeis utilizadas no cálculo dos limites operacionais acima.

Criação do Comitê de Auditoria

Em 31/12/2010 o BRB satisfaz as condições previstas na resolução CMN nº 3.198/2004 e suas alterações e constituiu órgão estatutário denominado Comitê de Auditoria, que, entre outras atribuições:

- avaliará a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis ao BRB, além de regulamentos e códigos internos;
- avaliará o cumprimento, pela administração do Banco de Brasília, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- recomendará à diretoria, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

### NOTA 22 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado:

## Notas Explicativas

- o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social de cada empresa do Grupo BRB; e

- a verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do BRB - Banco de Brasília S/A.

\* Participação estatutária nos lucros do BRB-Banco, observadas as disposições do art. 190 da Lei n.º 6.404/1976, na forma de seis remunerações mensais, sendo três remunerações mensais por semestre, não podendo ultrapassar 0,05 (cinco centésimo) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, condicionada ao pagamento obrigatório de que trata o art. 202 da Lei n.º 6.404/1976.

\* Participação estatutária nos lucros da Financeira BRB, da BRB-DTVM, observadas as disposições do art. 190 da Lei n.º 6.404/1976, na forma de seis remunerações mensais, sendo três remunerações mensais por semestre, não podendo ultrapassar 0,1 (um décimo) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, condicionada ao pagamento obrigatório de que trata o art. 202 da Lei n.º 6.404/1976.

\* Participação estatutária nos lucros da Cartão BRB e da BSB Corretora, observadas as disposições do art. 190 da Lei n.º 6.404/1976, na forma de seis remunerações mensais, sendo três remunerações mensais por semestre, condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas para o semestre e condicionada ao pagamento obrigatório de que trata o art. 202 da Lei n.º 6.404/1976.

É assegurado, somente aos membros das Diretorias, licença remunerada para descanso, por período de até 30 dias por ano de efetivo exercício e Gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por efetivo exercício no ano calendário, bem como participação nos lucros acima destacada.

A instituição não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, bem como, não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave.

d) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Fiscal e da Diretoria não possuem participação acionária nas respectivas empresas do Grupo BRB.

c) Outras Informações:

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- pessoas físicas ou jurídicas que participem do seu capital, com mais de 10%;
- pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

## Notas Explicativas

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

### NOTA 23 - COMPROMISSOS E GARANTIAS

O Banco possui compromissos com garantias prestadas no valor de R\$ 7.954 (R\$ 18.268 em 31/12/2009), os quais estão relacionadas com operações de crédito de órgãos oficiais, consórcio e cessões de crédito, tendo como contra garantia hipotecas e vinculação de receitas orçamentárias, avais, alienação fiduciária e títulos públicos do Tesouro Nacional.

a) Seguros - O Banco possui seguros em montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

### NOTA 24 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

I) Plano de previdência complementar

O BRB - Banco de Brasília S.A. é um dos patrocinadores da REGIUS - Sociedade Civil de Previdência Privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciais aos seus participantes, nas seguintes modalidades:

Plano 1 Plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de benefício definido, custeado por contribuições dos participantes ativos que estão divididos entre: 3% até 50% do teto do salário de contribuição do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), 5% do que exceder de 50% a 100% do teto, e 12% do que exceder a 100% do teto, e assistidos de 15% sobre os benefícios, e pela patrocinadora, paritariamente.

Plano 3 Plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição definida para os benefícios programados e na modalidade benefício definido para os benefícios de risco. Esse plano prevê contribuições flexíveis do participante, e a contribuição da patrocinadora poderá variar entre 6% a 8% sobre o salário de participação de cada participante ativo.

Para custeio da REGIUS, o BRB contribuiu no exercício com R\$ 18.542 (R\$ 16.447 em 31/12/2009) correspondente a contribuições mensais determinadas por cálculos atuariais. A Deliberação CVM n.º 371/2000 aprovou e tornou obrigatória, para as companhias abertas, a adoção do pronunciamento sobre a contabilização dos benefícios a empregados, elaborado pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os valores calculados por atuário externo, conforme parecer de 21 de janeiro de 2011, estão a seguir sumariados:

<b>Em 31.12.2010</b>	<b>PLANO 1</b>	<b>PLANO 3</b>
Valor presente total das obrigações atuariais	1.021.286	28.136
Valor justo dos ativos do plano	(1.112.513)	(29.297)
Resultado do plano	(91.227)	(1.161)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	71.550	362
Contribuições sobre benefícios dos futuros assistidos	-	-
Passivo (ativo) atribuível ao patrocinador	-	-
Parcela do resultado atribuível ao patrocinador (*)	-	-
Passivo (Ativo) atuarial líquido	(19.677)	(799)
Valor contabilizado	-	-

## Notas Explicativas

(\*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar n.º 109/2001, observando-se o Plano de Custeio vigente, cuja proporção contributiva entre participantes e patrocinadores está fixada em 1:1. No caso do Plano de Benefícios 3, por se tratar de um Plano Misto de Benefícios, levou-se em consideração apenas as obrigações com os benefícios de risco, estruturado na modalidade de benefício definido e integralmente custeado pelo patrocinador.

As principais premissas econômicas:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2010</b>
Taxa real de juros	6,00%
Taxa estimada de inflação	5,00%
Taxa de rotatividade (ativos)	0,00%
Taxa de crescimento salarial (ativos)	1,95%
Participantes da Cartão BRB	0,00%
Taxa de crescimento de benefícios (assistidos)	0,00%
Capacidade de benefícios:	
v) PB01	100%
w) PB03	100%
Capacidade salarial	100%

<b>Índices dos Planos:</b>	<b>31.12.2010</b>
x) PB01	IPCA
y) PB03	IPCA

Método de Financiamentos: -

O reconhecimento contábil dos ganhos e perdas atuariais segue o previsto nos itens 53 e 54 da NPC 26 do IBRACON, que permite o registro como receita ou despesa do montante que exceder a 10% do valor presente do passivo atuarial ou 10% do valor justo dos ativos, o que for maior.

### II) Plano de saúde

O BRB é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrado pela BRB SAÚDE-Caixa de Assistência, cujo objetivo é a instituição e manutenção de planos de saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, a promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênios.

Os recursos necessários ao custeio do Plano de Saúde têm as seguintes origens:

Patrocinadoras: Contribuição mensal correspondente a 4% do valor bruto da folha de pagamento dos empregados ativos;

Empregados ativos: contribuição mensal de 2% calculada sobre o valor bruto da respectiva remuneração, mais 0,6% por dependente direto e 6% por dependente agregado;

Aposentados e pensionistas: contribuição mensal calculada sobre o valor bruto das complementações pagas pelo Fundo de Pensão (REGIUS);

Ex-empregados optantes pelo benefício diferido: contribuição fixa de 4% sobre o último salário enquanto ativo na patrocinadora, mais 0,6% por dependente direto e 6% por dependente agregado;

## Notas Explicativas

De acordo com o Convênio de Adesão firmado entre o Banco e a BRB-SAÚDE – Caixa de Assistência e o Regulamento do Plano de Saúde, a patrocinadora cobrirá déficit operacional somente em relação aos empregados ativos, proporcionalmente ao percentual de suas contribuições, não existindo, portanto, compromissos pós-emprego com os assistidos (aposentados). O Plano de Saúde encontra-se superavitário na data-base de 31/12/2010, registrando como superávit do exercício a importância de R\$ 1.151 (R\$ 3.004 em 31/12/2009) e o Patrimônio Social de R\$ 39.880.

Conforme CPC 33, seguem informações complementares:

a) Discriminação do valor justo dos ativos do plano por categoria principal de ativos:

<b>Composição</b>	<b>Plano PB01</b>	<b>Plano PB03</b>
Ações	225.735	8.804
Renda fixa	649.322	16.847
Outros ativos	138.070	2.248
Outros fundos de investimento	99.386	2.956
<b>Total</b>	<b>1.112.513</b>	<b>30.855</b>

b) Efeito da alteração no percentual das taxas de tendência dos custos médicos:

O BRB não possui responsabilidade em relação ao benefício pós-emprego do plano de saúde.

c) Valor presente da obrigação de planos de benefício definido, do valor justo dos ativos do plano e do superávit ou déficit atuarial: (Valores em R\$ milhões)

c.1 Plano de Benefícios PB01

<b>Rubrica</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Obrigação Atuarial (A)	1.021,29	791,17	777,62	683,45	539,01
Valor justo (B)	1.112,51	881,20	764,54	769,19	648,91
<b>Resultado (B-A)</b>	<b>91,22</b>	<b>90,03</b>	<b>(13,08)</b>	<b>85,74</b>	<b>109,90</b>

c.2 Plano de Benefícios PB03

<b>Rubrica</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006(*)</b>
Obrigação Atuarial (A)	28,14	20,35	12,12	11,06	0,22
Valor justo (B)	29,30	22,65	12,61	12,84	0,22
<b>Resultado (B-A)</b>	<b>1,16</b>	<b>2,30</b>	<b>0,49</b>	<b>1,78</b>	<b>-</b>

(\*) A avaliação de 2006 considerou apenas os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido (invalidez e morte), sendo que as demais avaliações consideram o plano como um todo.

### NOTA 25 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Participação nos lucros - O Banco destinou aos empregados e diretores o valor de R\$26.490 (R\$ 28.759 em 31/12/2009) a título de participação no lucro (PLR). Essa participação foi apurada com a aplicação do percentual de 15% sobre o lucro líquido ajustado no primeiro semestre de 2010; e 13% para o segundo semestre de 2010 e 2009 e 18% no primeiro semestre de 2009, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, na forma da Lei n.º10.101, de 19/12/2000.

**Notas Explicativas****NOTA 26 – SEGMENTOS OPERACIONAIS**

O IFRS 8 traz como diretriz que, seguimento de negócio é um componente de uma entidade:

- que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas.
- cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- para as quais informações financeiras opcionais sejam disponíveis.

Diante dessas premissas o Grupo BRB apresenta as demonstrações do resultado condensadas por seguimentos de negócios e outras informações de ativos e passivos na forma abaixo:

	BRB-Banco	Financeira BRB	BRB-DTVM	Cartão-BRB	BSB-Corretora
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.474.103</b>	<b>60.738</b>	<b>4.846</b>	<b>3.501</b>	<b>4.465</b>
Operações de crédito	1.166.350	60.732			
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	262.788	6	1.394	3.501	4.465
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.538)		3.452		
Resultado de operações de câmbio	1.763				
Resultado de aplicações compulsórias	44.740				
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(523.739)</b>	<b>(40.465)</b>		<b>(3.790)</b>	
Operações de captações no mercado	(425.557)	(14.515)			
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(2.514)				
Provisões para operações de crédito (nota 8f)	(95.668)	(25.950)		(3.790)	
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>950.364</b>	<b>20.273</b>	<b>4.846</b>	<b>(289)</b>	<b>4.465</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(621.619)</b>	<b>(10.523)</b>	<b>(357)</b>	<b>(12.810)</b>	<b>11.757</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 22b)	22.732		11.507	74.899	38.646
Rendas de tarifas bancárias (nota 22c)	98.929	2			
Despesas de pessoal (nota 22d)	(328.949)	(1.378)	(1.258)	(9.190)	(9.437)
Outras despesas administrativas (nota 22e)	(243.508)	(6.644)	(9.959)	(46.419)	(16.942)
Despesas tributárias	(58.555)	(1.243)	(1.139)	(7.084)	(13)
Resultado de participações em coligadas e controladas (nota 12b)	(15.765)			9.910	
Outras receitas operacionais (nota 22f)	81.475	5.671	1.359	11.092	1.213
Outras despesas operacionais (nota 22g)	(177.978)	(6.931)	(867)	(46.018)	(1.710)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>328.745</b>	<b>9.750</b>	<b>4.489</b>	<b>(13.099)</b>	<b>16.222</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(57.178)</b>	<b>8.067</b>	<b>(2.100)</b>		<b>(5.265)</b>
Provisão para imposto de renda (nota 10e)	(78.791)	(2.880)	(1.838)		(3.863)
Provisão para contribuição social (nota 10e)	(48.590)	(47)	(773)		(1.402)
Imposto de renda e contribuição social					

**Notas Explicativas**

diferidos (nota 10c)	70.203	10.994	511		
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	(25.790)	(289)	(410)		
LUCRO LÍQUIDO	<u>245.777</u>	<u>17.528</u>	<u>1.979</u>	<u>(13.099)</u>	<u>10.957</u>

**NOTA 27 - RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO**

a) Conciliação dos ajustes em Patrimônio Líquido no Balanço de Abertura efetuados para convergência das práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil para as Normas Internacionais de Contabilidade:

	Em BRGAAP	Ajustes				Em IFRS
	31.12.2009	Impairment	Dif.Práticas	IR Diferido	Acumulados	31.12.2009
Disponível	99.165	---	---	---	---	99.165
Aplicações interfinanceiras	903.486	---	---	---	---	903.486
Títulos e valores mobiliários	1.235.951	---	---	---	---	1.235.951
Empréstimos e recebíveis	3.052.160	(54.135)	---	---	(54.135)	2.998.025
Créditos de investimentos	491	---	---	---	---	491
Ativos não correntes para venda	5.155	---	---	---	---	5.155
Ativos tangível	42.633	---	---	---	---	42.633
Ativo intangível	23.897	---	---	---	---	23.897
Créditos tributários	94.233	---	---	30.087	30.087	124.320
Outros ativos	1.136.187	(14.412)	---	---	(14.412)	1.121.775
Diferido	<u>6.669</u>	<u>0</u>	<u>(6.669)</u>	<u>---</u>	<u>(6.669)</u>	<u>---</u>
Totais	6.600.027	(68.547)	(6.669)	30.087	(45.129)	6.554.898
Passivos financeiros	5.239.866	---	---	---	---	5.239.866
Provisões	128.955	---	---	---	---	128.955
Passivos fiscais	281.775	---	---	---	---	281.775
Outras obrigações	<u>302.073</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>302.073</u>
Totais	5.952.669	---	---	---	---	5.952.669
Participação minoritária	65.974	---	---	---	---	65.974
Patrimônio Líquido	539.333	(68.547)	(6.669)	30.087	(45.129)	536.255
Passivo, participação minoritária e PL	6.600.027	(68.547)	(6.669)	30.087	(45.129)	6.554.898

Esclarecimentos sobre os ajustes da convergência das práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BR GAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) lançados retrospectivamente contra o Patrimônio Líquido:

**(\*) Empréstimos e recebíveis**

Referem-se às perdas com operações de crédito calculadas de acordo com a política contábil, conforme nota 4.e.I.

**(\*\*) Diferido**

O saldo do Diferido, no montante de R\$ 6.669 em 31 de dezembro de 2009, foi realizado contra Ajustes Acumulados de Conversão no Patrimônio Líquido.

## Notas Explicativas

### (\*\*\*) Demais ativos

Referem-se a aplicação da política contábil para rubrica "Outros créditos", ajustados em contrapartida de Patrimônio Líquido na rubrica de "Ajustes Acumulados de Conversão".

### (\*\*\*\*) Resultado de exercícios futuros

O saldo de da rubrica "Resultado de Exercícios Futuros" foi realizado em contrapartida de Patrimônio Líquido na rubrica de "Ajustes Acumulados de Conversão".

Conciliação dos ajustes efetuados contra Resultado do Exercício para convergência das práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil para as Normas Internacionais de Contabilidade:

Rubrica contábil	Ajustes na DRE				Saldo em
	Impairment	Dif.Práticas	IR Diferido	Acumulados	31.12.2010
Disponível	-	-	-	-	89.521
Aplicações interfinanceiras	-	-	-	-	684.015
Títulos e valores mobiliários	(1.606)	-	-	(1.606)	1.866.191
Empréstimos e recebíveis	101.292	-	-	101.292	3.715.035
Créditos de investimentos	-	-	-	-	323
Ativos não correntes para venda	-	-	-	-	5.980
Ativos tangível	-	-	-	-	42.690
Ativo intangível	-	-	-	-	20.905
Créditos tributários	-	-	-	-	170.758
Outros ativos	(5.765)	-	-	(5.765)	1.200.807
Diferido	0	3.560	-	3.560	-
Totais	93.921	3.560	-	97.481	7.796.225
Passivos financeiros	-	-	-	-	6.062.210
Provisões	-	-	-	-	164.084
Passivos fiscais	44.733	-	-	44.733	473.495
Outras obrigações	(14.352)	-	-	(14.352)	280.147
Totais	30.381	-	-	30.381	6.979.936
Participação minoritária	-	-	-	-	70.148
Patrimônio Líquido	63.540	3.560	-	67.100	746.141
Passivo, participação minoritária e PL	93.921	3.560	-	97.481	7.796.225

b) Conciliação dos ajustes totais no Balanço e na Demonstração do Resultado efetuados para convergência das práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil para as Normas Internacionais de Contabilidade:

Rubrica contábil	Em BRGAAP	Ajustes no PL				Saldo
	31.12.2010	Impairment	Dif.Práticas	IR Diferido	Acumulados	em IFRS
Disponível	89.521	-	-	-	-	89.521
Aplicações interfinanceiras	684.015	-	-	-	-	684.015
Títulos e valores mobiliários	1.867.924	(1.606)	(127)	-	(1.733)	1.866.191
Empréstimos e recebíveis	3.667.878	47.157	-	-	47.157	3.715.035
Créditos de investimentos	323	-	-	-	-	323
Ativos não correntes para venda	5.980	-	-	-	-	5.980
Ativos tangível	42.690	-	-	-	-	42.690

**Notas Explicativas**

	<b>Em BRGAAP</b>	<b>Ajustes no PL</b>				<b>Saldo</b>
<b>Rubrica contábil</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>Impairment</b>	<b>Dif.Práticas</b>	<b>IR Diferido</b>	<b>Acumulados</b>	<b>em IFRS</b>
Ativo intangível	20.905	-	-	-	-	20.905
Créditos tributários	140.671	-	-	30.087	30.087	170.758
Outros ativos	1.220.984	(20.177)	-	-	(20.177)	1.200.807
Diferido	3.109	-	(3.109)	-	(3.109)	-
<b>Totais</b>	<b>7.744.000</b>	<b>25.374</b>	<b>(3.236)</b>	<b>30.087</b>	<b>52.225</b>	<b>7.796.225</b>
Passivos financeiros	6.062.210	-	-	-	-	6.062.210
Provisões	164.084	-	-	-	-	164.084
Passivos fiscais	428.818	44.733	(56)	-	44.677	473.495
Outras obrigações	294.499	(14.352)	-	-	(14.352)	280.147
<b>Totais</b>	<b>6.949.611</b>	<b>30.381</b>	<b>(56)</b>	<b>-</b>	<b>30.325</b>	<b>6.979.936</b>
Participação minoritária	70.148	-	-	-	-	70.148
Patrimônio Líquido	724.241	(5.007)	(3.180)	30.087	21.900	746.141
Passivo, participação minoritária e PL	7.744.000	25.374	(3.236)	30.087	52.225	7.796.225

**DIRETORES**

NILBAN DE MELO JÚNIOR (Respondendo pela Presidência)  
 LAÉCIO BARROS JUNIOR  
 DARIO OSWALDO GARCIA JUNIOR  
 CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER  
 KELSON CÔRTE  
 ALINO DONIZETTI DE QUEIROZ  
 ANDRÉ LUÍS CARVALHO DA MOTTA E SILVA

**CONSELHO FISCAL**

JOSÉ ALVARES DA COSTA (Presidente)  
 JOÃO OTÁVIO PEREIRA MARQUES  
 JOSÉ WALDSON DE OLIVEIRA CAMPOS  
 MÁRIO THIAGO GOMES DE SÁ PADILHA

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE GERAL**

ADÃO ALVES DOS PASSOS  
 Contador CRC/DF N.º 007730/O-9  
 CPF 248.865.721-20

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA PROPÓSITO ESPECIAL

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do Banco de Brasília S.A.  
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Brasília S.A. e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a opção I da Carta-Circular nº 3.435, do Banco Central do Brasil, utilizando as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, sendo consideradas para propósito especial porque não atendem todos os requerimentos constantes das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

### RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A administração do Banco de Brasília S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis descritas na referida nota explicativa nº 3 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Brasília S.A. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco de Brasília S.A. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA POR LIMITAÇÃO DE ESCOPO

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 14 e nº 18, o Banco de Brasília S.A. possui registrado nas rubricas outros ativos e outras obrigações, os montantes de R\$1.200.807 mil e R\$280.147 mil, dos quais R\$150.174 mil e R\$89.902 mil referem-se a créditos de usuários a receber e obrigações diversas no País, respectivamente, oriundos da consolidação das demonstrações financeiras da controlada direta Cartão BRB S.A. Todavia, a Cartão BRB S.A. encontra-se em processo de reconciliação dos referidos ativos e passivos em função de divergências constatadas entre os registros contábeis e relatórios operacionais. Como consequência, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores e os respectivos reflexos, se houver, no resultado do exercício naquela data.

### OPINIÃO

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva por limitação de escopo", as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas do Banco de Brasília S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras consolidadas.

### ÊNFASE EM RELAÇÃO À REALIZAÇÃO DE DIREITOS CRÉDITÓRIOS

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 14a, que evidencia em 31 de dezembro de 2010 que o Banco de Brasília S.A. possui créditos com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), relacionados a financiamentos habitacionais, no montante de R\$178.773 mil, líquidos de provisão para perdas e registrados no ativo não circulante na conta de créditos vinculados. A provisão consignada nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$43.197 mil, foi estimada pela Administração com base em um novo estudo histórico, que estabelece os critérios estimados de perdas prováveis que eventualmente não atendam às normas e aos procedimentos estabelecidos pela regulamentação vigente do Fundo. A realização e a valorização desses créditos quando da conversão para Títulos e Valores Mobiliários (CVS) estão

condicionadas à aderência ao conjunto de normas e procedimentos estabelecidos nessa regulamentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### ÊNFASE EM RELAÇÃO À REALIZAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 13, que evidencia em 31 de dezembro de 2010 que o Banco de Brasília S.A. possui registrados em seu ativo crédito tributário de imposto de renda e contribuição social apurado sobre diferenças intertemporais no montante de R\$170.758 mil. Os montantes a serem utilizados no futuro para fins de compensações fiscais estão condicionados à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da Administração, cuja realização está prevista para os próximos dez exercícios sociais. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### ÊNFASE SOBRE A BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA PROPÓSITO ESPECIAL

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras consolidadas, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas pela administração do Banco de Brasília S.A. para cumprir os requisitos da Carta-Circular nº 3.435, do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, essas demonstrações financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outro fim.

Brasília, 31 de março de 2011.

Marcelo Faria Pereira  
Sócio-contador  
CRC 1RJ077911/O-2 "S" DF  
BDO Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 "S" DF

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do BRB – Banco de Brasília S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, tomando por base o acompanhamento efetuado ao longo do exercício de 2010, bem como o Parecer emitido pela BDO Auditores Independentes, datado de 31-03-2011, constatou que as Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2010, foram elaboradas pela administração do BRB-Banco de Brasília S.A. de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, para cumprir os requisitos da Resolução nº 3.786 e da Carta-Circular nº 3.435, do Banco Central do Brasil.

Brasília, 28 de abril de 2011.

JOSÉ ALVARES DA COSTA  
Presidente

JOÃO OTÁVIO PEREIRA MARQUES  
Conselheiro

JOSÉ WALDSON DE OLIVEIRA CAMPOS  
Conselheiro

MÁRIO THIAGO GOMES DE SÁ PADILHA  
Conselheiro

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM n.º 480, de 07/12/2009, declaramos que:

1. Revisamos as Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 do BRB - Banco de Brasília S.A e, baseado nas discussões subseqüentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.
2. Essa diretoria constituía a Administração do BRB - Banco de Brasília em 31/12/2010.

Brasília, 31 de março de 2011.

**NILBAN DE MELO JÚNIOR**  
Diretor Financeiro respondendo pela Presidência

**CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER**  
Diretor de Controle

**ANDRÉ LUÍS CARVALHO DA MOTTA E SILVA**  
Diretor de Administração

**DARIO OSWALDO GARCIA JUNIOR**  
Diretor de Relacionamento e Negócios

**ALINO DONIZETTI DE QUEIROZ**  
Diretor de Desenvolvimento

**KELSON CÔRTE**  
Diretor de Tecnologia

**LAÉCIO BARROS JUNIOR**  
Diretor de Crédito e Governo

**ADÃO ALVES DOS PASSOS**  
Contador  
CRC-DF n.º 007730/O-9  
CPF: 248.865.721-20

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer elaborado pela BDO Auditores Independentes Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Essa diretoria constituía a Administração do BRB - Banco de Brasília em 31/12/2010.

Brasília, 31 de março de 2011.

**NILBAN DE MELO JÚNIOR**  
Diretor Financeiro respondendo pela Presidência

**CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER**  
Diretor de Controle

**ANDRÉ LUÍS CARVALHO DA MOTTA E SILVA**  
Diretor de Administração

**DARIO OSWALDO GARCIA JUNIOR**  
Diretor de Relacionamento e Negócios

**ALINO DONIZETTI DE QUEIROZ**  
Diretor de Desenvolvimento

**KELSON CÔRTE**  
Diretor de Tecnologia

**LAÉCIO BARROS JUNIOR**  
Diretor de Crédito e Governo

**ADÃO ALVES DOS PASSOS**  
Contador  
CRC-DF n.º 007730/O-9  
CPF: 248.865.721-20